



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

ISSN 2525-5975

REVISTA Nº 02 - ANO 9 (2020)



Aqui eles fizeram história.
Faça você a sua.



Mestrados • Doutorados
e Pós-Doutorados no Mercosul



SEDE INTERNACIONAL

Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126, Torre 1000, GR. 520
(Nova América Shopping) - CEP: 20765-000
Rio de Janeiro - RJ • Tel: (21) 2567-7441
www.ideiaeduc.com.br • contato@ideiaeduc.com.br



SEDE ASSUNÇÃO

Calle 25 Mayo, 542,
Oficina 12
Edifício - Bahía
Asunción - PY • Tel.: 440 346



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

<http://www.revistaideario.com.br>



REVISTA Nº 02 - ANO 9 (2020)
Rio de Janeiro

182 Páginas



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

Revista Ideário

Revista Científica do Instituto Ideia

REVISTA Nº 02 - ANO 9 (2020)

CONTATOS

PROFESSOR RICARDO DE BONIS

E-mail: contato@revistaideario.com.br

PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço:
contato@revistaideario.com.br

VEJA O SITE DA REVISTA

<http://www.revistaideario.com.br>



■ CORPO EDITORIAL / Conselho Editorial

PROFª. ANA ESTELA BRANDÃO DUARTE

Pós Doutoranda em Educação - UNIBE, Doutora em Educação (UAA), Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil UAB/CAPES, Coordenadora Pedagógica da FAP e Geremario Dantas, Graduada em Matemática (UPE) e Pedagogia. Consultora do MECAL.

PROF. CARLOS ESTEPHANIO

Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción.

PROF. CARMELINDO MALISKA

Doutor em Medicina - UFRJ, Mestre em Biociências Nucleares pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Especialista em Neuropsicologia pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (SCMRJ) - Universidade Cândido Mendes; Professor Titular das disciplinas de Biofísica e de Diagnóstico por Imagem do Curso de Medicina e Fisioterapia da Universidade Iguazu; Chefe da Divisão de Pesquisa do Departamento de Ensino e Pesquisa e Chefe do Serviço de Medicina Nuclear do Hospital Central do Exército.

PROF. CELSO AFONSO

Doutor em Educação pela Universidad Americana de Asunción.

PROF. DIOSNEL CENTURIÓN

Doctor en Comunicación Internacional por la Macquarie University, Sydney - Australia.

PROF. NILTON CESAR FLORES

Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre pela UGF; Coordenador-Adjunto e professor do PPGD - UNESA e Professor do PPGD - UNESA, Aprovado em 1o Lugar no concurso público para professor adjunto de direito Empresarial da UFF; Membro do Comitê Institucional de Inovação da UFF, membro do conselho Consultivo da Millennium e da Revista de Tecnologia da informação. Coordenador brasileiro, do Grupo de pesquisa sobre direitos fundamentais e a propriedade intelectual, da Universidad Los Andes, Venezuela; Coordenador do GEDAPI-UNESA (Grupo de Estudos em Direito ambiental e propriedade intelectual). Advogado e graduado pela UFRJ.

PROF. PEDRO CARLOS PEREIRA

Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Graduado em Licenciatura Matemática; Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, coordenador da Especialização em Ensino de Matemática da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PROF. RICARDO DE BONIS

Pós-Doutor pela Universidad Iberoamericana; Doutor em Administração pela Universidad Americana de Asunción e Mestre pela UFRJ.

PROF. RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO

Pós-Doutor na Universidad Ibero Americana/PY, Doutor em administração pela Universidad Americana/PY; Pós-Graduado em Finanças e Gestão de Negócios pelo IPEP - Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa; Graduado em administração pela Universidade Guarulhos; Professor da Unicaldas - Faculdade de Caldas Novas; Possui experiência nas áreas: administração, tecnologia da informação, planejamento estratégico, lucro, micro e pequena empresa.

PROFª. VALESKA REGINA SOARES MARQUES

Pós Doutoranda pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana, MBA em Gestão e Marketing – ESPM.

■ PERIODICIDADE SEMESTRAL: ABRIL E OUTUBRO

■ IDIOMA: A REVISTA ACEITA ARTIGOS EM PORTUGUÊS E ESPANHOL

■ EDITOR

Revista editada pelo IDEIA – Instituto de Desenvolvimento Educacional Iberoamericano
SEDE: Av. Pastor Martin Luther King Jr, 126 - Torre 1000, GR. 520 (Nova America Shopping) - RJ - CEP: 20765-000

■ DIRETOR EXECUTIVO

PROFº RICARDO DE BONIS

■ DIRETOR FINANCEIRO

JOÃO MIGUEL

■ DIRETOR DE PATRIMÔNIO

FILIPPE TÓFANO

■ COORDENADORA

CÁSSIA LOPES

■ PROJETO GRÁFICO / EDITORAÇÃO / CAPA

ADILCEMAR DE SOUZA

■ PUBLICAÇÃO ONLINE - Na Internet

<http://www.revistaideario.com.br>



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA

REVISTA Nº 02 - ANO 9 (2020)

O **INSTITUTO IDEIA** - Detentor da marca Revista Ideário, não se responsabiliza por informações contidas nos artigos assinados. Não é permitida a reprodução de textos ou imagens sem autorização de seus autores.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTRADOS
E PÓS-DOUTRADOS**



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



SUMÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTRADOS
E PÓS-DOUTRADOS**



INTRODUÇÃO

005 | EDITORIAL - Por Carlos Estephanio

009 | APRESENTAÇÃO - Ricardo De Bonis

ARTIGOS

013 | A PRODUÇÃO DA ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA NO TERCEIRO E QUARTO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRASTES ENTRE O REAL E O IDEAL
Elaine Santos Ferreira

029 | APRENDIZAGEM EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE O AUTISMO
Patrícia Oliveira Menezes Godinho

041 | AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PELO ALUNO SURDO/SURDOCEGUEIRA
Mateus Eduardo Carneiro Alves

053 | A RELEVÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA E ESCRITA PARA OS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS
Ionethe Rodrigues de Sousa

063 | IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID – 19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, DE PARA SANTA RITA DO SAPUCAÍ
Rosa Stela Ribeiro de Lorena, Michel Liberato de Sousa

073 | O DIREITO AMBIENTAL ALIADO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PROMOÇÃO CIDADÃ DA CONSCIÊNCIA ÉTICO-AMBIENTAL PERANTE A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE RIO QUENTE, BRASIL
Valéria Pires de Rezende, Ronaldo do Nascimento Carvalho

083 | REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Silvana dos Santos Vilar Negri

091 | PERFIL DOS USUÁRIOS FREQUENTADORES DA CLÍNICA DA FAMÍLIA OLÍMPIA ESTEVES, DA ZONA OESTE, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Solange da Cunha Ferreira, Valeska R. S. Marques

111 | OS DESAFIOS DA GESTÃO EMPRESARIAL: COMO PROTEGER AS EMPRESAS DAS CRISES RELACIONADAS AO NOVO CORONAVÍRUS?
Guatemozim Tabáre de Oliveira Bueno, Ronaldo do Nascimento Carvalho

121 | REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA NO QUE TANGE A INCLUSÃO SOCIAL
Karinne Oliveira Meneses

135 | RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL EMPRESARIAL EM MEIO A CRISES HUMANITÁRIAS COMO PANDEMIA DE CORONAVÍRUS
Regiane Rodrigues de Q. Simi

145 | UM ESTUDO LITERÁRIO DA PSORÍASE NA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES
Daniele Ramos Guedes, Valeska Regina Soares Marques

CONVIDADO

155 | VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL
Andréa Luiza De Souza Cardoso Pierott

173 | REVISÃO DA LITERATURA
A EDUCAÇÃO COMO DESAFIO PARA UMA NOVA ERA

177 | BIBLIOTECÁRIO
A "INTRODUÇÃO" DE UM ESTUDO

181 | NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



EDITORIAL





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**

SOMOS TODOS IGUAIS. OU NÃO?

Vivemos num país com grandes distorções. E isso nos é cristalino.

Não precisamos, por exemplo, realizar um estudo profundo para que saibamos que atuam no Brasil mais de cinquenta instituições estrangeiras na educação básica, dos mais diferentes países: França, Holanda, Suíça, Arábia e tantas outras. Todas acolhidas com legitimidade.

No âmbito de outros países do Mercosul, temos no Paraguai a destacada Escola Experimental Brasil-Paraguai, assim como nos últimos anos foram abertas quatro escolas bilingues entre Brasil e Argentina. Esse é o caminho da universalização da educação, que chega atrasada, e ainda acanhada, ao Mercosul e especialmente ao Brasil.

Mas a Europa já avança há muito tempo nesse contexto, permitindo o deslocamento de mestrands e doutorandos de um país para outro, sem burocracias, retrocessos e sim respeitando os cidadãos como iguais, sob o manto da modernidade e da legalidade.

Já no Brasil, o feudo da pseudo 'elite acadêmica', e assim eles se acham, continuam a praticar abusos contra os que para cá retornam com diplomas de quaisquer outros países, incluindo da Europa. Afinal, para eles, da suposta 'elite', não existem normas e usam abusivamente a prerrogativa da 'autonomia universitária' para violar direitos no que tange ao reconhecimento de diplomas estrangeiros, em um processo que é meramente administrativo. Sim, nada mais do que administrativo !

Quantos cidadãos saem do Brasil, com recursos próprios, assumindo o investimento para um mestrado ou doutorado, além de suas

despesas nos períodos de aulas em outra nação, abdicando do convívio familiar, para continuarem a viver, quando retornam, como 'brasileiros exilados acadêmicos' como bem afirmou o então Senador da República Cristovam Buarque.

Nada temos em relação a esses 'mestres e doutores brasileiros' que, acreditamos, devem também ter obtido seus títulos meritoriamente, ainda que nem sempre assim o seja, bastando para isso acessar alguns repositórios de teses de universidades brasileiras e ler suas produções.

A essa pseudo 'elite acadêmica' que atua nesse Brasil academicamente desgovernado, é sugerido que dispam-se de suas arrogâncias e desçam de seus pedestais com as bases carcomidas pelo nocivo ácido da vaidade e incorporem as vestes da humildade, independente de quaisquer títulos que possuam e em que locais tenham sido os mesmos obtidos.

Afinal, sejamos formados aqui, na Argentina, no Paraguai ou no Uruguai, somos todos iguais. E, em especial, este momento de pandemia nos demonstra isso. Ou não?

Carlos Estephania
(prof.estephania@gmail.com)

*Doutor em Educação
Mestre em Educação Tecnológica
Presidente da ABPÓS MERCOSUL*



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



APRESENTAÇÃO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores, estamos em plena pandemia, mas ainda trabalhando para a publicação dos artigos dos nossos alunos.

Apresentando a nossa décima sétima edição da Revista IDEARIO, com artigos em diversas áreas do conhecimento.

A mesma revista, com quase uma década de existência, vem contribuindo para o engrandecimento dos nossos pesquisadores, facilitando a divulgação dos estudos e contribuindo com informações relevante para a nossa comunidade.

Solicitamos que divulguem a nossa revista, para os seus grupos e listas de contato, pois a busca da revista, no site, é um dos critérios para obter a indexação.

Agradecemos aos autores pelo envio dos artigos e também pelas mensagens de incentivo, que temos recebido a cada publicação.

O corpo editorial se sente feliz pela publicação de mais uma edição.

Ricardo De Bonis
PD, PhD, MBA, DDS
Diretor Executivo do Instituto IDEIA
Responsável pela produção da Revista



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



ARTIGOS





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



A PRODUÇÃO DA ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA NO TERCEIRO E QUARTO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRASTES ENTRE O REAL E O IDEAL

ELAINE SANTOS FERREIRA – (es.ferreiraelaine@gmail.com) - Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay, Especialista em metodologias para o ensino bilíngue pela UNIOPET, Especialista em Língua Inglesa pela UNIFACS, Graduada em letras vernáculas e Literaturas de Língua Portuguesa pela UNEB, Professora da rede de educação básica em Salvador.

RESUMO: O presente estudo busca fazer uma análise do livro didático Our Way, da Richmond, com o objetivo de verificar a produção da escrita em língua inglesa no terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental II. Será feita uma relação entre o que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de educação brasileira; o que a literatura acadêmica sugere para o processo de ensino da escrita; e o que o material didático propõe.

PALAVRAS-CHAVE: *Produção da Escrita; PCN; Ensino Fundamental II.*

RESUMEN: Este estudio busca analizar el libro didáctico Our Way, de Richmond, con el objetivo de verificar la producción de escritura en inglés en el tercer y cuarto ciclo de la escuela primaria II. Se establecerá una relación entre lo propuesto por los Parámetros Curriculares Nacionales de la educación brasileña; lo que sugiere la literatura académica para el proceso de enseñanza de la escritura; y lo que propone el material didáctico.

PALABRAS CLAVES: *Producción de escritura; PCN; Escuela Primaria II.*



1. INTRODUÇÃO

É cada vez mais crescente a necessidade de se falar uma língua estrangeira. No mundo globalizado, a língua inglesa apresenta-se como ferramenta extremamente relevante no mundo dos negócios, do turismo e, de forma geral, da comunicação. É notória a crescente inserção da língua inglesa como componente curricular desde muito cedo: algumas escolas regulares estão disponibilizando para os seus alunos aulas de inglês a partir do grupo 2 da educação infantil. A ideia de “quanto mais cedo, melhor” se proliferou, e as escolas bilíngues estão se propagando com muita rapidez.

O que se percebe, entretanto, é que o ensino de língua estrangeira nas escolas regulares não está centrado no uso e sim na forma: ao final do percurso escolar os estudantes têm conhecimento sobre alguns tempos verbais e estruturas gramaticais da língua inglesa, entretanto, não sabem fazer uso oral e escrito do idioma. Certamente na educação infantil são trabalhados apenas o ouvir e o falar, já que essas crianças ainda não chegaram à fase de ler e escrever. Todavia, ao chegar ao ensino fundamental, não há uma abrangência maior desse ensino da língua estrangeira para que o indivíduo seja competente linguisticamente nas quatro habilidades. O ler e o escrever ficam sempre em defasagem.

Segundo os PCN (1998), ao chegar ao sexto ano, a criança já é um falante competente da sua língua materna, ou seja, já

é competente linguisticamente para pensar, falar, ler e escrever. “Enfim, o aluno já sabe muito sobre sua língua materna e sobre como usá-la, ou seja, sabe muito sobre linguagem.” (BRASIL, 1998, p. 25). Desta forma, ele já poder ser inserido em um contexto de aprendizagem de língua estrangeira. Parte-se, portanto, do pressuposto que o indivíduo terá o seu primeiro contato com a aprendizagem formal da língua estrangeira a partir do terceiro ciclo do ensino fundamental, o que se compreende hoje como sexto ano do ensino fundamental II.

Justificado pela ausência do uso oral de línguas estrangeiras no cotidiano da maior parte da população brasileira, os PCN (1998) priorizam o ensino destas através da leitura, já que esta habilidade é utilizada com mais frequência na vida pessoal, profissional e acadêmica dos indivíduos. Há também de se considerar que as condições e estruturas das salas de aulas brasileiras (tais como quantidade de aluno por turma, material didático adequado, nivelamento dos alunos no que diz respeito ao conhecimento em língua estrangeira), não possibilitam o ensino das quatro habilidades em uma língua estrangeira, “Assim, o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes.” (BRASIL, 1998, p. 21)

Ao final do quarto ciclo, ou seja, no nono ano do ensino fundamental II, dentre outros objetivos para ensino de língua estrangeira, espera-se que os alunos possam “construir



conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da língua materna.” (BRASIL, 1998, p.67). Compreendem-se por conhecimento sistêmico os conhecimentos sobre a organização linguística, tais como: léxico, morfológico, semântico, sintático, fonéticos e fonológicos.

Segundo os mesmos parâmetros,

O aluno utilizará o conhecimento de tipos de texto na leitura, na escrita e na produção e compreensão da fala; no reconhecimento e na compreensão da organização textual; no reconhecimento da função social do texto; na participação de interações de natureza diversas (diálogos apresentações orais etc.) (BRASIL, 1998, p. 73 e 74)

Não se pode perder de vista aqui o que corresponde à função social do texto, que nada mais é do que utilizar o texto para a comunicação. O texto é uma forma de expressão humana, no qual se transmite uma mensagem, para que essa seja compreendida. No contexto escolar, entretanto, muitas vezes utiliza-se o texto, e a prática da escrita de modo geral, apenas como uma maneira de treinar aspectos gramaticais da língua, mecanicamente, não enfatizando o seu principal propósito: a comunicação.

Espera-se, portanto, que ao final do quarto ciclo a criança seja capaz de produzir textos orais e escritos em língua estrangeira

compatíveis com sua faixa etária. Entretanto, o que ocorre na realidade está muito longe do que os parâmetros nacionais curriculares estabelecem como meta. Ao término do ensino fundamental II, de acordo com minha experiência em sala de aula, somado aos relatos de colegas de profissão, grande parte dos estudantes brasileiros possui um desenvolvimento muito aquém do esperado no que diz respeito à produção de textos em língua materna. Na conclusão da educação básica, no terceiro ano do ensino médio, a avaliação nacional feita pelo governo (ENEM), mostra quedas na média das provas de linguagens e códigos e nas redações dos estudantes de escolas privadas, estaduais e municipais, do ano de 2013, ou seja, os baixos desempenhos vistos ao final do quarto ciclo seguem até o ensino médio.

Segundo o coordenador e consultor jurídico da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos (Confenapa), Luis Claudio Megiorin, as quedas estão relacionadas à falta de leitura e escrita. "Nossos alunos não estão sendo estimulados na leitura. Isso ajudaria não apenas na redação, mas na interpretação das demais questões", diz. Segundo ele, os pais devem buscar o desempenho das escolas e cobrar melhoria nesses quesitos. (EBC, 2013)

A escrita é, por natureza, um ato muito mais complexo do que a fala. Na fala o interlocutor dispõe de outros artifícios (tais como gestos e expressões faciais) para que a comunicação se estabeleça, enquanto que na escrita, todas as informações devem ser



transmitidas da forma mais clara possível, para que não haja dúvidas ou ambiguidade. Portanto, para desenvolver a habilidade da escrita, o nível de conhecimento acerca do código linguístico deve ser bem mais amplo.

Há de se considerar que o domínio sobre a escrita em língua materna de uma criança do terceiro e quarto ciclo não é tão pleno quanto deveria. Como visto anteriormente, segundo os PCN (1998) nessa fase escolar, o indivíduo já (deveria) saber (r) o suficiente sobre sua língua materna para discutir sobre ela e usá-la como base para a aquisição de uma língua estrangeira. Tomando como base esse pressuposto, a produção da escrita em língua estrangeira deve ser exercitada no cotidiano desses estudantes, a fim de que, ao final do quarto ciclo, o que é proposto pelos PCN seja cumprido.

1.1. METODOLOGIA

Tomando como base a proposta sugerida pelo PCN (1998), estabelecemos como categorias de análise deste trabalho os seguintes critérios:

1. Identificar se o material analisado possui atividades que permitam que os estudantes do nono ano do ensino fundamental II adquiram conhecimento sobre a organização textual;
2. Analisar se as atividades contidas no livro didático proporcionam ao aluno do quarto ciclo a prática na elaboração de textos;

3. Verificar quantitativamente os exercícios de prática da escrita propostos pelo material didático Our Way, e caracterizá-los quanto ao propósito – foco na gramática ou na comunicação; produção mecânica ou produção espontânea.

2. (RE) APRENDENDO A ESCREVER – O IDEAL

Para analisar a competência linguística de um indivíduo tomamos como referência quatro habilidades básicas: o ouvir, o falar, o ler e o escrever. As duas primeiras são inatas, pois já nascemos com a capacidade de desenvolvê-las, bastando apenas que haja estímulo. Aos poucos, naturalmente, uma criança por volta de 18 meses até 2 anos de idade (sem patologias) desenvolve suas habilidades natas de ouvir e falar sua (s) língua(s) materna(s). No que se refere ao ler e o escrever, todavia, a aquisição dessas habilidades depende de um ensinamento específico. A aquisição da escrita, já não é algo tão natural, demanda tempo, treino e “vocação”, pois segundo Brown (1994):

Assim como existem não-nadadores, nadadores medíocres e excelentes nadadores, o mesmo acontece com escritores. Porque nem todos são excelentes escritores? Qual o problema na escrita que bloqueia tantas pessoas, até mesmo em suas línguas nativas? Porque as pessoas não aprendem a escrever naturalmente assim como



aprendem a falar? ¹(BROWN, 1994, p. 319, tradução nossa)

Os questionamentos levantados por Brown (1994) são muito pertinentes e nos leva a refletir sobre o quão singular e cultural é o processo de aprendizagem da escrita. A língua(gem) está diretamente ligada e reflete os fatores culturais da sociedade na qual está inserida. Portanto, a aprendizagem da escrita de uma língua estrangeira requer não somente o conhecimento sistêmico da língua, como também o entendimento acerca de sua cultura. “Se os escritores ingleses vão direto ao ponto e os escritores chineses dão voltas ao redor do ponto, logo os falantes chineses que estão aprendendo inglês vão encontrar dificuldades em aprender a escrever em Inglês.”² (BROWN, 1994, p. 323)

Brasil (1998) também levantou o questionamento sobre as diferenças que existem culturalmente no que diz respeito à construção discursiva em língua estrangeira quando afirma que:

[...] mesmo em uma conversa informal em inglês não se admitem tantas interrupções e fracionamento dos tópicos quanto parecem ocorrer em uma conversa informal em português. Da mesma forma, um texto escrito em inglês não permite tantas digressões do

tópico principal quanto um texto em português. (BRASIL, 1998, p. 31).

O processo de aprendizagem da escrita (SEOW, 2002) possui vários estágios, que são planejar, escrever o primeiro rascunho (rascunhar), revisar o que foi escrito e editar o produto final.

O estágio do planejamento, ou pré-escrita, corresponde a qualquer atividade que estimule o aluno à escrita. Neste momento, não existem ideias ou respostas certas e erradas, todas as tentativas são bem-vindas e a espontaneidade é fundamental: debates em grupos, perguntas sobre o tema, o uso de palavras chaves ou até mesmo um curto e limitado espaço de tempo para que se escreva o que vier a mente sobre o tema. Todas essas atividades ajudam o estudante a dar o “pontapé inicial” e começar a preencher a tão temida folha em branco

No estágio seguinte (rascunhar) não se deve levar em consideração as questões gramaticais, a escrita apenas corresponde a organizar e desenvolver as ideias que anteriormente foram expostas. Visualizar o público leitor auxilia muito nesse processo, como afirma Seow (2002):

¹ Just as there are non-swimmers, poor swimmers, and excellent swimmers, so it is for writers. Why isn't everyone an excellent writer? What is it about writing that blocks so many people, even in their own native language? Why don't people learn to write 'naturally' as they learn to talk? (BROWN, 1994, p. 319).

² If English writers get 'straight' to the point, and Chinese writers 'spiral' around the point, then Chinese speaker who is learning English will encounter some difficulty in learning to write English discourse. (BROWN, 1994, p. 323).



Embora a escrita na sala de aula seja quase sempre para o professor, os estudantes podem ser estimulados a escrever para diferentes públicos, entre pares, outros colegas de classe, para amigos e familiares. A consciência sobre o público pode nortear um estilo próprio ao escritor. Os estudantes também devem ter em mente a ideia central do que eles querem comunicar ao público para que possam direcionar a sua escrita¹. (SEOW, 2002, p. 129, tradução nossa)

Antes da revisão é importante que se compartilhe o que foi escrito com alguém, que pode ser o próprio professor, ou os colegas de classe (em pares ou pequenos grupos). Ao compartilhar o rascunho com outra pessoa, pode-se enriquecer muito a escrita e visualizá-la de outro ângulo. Muitas vezes o que se pensou, a ideia inicial, não está tão clara no papel quanto gostaríamos, e apenas uma visão de fora pode indicar o que precisa ser revisto.

Dado o *feedback* sobre o rascunho, é hora de revisá-lo, reorganizar as ideias para torná-las mais claras, retirar informações desnecessárias ou irrelevantes, adicionar informações que ficaram faltando, além de fazer uso de conectores para tornar o texto mais coeso e coerente. “A revisão não é

apenas uma mera checagem de erros de linguagem. É feita para aprimorar o conteúdo global e a organização das ideias de modo que a intenção do escritor se torne mais clara para o leitor².” (SEOW, 2002, p. 129, tradução nossa)

Com todas as ideias bem organizadas, claras, coerentes e convincentes, muda-se o foco para as questões gramaticais, que foram ignoradas até aqui. Neste estágio, o uso das estruturas e tempos verbais, ortografia, pontuação, preposições, dentre outros, devem ser revistos. Certamente muitos erros passarão despercebidos, dado o nível de conhecimentos acerca da língua que os alunos detêm. Entretanto, é importante que os próprios estudantes consigam visualizar seus erros e os erros de seus colegas. Ao fazer a análise dos escritos em pequenos grupos, as questões gramaticais são detectadas mais facilmente.

Seow (2002) afirma que:

Editar no processo da escrita é significativo porque os estudantes podem ver a conexão entre um simples exercício e suas próprias escritas, e essa correção não é feita de forma aleatória, mas como parte de um processo para tornar a comunicação o mais clara e

¹ Although writing in the classroom is almost always for the teacher, the students may also be encouraged to write for different audiences, among whom are peers, other classmates, pen-friends and family members. A conscious sense of audience can dictate a certain style to be used. Students should also have in mind a central idea that they want to communicate to the audience in order to give the direction to their writing. (SEOW, 2002, p. 129)

² Revising is not merely checking for language errors (i.e., editing). It is done to improve global content and the organization of ideas so that the writer's intent is made clearer to the reader. (SEOW, 2002, p. 129)



menos ambígua possível para o público¹.
(SEOW, 2002, p. 131, tradução nossa)

3. O QUE O LIVRO DIDÁTICO PROPÕE – O REAL

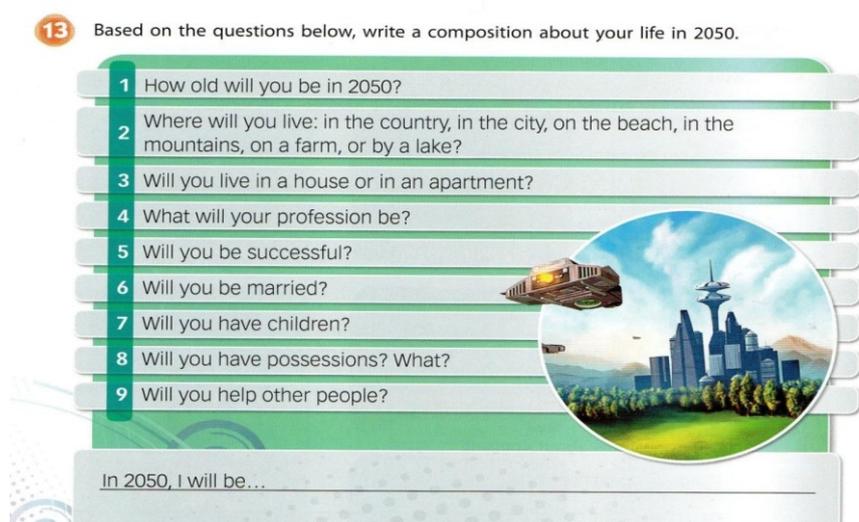
O material didático utilizado para análise nesse estudo foi o livro *Our Way 4 – Premium Edition, 2012*. Publicado pela editora Moderna em parceria com a Richmond, a coleção *Our Way* é composta por quatro livros indicados para o ensino fundamental II, que vêm acompanhados de um livro paradidático em língua inglesa e um MultiROM. Um dos materiais mais utilizados pelas escolas particulares do Brasil há mais de trinta anos, segundo consultoria de idiomas da editora Moderna. O livro analisado é indicado para

último ano do ensino fundamental II, o nono. Está dividido em oito unidades, as quais possuem um tema central que serve de guia para desenvolver a leitura, gramática e escrita.

Na primeira unidade, denominada “*What will life be like?*” existem dez exercícios de prática da escrita², dos quais seis são práticas controladas com foco na gramática; três práticas controladas com o objetivo de trabalhar a compreensão de textos e um exercício desenvolve a prática livre da escrita. Essa atividade solicita dos alunos a escrita de um texto sobre como seria sua vida em 2050. Para isso, utiliza nove questões norteadoras e dá ao aluno a frase inicial “*In 2050, I Will be...*”

Figura 1: Narrativa sobre a vida no futuro.

Figura 1 - imagem da capa da cartilha elaborada pela pesquisadora



Fonte: AMOS (2002, p. 14).

¹ Editing within process writing is meaningful because students can see the connection between such an exercise and their own writing in that correction is not done for its own sake but as part of the process of making communication as clear and unambiguous as possible to an audience. (SEOW, 2002, p. 131).

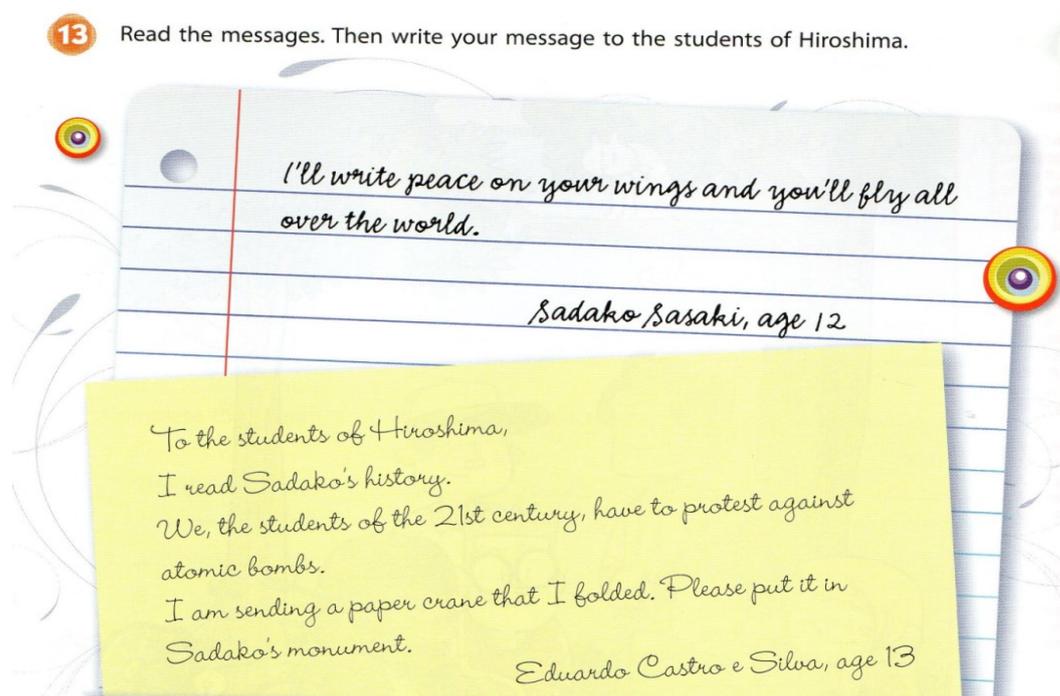
² Consideramos prática de escrita quando, pelo menos, se faça necessária a formulação de uma sentença completa com sujeito, verbo e complementos.



O manual do professor sugere que o mesmo oriente os alunos a responder as questões norteadoras em seus cadernos e que as corrija em seguida. Solicita ainda que, no quadro negro, o professor faça uma lista de alguns conectivos que poderão ser utilizados no texto. Em seguida, sugere que o educador oriente os alunos a atribuir um título criativo ao texto e redigi-lo de maneira organizada, com introdução, desenvolvimento e conclusão. O manual sugere ainda que a atividade seja utilizada “em caráter avaliativo.” (AMOS, 2012, p. 14, manual do professor)

A unidade dois “*Sadoko and the thousand paper cranes*” apresenta dez atividades que exercitam a escrita, das quais seis são práticas controladas com foco na gramática; três exercícios de prática controlada para trabalhar a compreensão de texto e uma atividade de prática de escrita espontânea. A atividade proposta corresponde à escrita de uma mensagem para os estudantes de Hiroshima. Para a execução da atividade, o livro mostra duas mensagens de adolescentes para ilustrar e inspirar o processo de escrita, conforme consta na figura 2.

Figura 2 - Mensagem para os estudantes de Hiroshima.



Fonte: AMOS (2002, p. 24).



No manual do professor é sugerido que, antes da produção, haja uma conversa sobre a história de *Sadoko*, personagem principal do texto tema da unidade, e de que forma os alunos gostariam de homenageá-la. Sugere ainda que as respostas dos alunos sejam escritas no quadro como forma de palavras chave em inglês, no intuito de ajudá-los a desenvolver suas ideias. O manual indica que seja elaborado um rascunho, que o mesmo seja corrigido, para que, posteriormente seja reescrito, fazendo os ajustes necessários. Caso o professor deseje, é sugerido que apresente aos alunos um vídeo do *youtube* que conta de forma breve a história de *Sadoko*.

A terceira unidade *“The lady in the cave”*, possui seis atividades que exercitam a escrita. Dentre elas percebe-se que três são práticas controladas com foco na gramática; duas são práticas controladas de compreensão e interpretação de texto e uma corresponde à prática espontânea da escrita. Essa última consiste na escrita de um texto sobre mentiras. Para tanto são utilizadas três questões norteadoras *“Have you ever told one? Why? What were the consequences?”* As instruções no manual do professor para a realização da atividade são exatamente as mesmas da atividade de escrita da unidade dois, apenas adiciona a possibilidade de utilizar o exercício como forma de avaliação.

A unidade quatro *“Have you ever seen the rain?”* contém seis atividades que exercitam a escrita, das quais três correspondem à prática controlada com ênfase na gramática; e três são práticas controladas para a prática da compreensão e interpretação textual. Esta unidade não dispõe de atividades de escrita espontânea.

Na quinta unidade *“The Twins”* pode-se encontrar nove atividades em que a escrita é exercitada, dos quais sete são práticas controladas com foco na gramática e duas são práticas controladas com ênfase na compreensão e interpretação textual. Esta unidade também não permite ao aluno praticar a escrita de forma espontânea.

A unidade seis *“War horse: from the book to the screen”* dispõe de dez atividades de prática de escrita, das quais seis são controladas com foco na gramática; três correspondem à prática controlada com ênfase na compreensão e interpretação de textos e uma possui uma atividade com a finalidade de exercitar a escrita de forma espontânea.

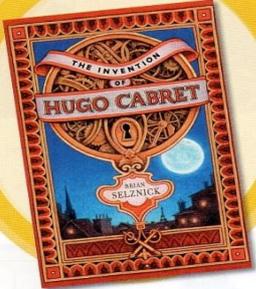
A atividade solicita a produção da descrição de um livro. Para tanto, exemplifica com a sinopse do livro *“The invention of Hugo Cabret”* de Brian Selznick e pede que os estudantes façam o mesmo com um livro de sua preferência, com é possível visualizar na figura 3.



Figura 2 - Mensagem para os estudantes de Hiroshima.

14 Read this book description. Then write about a book you like.

Title: *The Invention of Hugo Cabret*
Author: Brian Selznick



Hugo is an orphan who keeps the clocks in a Paris train station. He is secretly trying to fix a mechanical man which his father had started to build. He is convinced that the mechanical man has a message from his dead father. But when Hugo meets Isabelle and her grandfather, his life and his secret are in danger.

Based on: <www.amazon.com>. Accessed on: May 15, 2012.

Fonte: AMOS (2002, p. 24).

O material do professor sugere que se pergunte aos alunos quais os livros que já leram e mais gostaram, e que, as respostas sejam escritas no quadro negro. Em seguida, que oriente aos alunos na elaboração de um resumo do livro escolhido, em uma folha de rascunho, contando os fatos e personagens principais. Tal rascunho deve ser corrigido pelo professor e entregue aos alunos para que o reescreva, fazendo os ajustes necessários. O manual sugere ainda que, se desejar, o professor pode utilizar a atividade em caráter avaliativo.

A sétima unidade “*Friendship*” possui seis atividades de escrita, das quais três são práticas controladas com foco na gramática; uma é prática controlada com ênfase a

compreensão textual e duas são exercícios de escrita espontânea.

Uma atividade¹ corresponde à escolha de uma frase (dentre as cinco que o livro oferece) que descreve a amizade e a justificativa da escolha. O manual do professor sugere que o professor converse com os alunos sobre as frases e explique o vocabulário, e que escreva no quadro negro palavras chave em inglês que os ajude a elaborar suas justificativas.

A outra atividade de escrita espontânea consiste no relato de um episódio em que o aluno mostrou sua amizade para alguém, ou vice-versa. Para planejar a escrita o material sugere que os alunos releiam as cinco frases da página 69². O manual do professor sugere apenas que seja elaborado um rascunho e que esse seja corrigido pelo professor para que os

¹ Atividade quatro da página 69.

² “Friends are kind of scary”; “I have friends who I would confide anything in”; “A true friend understands you, even when you’re not talking”; “I got sick, and my friend ran to the bathroom after me to hold my hair back as I became the Exorcist”; “Friends came and go”.



alunos o reescreva, fazendo os ajustes necessários. Sugere ainda que a atividade pode ser utilizada como forma de avaliação.

A última unidade “The sound of music” possui seis atividades de escrita, das quais quatro são práticas controladas com foco na gramática; e duas são práticas controladas com foco na compreensão textual. Essa unidade não disponibiliza exercícios em que o aluno possa praticar a escrita de forma espontânea.

Ao final do livro ainda pode-se encontrar um extra reading, grammar reference e um workbook com diversas atividades extras. Entretanto, não são encontradas atividades de prática da escrita de forma espontânea. Apenas mais exercícios de prática controlada da escrita com foco na gramática e interpretação textual.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já foi dito anteriormente, o processo de aprendizagem da escrita demanda tempo, dedicação, prática e até mesmo afinidade, pois não nascemos com a facilidade inata de produzir textos escritos coerentes, coesos e que atraiam a atenção dos leitores. Para se chegar a um produto final é necessário organizar ideias, escrever e revisar os rascunhos várias vezes e isso não ocorre em todas as unidades do livro.

Após a análise do material didático, de acordo com os critérios pré-estabelecidos anteriormente, chegou-se a seguinte tabela quantitativa:

Unid.	Nº atividades foco na gramática	Nº atividades de compreensão textual	Prática espontânea	Total de produção mecânica	Total de textos com função social	Total de atividades escritas
1	06	03	01	09	01	10
2	06	03	01	09	01	10
3	03	02	01	09	01	06
4	03	03	00		00	06
5	07	02	00	09	00	09
6	06	03	01		01	10
7	03	01	02	09	02	06
8	04	02	00		00	06
TOTAL	38	19	06	57	06	63

Quadro 1 - Atividades propostas pelo Our Way



Após a análise do livro didático em questão, percebe-se que, apenas com as atividades propostas pelo livro, dificilmente os alunos do nono ano do ensino fundamental II serão capazes de desenvolver, de forma satisfatória, as suas habilidades na escrita. Ao longo de todo o ano, que corresponde a 200 dias letivos, os estudantes farão apenas 06 produções de textos escritos com função social, as outras 57 produções são meras repetições mecânicas, nas quais os alunos são induzidos a produção de sentenças onde devem completar ou formar frases gramaticalmente corretas. Ou seja, uma produção de escrita sem qualquer função social.

Acreditamos que a prática da escrita espontânea deveria ser semanal, ou pelo menos quinzenal. Assim como não se pode aprender a nadar, surfar, cozinhar ou jogar xadrez com apenas seis aulas por ano, dificilmente um indivíduo estará apto a desenvolver bons textos com as seis práticas disponibilizadas pelo material didático em questão. Certas habilidades demandam treino contínuo: quanto mais se pratica, mais a habilidade é aprimorada. Bons cozinheiros só chegam a excelência com o aprimoramento que a prática diária traz: cozinhando, provando, adicionando novos ingredientes, testando novos sabores, novas receitas. Assim também é o processo de aquisição da escrita: escrevendo, revisando, reescrevendo, testando novas palavras, trocando os elementos coesivos, se arriscando em novos tipos e gêneros de textos.

O material didático *Our Way* deixa transparecer, em seu manual do professor, que a proposta pedagógica da obra está centrada, prioritariamente, na oralidade e leitura, quando afirma que:

Ressalte-se, ainda, que a proposta pedagógica está calcada sobre a oralidade, a compreensão leitora, a compreensão auditiva e a produção escrita, **com bastante destaque para as duas primeiras**. [...] No entanto, isso não quer dizer que o texto escrito não seja valorizado. Conforme mencionado, houve preocupação de abordar uma temática variada e atual, bem como de explorar diferentes gêneros textuais. A exposição a essas diferentes linguagens é de extrema importância para a formação lingüística e crítica do educando e contribui para **despertar seu gosto pela leitura** em geral e pela língua inglesa em particular. (AMOS, 2012, p. 5, manual do professor, grifo nosso)

Desta forma, percebe-se que o aluno é exposto ao contato com diferentes gêneros textuais com o intuito de desenvolver o gosto pela leitura e não com a finalidade de desenvolver e aprimorar a prática e habilidade na escrita. No decorrer da obra os estudantes entram em contato com a leitura de textos de gêneros e tipos diferentes, como letras de músicas, e-mails, artigos (de jornais, revistas e sites), histórias em quadrinhos, dentre outros. Entretanto, no que diz respeito à produção da escrita espontânea e significativa, estas estão centradas, em sua maioria, em apenas um gênero.



No que diz respeito à tipologia e gêneros textuais abordados pelo material para as atividades de escrita espontânea, tem-se a predominância das narrativas descritivas, com ênfase nos relatos pessoais. Das 06 atividades de escrita espontânea propostas, 50% são narrativas descritivas, e os outros 50% correspondem a: mensagem, sinopse de livro e a justificativa para a escolha de uma frase sobre amizade.

De certa forma, as narrativas de relatos pessoais são mais fáceis de serem desenvolvidas, pois se tratam de fatos que realmente ocorreram com o aluno escritor, necessitando, portanto, apenas de ajustes na organização das ideias e na edição do escrito. Para um adolescente da faixa etária do nono ano (entre 14 e 15 anos) ainda é muito difícil dissertar ou argumentar, até mesmo em sua própria língua. As tipologias e gêneros textuais propostos pelo material estão adequados à faixa etária e ao desenvolvimento da escrita na língua estrangeira.

No que diz respeito à função social das práticas em questão, percebe-se que, no cotidiano, o uso das narrativas não é funcional, em se tratando da escrita. A vida do adolescente moderno está muito mais centrada na escrita de e-mails, de pequenas mensagens, recados e posts em redes sociais. Percebe-se, portanto, que as práticas propostas pelo material estão muito mais centradas no treino das estruturas gramaticais estudadas ao longo da unidade. A

unidade um, por exemplo, tem como foco gramatical o futuro com *Will*. Após todos os treinos com as atividades focadas em reprodução mecânica, o aluno é induzido a, mais uma vez, treinar o uso do futuro na prática espontânea compondo uma narrativa para contar como ele espera que seja sua vida no ano de 2050. Vale ressaltar que a prática em questão tende a ser uma sequência de frases, em resposta às perguntas feitas no enunciado da atividade.

Há ainda de se considerar que em todas as situações propostas pelo material didático, nas quais a prática da escrita é exercitada, de forma espontânea, possivelmente, seja em caráter avaliativo, pois há uma indicação do autor para que o professor utilize essas atividades como avaliação. Ou seja, não é uma prática prazerosa e realmente espontânea, pois o adolescente sabe que está sendo avaliado. Desta forma, a escrita estará sempre correlacionada a algo obrigatório, tenso e quantitativo e não à comunicação. Se o processo de aquisição da escrita em língua materna já não é algo tão simples e natural, demandar os alunos à escrita em língua estrangeira sempre em caráter avaliativo não me parece uma ideia muito lógica.

5. CONCLUSÃO

Após a análise do livro didático, segundo os critérios pré-estabelecidos de acordo com a indicação dos PCN, e a análise de literatura sobre processo da escrita, percebe-se que a proposta do material didático leva os alunos



do nono ano ao conhecimento sobre a organização textual, já que, em seu processo de escrita o estudante é estimulado a produzir textos com introdução, desenvolvimento e conclusão. As práticas de escrita espontânea são sempre acompanhadas de perguntas norteadoras. Respondendo essas perguntas na ordem em que aparecem, o estudante possivelmente produzirá um texto organizado.

No manual do professor sempre é recomendado que o mesmo faça atividades pré-escrita, que os estudantes façam rascunhos e edições antes de finalizar a escrita de suas composições, referenciando, portanto, o *process writing* teorizado na literatura especializada.

Pressupõe-se que, os estudantes consigam realizar a produção de textos significativos e com função social, entretanto, há uma disparidade no que diz respeito à quantidade dessa produção: enquanto que a produção mecânica ocorre em 90,47% das atividades, a produção espontânea e significativa ocorre apenas em 9,52%. Comparando o número de vezes em que aparecem, a produção de textos com função social é muito baixa. O processo de aquisição da escrita demanda tempo e treino, como visto anteriormente, e, comparado ao das outras atividades, essa prática está quantitativamente em desvantagem.

A disparidade não é apenas em relação ao número de atividades, mas também em

relação ao que é significativo para os adolescentes, considerando o uso da língua no dia a dia, ou seja, a comunicação.

Ainda no que se refere à produção de textos com função social, as atividades propostas caracterizam-se muito mais como treino de estruturas gramaticais do que práticas comunicativas. Das 06 atividades de prática espontânea propostas, apenas 01 (o que corresponde a 16,66%) transmite realmente uma mensagem, que é a atividade da unidade dois, na qual os adolescentes escrevem uma mensagem para os estudantes de Hiroshima. Ainda assim, a atividade propõe algo distante, pois o destinatário é fictício. Seria mais significativo que a produção fosse destinada a um público real, a exemplo dos colegas. Praticar resumo é importante, entretanto, o resumo não comunica opinião própria, apenas retransmite de forma concisa uma mensagem de outra pessoa. Portanto, apenas 1,58% atividades de prática escrita propostas pelo material didático pode ser considerada como texto com função social.

No que se refere à quantidade, as atividades de prática controlada com ênfase na gramática obtêm o maior número, com 38 exercícios (60,31%); dentre as atividades mecânicas com foco na interpretação textual contam-se 19 exercícios (30,15%); e a produção espontânea e que consideramos significativa é composta de apenas 06 exercícios (9,52%).



A obra *Our Way* volume 04 enquadra-se aquém dos objetivos para a prática da escrita propostos pelos PCN. Desenvolve, entretanto, o processo dessa escrita conforme é sugerido pela literatura, obedecendo aos estágios da pré-escrita, rascunho, revisão e edição, porém, apresenta um número pequeno de atividades para a prática e desenvolvimento dessas habilidades.

Apesar da dificuldade, a produção textual deve sim ser trabalhada em sala de aula. O que se deve ter em mente são estratégias para estimular essa produção e trabalhá-la continuamente, respeitando as tipologias textuais que pertencem ao universo da criança e adolescente, como pequenas histórias, contos, histórias em quadrinho, dentre outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOS, Eduardo. **Our way**. 7 ed. São Paulo: Moderna, 2012.
- BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BROWN, H.D. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. New Jersey: Prentice Hall Regents, 1994, p. 283-345.
- SEOW, Anthony. The writing process and process writing. In: **Methodology in language teaching: an anthology of current practice**. New York: Cambridge University Press, 2002.
- TOKARNIA, Mariana. Escolas têm queda na nota da redação no Enem. **EBC**. Brasília, 26 de nov. 2013. Educação. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/educacao/2013/11/escolas-tem-queda-na-nota-da-redacao-no-enem-excecao-sao-as-federais>> Acesso em 07/02/2014.

7. NOTA BIOGRÁFICA

Elaine Santos Ferreira

Professora da rede privada de educação básica na cidade de Salvador. Graduada em Letras Vernáculas e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Especialista em Língua Inglesa pela Universidade Salvador – UNIFACS; Especialista em metodologias para o educação bilíngue pela UniOPET; Mestranda em Ciências da educação pela Universidad Columbia del Paraguay.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



APRENDIZAGEM EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE O AUTISMO

PATRÍCIA OLIVEIRA MENEZES GODINHO (patriciaolivmenezes@hotmail.com) - Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.

RESUMO: Reconhecer as dificuldades vividas no processo de educação inclusiva por crianças autistas é uma forma de refletir sobre essa problemática social diante dos contextos educacionais com o objetivo de pensar sobre o papel da escola e dos educadores no processo de aprendizagem, uma vez que devem primar pelo desenvolvimento integral dos discentes a partir de um ensino qualitativo desde a infância norteada pela socialização desprovida de preconceito e o direito de conviver normalmente com as demais crianças. A maioria dos profissionais não está preparada é necessário conhecimento específico para atuar junto às crianças autista diante do processo de aprendizagem. O autismo é um distúrbio que afeta a capacidade da criança de estabelecer relacionamentos e responder adequadamente aos ambientes. Os autistas parecem não perceber os sentimentos dos outros, em relação a ele, demonstrando também pouca ou nenhuma afetividade. O objetivo desse estudo é refletir sobre a função social da escola e do educador no desenvolvimento integral das crianças autistas no atendimento especializado com responsabilidade, comprometimento e ética profissional. A metodologia que fundamenta essa reflexão teórica é a bibliográfica numa abordagem qualitativa de discussão. Assim sendo, respeitar as limitações das crianças autistas é favorecer condições para seu desenvolvimento, assegurando a acessibilidade a uma educação de excelência, além de firmar parceria com a família.

PALAVRAS-CHAVE: *Autista, Crianças, Educadores, Escola.*

RESUMEN: Reconocer las dificultades experimentadas en el proceso de la educación inclusiva de los niños autistas es una forma de reflexionar sobre esta problemática social frente a los contextos educativos con el objetivo de pensar en el papel que juegan la escuela y los educadores en el proceso de aprendizaje, ya que debe ser priorizado el desarrollo integral de los estudiantes a partir la enseñanza cualitativa desde la infancia guiados por la socialización libre de prejuicios y el derecho a convivir normalmente con otros niños. La mayoría de los profesionales no están preparados, y se necesitan conocimientos específicos para trabajar con niños autistas ante su proceso de aprendizaje. El autismo es un trastorno que afecta la capacidad del niño para establecer relaciones y responder adecuadamente a su entorno. Las personas autistas aparentan no percibir los sentimientos de los demás hacia este, además de demostrar poco o ningún afecto. El objetivo de este estudio es reflexionar sobre la función social que ejerce la escuela y el educador en el desarrollo integral del niño autista con atención especializada con responsabilidad, compromiso y ética profesional. La metodología que sustenta a esta reflexión teórica es la bibliográfica en un enfoque cualitativo de la discusión. Por lo tanto, respetar las limitaciones de los niños autistas es favorecer las condiciones para su desarrollo, asegurando la accesibilidad a una educación excelente, además de establecer una alianza con la familia.

PALABRAS CLAVES: *Autista, Niños, Educadores, Escuela.*



1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática: Aprendizagem em Contextos Educacionais: uma Reflexão sobre o Autismo, trazendo a cada pesquisador indagações sobre a responsabilidade familiar e sobre o papel da escola diante desse contexto, pois esse transtorno infantil deve ser compreendido e trabalhado eficazmente em parceria com a família para que tenha resultados satisfatórios de desenvolvimento das habilidades atingidas por essa patologia. O objetivo desse estudo é refletir sobre a função social da escola e do educador no desenvolvimento integral das crianças autistas no atendimento especializado com responsabilidade, comprometimento e ética profissional.

A família da criança autista precisa conhecer os distúrbios inerentes dessa patologia para que possa ter atitudes adequadas e eficazes no melhoramento diário dessa criança e acompanhá-la durante o tratamento que se prolongará por toda sua vida, sempre dispondo de atenção e paciência. (BENEZON, 2015).

O afeto, o carinho e o amor devem sempre estar presentes na convivência tanto em família quanto no ambiente escolar, para que haja uma valorização da criança, ainda que o distúrbio de isolamento não permita que a criança autista tenha noção desse contexto ou expresse alguma emoção. (BORUCHOVITH; BZUNECK, 2016).

Para Weiss (2006), a unidade de ensino deve ser um ambiente acolhedor, estimulante e bem constituído de instrumentos didáticos eficientes para o uso diário pelo educador durante sua práxis, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da criança autista nos seus vários aspectos cognitivos, psíquicos e emocionais.

A relevância deste estudo se dá devido o Transtorno Espectro Autista (TEA) ser considerado um distúrbio com disfunções genéticas específicas, até mesmo tendo sua definição em estudo constante reelaborando o que seja autismo. Segundo os especialistas. Muitas famílias só conseguem descobrir que sua criança é autista depois que ela já tem mais de 3 (três) anos, porque simplesmente a aquisição da linguagem é retardada e, a partir de um diagnóstico preciso realizado por especialistas conseguem diagnosticar o transtorno. Antes disso, porém, a criança é tratada como se tivesse qualquer outra patologia, menos autismo. (FERNÁNDEZ, 1991).

No entanto, os educadores, por sua vez, devem atuar como pesquisadores de maneira contínua, para que possam contribuir com as famílias que têm crianças com necessidades especiais ou com as demais famílias que têm crianças com alguma dificuldade seja de aprendizagem, seja de socialização ou outra necessidade especial. O papel da escola e de seus agentes educacionais é imprescindível junto à comunidade onde atuam, pois juntos ajudarão na resolução de muitos problemas sociais.



2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, de campo, descritivo e exploratório, segundo os pressupostos da metodologia qualitativa cujo objetivo principal será reconhecer as dificuldades vividas pelas crianças autistas e suas famílias no processo de educação inclusiva de forma ética, uma vez que a inclusão formal ocorreu, mas na prática, as crianças autistas, ainda não são assistidas na escola como deveriam por falta de materiais didáticos, profissionais qualificados e estrutura física adequada, “(...) é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas.” (SASSAKI, 2015, p. 40).

Já para Aranha (2016) inclusão significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança, ou seja, inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades como companheiros e como membros, ou seja, incluir aquele que de alguma forma teve seus direitos perdidos ou por algum motivo não os exercem.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O autismo é um distúrbio que foi estudado em seus primórdios por Leo Kanner no ano de 1943, o qual lançou um artigo intitulado: Distúrbios autísticos do contato

afetivo. Neste artigo as crianças com inaptidão para estabelecer relações normais com outras pessoas, sejam adultas ou crianças, também era classificada quanto à aquisição da linguagem, observado o atraso do desenvolvimento desta habilidade e sendo incapaz de estabelecer um valor de comunicação quando essa habilidade se desenvolve. (BENEZON, 2015).

Em 1964 Rimland Checklist, elabora o primeiro questionário diagnóstico para a realização de anamnese, contendo 80 (oitenta) itens, onde eram entrevistados os pais e a criança. Esses itens não levam em consideração as relações entre a idade mental, a idade cronologia e os sintomas. (CARVALHO, 2016).

A Sociedade Nacional com base nos pensamentos de Ritvo e Freeman, constata quatro grupos de itens: “1) distúrbios do desenvolvimento; 2) perturbações as respostas aos estímulos sensoriais; 3) distúrbios cognitivos, de linguagem e da comunicação não-verbal; 4) perturbações das relações com as pessoas, acontecimentos e objetos”. (LEBOYER, 2016, p. 12).

Esta síndrome, atualmente não tem uma definição precisa e os testes que devem ser aplicados para medir o autismo não tem um padrão próprio, devido não ter acordo entre os especialistas para tal medida. Sobre os sintomas também não há uma forma oficial de distinguir os sintomas primários dos secundários e não se sabe ao certo quais o(s) mecanismo(s) que são responsáveis para que aconteça esta classificação. (SASSAKI, 2015).



Diante desse contexto, os especialistas chegaram a uma téttrade clássica, ou seja, os quatro sintomas que servem para diagnosticar e descrever uma criança autista das demais. Essa téttrade é composta por: idade de surgimento, isolamento, imutabilidade e distúrbios das comunicações. Cada uma destas téttrades, serão descritas a seguir para que haja uma maior compreensão do distúrbio autista, a partir deste estudo.

A primeira téttrade ressalta a capacidade de o autista ser percebido a partir da escassez de relações estabelecidas, pois tem dificuldades quanto a comportar-se socialmente. Esta incapacidade é acentuada nos 5 (cinco) primeiros anos de vida, não tem um comportamento de apego normal com as crianças de sua idade, com os adultos (pais e familiares) e nem com objetos ou acontecimentos. Seu corpo não se adapta ao corpo de quem a segura, pode está rígido ou assumir uma postura com o corpo mole, isto pode acontecer por dois motivos, por não ter contato visual com quem o segura ou por não responder o sorriso, pois há uma dificuldade do autista chamar a atenção pelo contato visual e ausência ou atraso do sorriso para responder os cumprimentos de sorrisos das outras pessoas. (SASSAKI, 2015).

O autista apresenta dificuldade em distinguir os pais dos outros adultos que eram para ser vistos como estranhos, por essa razão qualquer pessoa tem facilidade para pegá-lo no colo. Para o autista as pessoas são vistas como permutáveis, por isso lhes trata com indiferença.

À medida em que crescem (cerca de cinco ou seis anos) pode se desenvolver uma maior ligação. Mas as relações sociais permanecem superficiais e imaturas. Entretanto, essas perturbações de relações sociais poderiam ser interminentes. E mais, se as anomalias das relações interpessoais estão invariavelmente presentes nos autistas desde sua tenra infância, é surpreendente constatar que os sintomas se atenuam quando a criança cresce, o que contradiz a hipótese segundo a qual o isolamento social é o handicap primário. (LEBOYER, 2016, p. 16).

A criança autista geralmente se comporta como se estivesse sozinha, como se só ela existisse e os outros não. Assim, ela cria um mundo só dela, onde ninguém penetra, pois não permite. As manifestações de afeto no autista é ausente e não procura o carinho dos outros e, quando sentem alguma dor ou medo não esperam que seus pais o reconfortem ou cuidem dele; raramente se interessam por algum detalhe do outro, algo no seu vestuário ou a sua mão. (BORUCHOVITH; BZUNECK, 2016).

Por se isolar o autista tem inaptidão de brincar em equipe ou em grupo ou criar laços de amizade. As crianças autistas demonstram pouca emoção, empatia ou simpatia pelos outros, por isso as relações sociais para o autista podem permanecer sempre superficiais ou com pouca maturidade. (FERNÁNDEZ, 1991).



Weiss (2006), geralmente quando os pais percebem que seu filho(a) tem comportamentos estranhos desde muito cedo, a preocupação, muitas vezes trazem à tona o preconceito, mas com o convívio e o tratamento junto a especialistas como: psicólogos, psiquiatras ou mesmo o pedagogo o qual o acolherá na instituição de ensino e buscará realizar um trabalho pedagógico satisfatório para o desenvolvimento das habilidades dessas crianças; os pais procuram compreender o distúrbio de sua criança.

Aranha (2016), a aceitação de uma criança patológica, não é fácil para a família: pai, mãe e irmãos, mas o trabalho realizado pelos profissionais junto à família, deve ser voltado para demonstrar as responsabilidades da família para que a criança autista possa desenvolver suas potencialidades ou mesmo ter uma vida socialmente digna. Abaixo o relato de uma mãe (de uma criança autista, relatado na obra de Avelar constante na bibliografia deste artigo).

Esse ensinamento, juntamente com Jonas, foi importante para um crescimento interior nosso, que continua, até hoje. Creio que uma coisa complementava outra, pois foi mais ou menos nessa época que conseguimos entender e aceitar plenamente nosso filho realmente como ele é. Começamos a compreender o porquê de sua vinda entre nós e perceber o presente incrivelmente lindo que havíamos recebido. Tenho certeza de que muitos pais de crianças com “problemas”

semelhantes chegaram a essa compreensão, que os especialistas, por não passarem por nossas experiências, não conseguem ter, e por isso nos tacham de sonhadores e outras coisas mais. É realmente uma pena que muitos deles não consigam ver o lado mágico e puro desses seres encantadores, para quem o passado já passou, o futuro está distante, o presente está sendo vivido intensamente, e eles estão nos convidando a todo instante para vivê-lo também! (AVELAR, 2016, p. 68).

O acolhimento da criança autista pelos pais é imprescindível para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional-afetivo e psíquico. Com atenção, carinho, amor e cuidado, os familiares podem fazer a diferença na vida de uma criança que se isola e não consegue se socializar; que tem incapacidade para desenvolver laços de amizade. (CURY, 2016).

Outra característica, já anteriormente citada, são os distúrbios de comunicações verbais e gestuais (não-verbais) inerentes das crianças autistas, pois a aquisição da linguagem é retardada e quando se desenvolve, geralmente apresentam anomalias específicas. Sabe-se que 50% (cinquenta por cento) dos autistas não falam; eles não conseguem emitir nenhum resmungo ou som. Quando, raramente, a linguagem é desenvolvida não tem valor para estabelecer uma comunicação, se caracterizando como uma ecolalia imediata e retardada. Muitas vezes, repete frases estereotipadas. (DUK, 2017).



A linguagem para o autista não é simbólica além de se desenvolvê-la não tem volume, qualidade na voz, ritmo, altura do som, entonação e inflexão, aparecem alterados e desprovida de emoção. A incapacidade do autista simbolizar a linguagem é ausente ou limitada. “(...) a comunicação verbal é patológica, a expressão é anormal, a compreensão da linguagem é também muito limitada (...)”. (LEBOYER, 2016, p. 17).

Freire (2007), as famílias devem conhecer os distúrbios da patologia que sua criança tem para compreender e agir melhor em prol do bem estar da criança. No caso do autista, além das características mencionadas, ele tem necessidade de imutabilidade, ou seja, o ambiente habitual não pode sofrer mudanças como: retirar um móvel do lugar.

Para Mitter (2015), a rotina diária também deve ser a mesma, pois é difícil saber as alterações particulares que provocarão reações explosivas na criança autista. Os jogos devem ter características repetitivas sem qualquer imaginação nem criatividade. Essas crianças têm um apego exagerado por um objeto específico, que costumam guardar o tempo todo, segundo estudiosos da área.

Os objetos giratórios costumam chamar a atenção dos autistas, que passam horas contemplando aquele objeto. Geralmente, os autistas desenvolvem sua capacidade de concentração e têm uma memória notável, decorando listas de nomes, poemas e sendo capazes de realizar cálculos mentalmente e de maneira rápida com grande competência. (FERNÁNDEZ, 1991).

O movimento mundial em direção aos sistemas educacionais inclusivos indicam uma nova visão da educação, que recupera seu caráter democrático através da adoção do compromisso legal com a oferta de Educação de Qualidade Para Todos, na qual a diversidade deve ser entendida e promovida como elemento enriquecedor da aprendizagem e catalizador do desenvolvimento pessoal e social. (DUK, 2017, p. 58).

Essas crianças têm comportamentos estereotipados, onde movimentam o corpo de forma repetida; giram as mãos, muitas vezes, batem uma contra as outras. Os gestos seguem uma seqüência complicada e sem sentido, às vezes são repetidos em algum momento do dia e sempre naquele mesmo horário. (BENEZON, 2015).

Os pais devem está atentos desde o nascimento de seu filho para que possam perceber algum sinal, mesmo que para eles a criança tenha somente um “comportamento estranho”, por serem rígidas ou moles demais ao serem pegas no colo dentre outras características. “Os pais descrevem um desenvolvimento normal até 18 ou 24 meses, momento em que notam os primeiros sintomas. Na realidade, é provável que os sinais clínicos sejam muito moderados nessas crianças e não sejam reconhecidos pelos pais”. (LEBOYER, 2016, p. 20)

Nestas condições, percebe-se que a responsabilidade familiar é grande e deve ser pautada no amor e no cuidado, pois o acolhimento é decisivo para a realização de um tratamento clínico eficaz e um



desenvolvimento satisfatório da criança autista de suas competências e habilidades. Os pais devem sempre acreditar em sua criança, mesmo quando os outros desacreditarem.

3.1. A ESCOLA E SEU PAPEL JUNTO ÀS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS AUTISTAS

Para Freire (2007), a escola é um ambiente totalmente social e, por essa razão, capaz de socializar as crianças e as pessoas que ali freqüentam. A prática escolar se caracteriza por acontecer nas famílias e por construir um espaço sistemático, planejado e com ações continuadas para crianças e jovens.

Por ser um ambiente sociável, a instituição de ensino é capacitada para formar cidadãos capazes de ser atuantes de forma competente e digna na sociedade em transformação, trabalhando conteúdos que sejam eficazes e que tenham consonância com a realidade sócio-política-econômica-cultural, desse momento histórico. (CURY, 2016).

Brandão (2018), a escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável, na medida em que o grau de escolaridade em si tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Mas a explicitação da educação para a saúde enquanto tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas e não pacientes capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva.

Essa questão da saúde se engloba também em contribuir com as famílias que têm crianças autistas ou crianças com outros distúrbios, uma vez que muitos pais não são esclarecidos sobre a patologia que acomete seu filho e precisam conhecer mais a respeito da anomalia para agir de maneira adequada. A escola tem o papel de informar os pais sobre o que precisam fazer para ajudar sua criança que tem algum distúrbio. (BRASIL, 2016).

Dessa forma, as famílias das crianças autistas precisam contar com esse espaço democrático, que consiga contribuir de maneira eficaz, com a formação e o desenvolvimento de seus filhos, independentemente de suas anomalias. Diante desse contexto, os pais precisam da ajuda da escola e a escola para realizar sua práxis também precisa da ajuda das famílias, por essa razão, precisam trabalhar em parceria. (BRASIL, 1997).

Os agentes educacionais que atuam na unidade escolar devem ser preparados para trabalhar com crianças autistas, por isso a escola deve promover cursos de capacitação para seus funcionários, incluindo desde os ASGs (Auxiliares de Serviços Gerais) ao gestor da instituição de ensino, pois todos estarão em contato com as crianças que freqüentam a escola e devem conhecer a diferença entre uma criança que é autista e a que não é autista, para saber agir adequadamente com essas crianças, cada uma com suas necessidades particulares. (BRASIL, 2017).



(...) A responsabilidade do professor de turma para ajustar o trabalho da turma à educação de todos os alunos é um fator importante dentro das escolas que encoraja a educação para todos. Como consequência, o papel de vários especialistas de fora da escola mudou. (...) A participação completa e ativa dos pais na criação e na implementação de um currículo é outra característica das escolas que chegaram a bons resultados com a inclusão. (PACHECO, et al, 2017, p. 98).

Os educadores, por sua vez, devem ser pesquisadores assíduos se preparando continuamente, pois sempre tem algo para aprender e serem humildes o bastante para pedir ajuda quando precisarem, construindo um espírito de equipe no âmbito escolar, pois todos juntos trabalhando com um só propósito: a educação com qualidade para todas as crianças, é que conseguirão realizar o papel da escola junto à comunidade onde se encontra inserida. (BRASIL, 2018).

A diversidade em um ambiente escolar deve ser vista como algo que colabora para o crescimento da instituição e para todos que ali se relacionam. O espaço heterogêneo, por muitas vezes é palco de divergências, mas em sua maioria pouco conflitiva, pois geralmente são apenas formas diferentes de pensar e até mesmo de expor ideias. (DUK, 2017).

Fernández (1991), o ambiente físico da escola, ou seja, a sua estrutura física deve estar adequado para receber as crianças especiais,

no caso do autista, deve atender a sua necessidade de imutabilidade, inclusive a sala de aula e outros ambientes que poderão frequentar, assim, estará efetivando sua responsabilidade frente a uma educação eficaz às crianças autistas.

Em virtude dos fatos mencionados, constata-se que a escola deve assumir suas responsabilidades junto à família, sendo que esta também é conhecedora de seu compromisso com seu filho com necessidade especial, para que ambos possam trabalhar juntos numa parceria consciente, onde o espírito de equipe possa prevalecer nas relações estabelecidas cotidianamente.

4. CONCLUSÃO

Este artigo ressalta a relevância de se entender o TEA para que a família e a escola possam atender os interesses psíquicos, fisiológicos, afetivos e cognitivos de seus alunos, promovendo um espaço democrático para todos os discentes, com o apoio da família e a colaboração de todos os agentes educacionais.

Os educadores precisam ser bem preparados para estimular seus alunos em sala de aula para aprender a aprender, independentemente de suas limitações, valorizando o ser em sua essência sem discriminar, mas trabalhando diversas metodologias para contribuir com o desenvolvimento cognitivo de todos seus alunos. (FREIRE, 2007).



O artigo em pauta busca demonstrar a relevância do estudo do autismo enquanto distúrbio e a parceria que a escola precisa estabelecer com a família para trabalhar com o aluno autista num espaço inclusivo, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Este estudo serve para o conhecimento do distúrbio autista, o papel dos pais desde a descoberta que têm uma criança autista às responsabilidades a eles atribuídas, a escola e a parceria com os pais na educação da criança autista e a complexidade que envolve esse processo. (CURY, 2016).

Isto posto, compreender o TEA é relevante no contexto da escola inclusiva uma vez que a criança autista necessita de profissionais especializados para melhor atender suas necessidades no processo educativo. A escola precisa ser capaz de ensinar e educar todas as crianças e simultaneamente, reconhecer as diferenças individuais como um valor a ser levado em consideração no desenvolvimento e na materialização dos processos de ensino-aprendizagem. Valorizar todas as crianças em suas especificidades e procurar construir um espaço democrático, garantido seus direitos de forma plena.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente: análise: conceitual e metodológica.** Temas em Psicologias, v. 2, p. 63-70, 2016.
- AVELAR, Maria Stela de Figueiredo. **Autismo e família: uma pequena grande história de amor.** 13. ed. Bauru-SP: EDUSC, 2016.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB – passo a passo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – comentada e interpretada, artigo por artigo.** 16. ed. São Paulo: Avercamp, 2018.
- BRASIL. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Edições Técnicas, 2017.
- _____. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Edições Técnicas, 2018.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2016.



- BENEZON, Rolando O. (Org.). **As pessoas portadoras de deficiência e nós**. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo. (Orgs). **Aprendizagem – processos psicológicos e o contexto social na escola**. 8. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.
- DUK, Cynthia. **Educar na diversidade: material de formação docente**. 16. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2017.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada – abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra; 2007.
- LEBOYER, Marion. **Autismo infantil – fatos e modelos**. 14. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2016.
- MITTER, Peter. **Educação inclusiva – contextos sociais**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- PACHECO, José et al. **Caminhos para a inclusão – um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Associação Americana de Psiquiatria. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM IV). 10. ed. Rio de Janeiro: W V A, 2015.
- WEISS, Maria Lúcia L. **Psicopedagogia clínica – uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



6. NOTA BIOGRÁFICA

Patrícia Oliveira Menezes Godinho

Professora da rede municipal de educação da cidade de Araguaína-TO. Graduada em Pedagogia pelo ITPAC – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, situado em Araguaína-TO; Especialista em Pedagogia Escolar, Supervisão, Orientação e Administração e Supervisão pela FAINTER – Faculdade Internacional de Curitiba; Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Educação de São Luís-MA.; Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PELO ALUNO SURDO/ SURDOCEGUEIRA

MATEUS EDUARDO CARNEIRO ALVES (mateuseduardoalves5@gmail.com) - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo caracterizar a aquisição da linguagem nas pessoas com deficiência auditiva (surdos) e surdo cegueira por meio da Língua de Sinais e por Tecnologias de Comunicação e Informação digital. A metodologia utilizada caracteriza-se como descritiva, com levantamentos bibliográfico, documental e informático sobre o tema. A pesquisa foi a opção metodológica adotada, com ênfase na análise qualitativa, utilizando artigos científicos, revistas especializadas, livros acadêmicos, dissertação de mestrado e fontes eletrônicas. A partir do estudo realizado, concluiu-se que ao longo de sua história educacional, os surdos e quem apresenta surdo cegueira, muitas vezes foram privados de sua liberdade de expressão. As estruturas tradicionais de educação estão sendo modificadas pelas novas Tecnologias de Comunicação e Informação digital. A celebração da Língua de Sinais do braille e as tecnologias desenvolvidas nas redes sociais que se estabelecem via internet, como sites de relacionamento e plataformas de aprendizagem, podem proporcionar a inclusão social das comunidades de surdos e de surdos cegos.

PALAVRAS-CHAVE: *Inclusão Social. Língua de Sinais. Tecnologias de Comunicação e Informação Digital.*

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo caracterizar la adquisición del lenguaje en personas con discapacidad auditiva (sordos) y sordocieguera a través del Lenguaje de Signos y las Tecnologías de la Información y la Comunicación Digital. La metodología utilizada se caracteriza por ser descriptiva, con encuestas bibliográficas, documentales e informatizadas sobre el tema. La investigación fue la opción metodológica adoptada, con énfasis en el análisis cualitativo, utilizando artículos científicos, revistas especializadas, libros académicos, disertaciones de maestría y fuentes electrónicas. Del estudio realizado se concluye que a lo largo de su trayectoria educativa, las personas sordas y sordociegas han sido a menudo privadas de su libertad de expresión. Las estructuras educativas tradicionales están siendo modificadas por las nuevas tecnologías digitales de la información y la comunicación. La celebración del lenguaje de señas braille y las tecnologías desarrolladas en las redes sociales que se establecen a través de Internet, como los sitios de redes sociales y las plataformas de aprendizaje, pueden brindar inclusión social a las comunidades sordas y ciegas.

PALABRAS CLAVES: *Inclusión Social. Lenguaje de Señas. Tecnologías de la Información y la Comunicación Digital.*



1. INTRODUÇÃO

A concepção da educação especial, refletida nos diversos documentos internacionais e nacionais, orienta a organização dos sistemas educacionais inclusivos que têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho (LOWENTHAL e BELISÁRIO FILHO, 2010).

A partir de meados do século XX emerge, em nível mundial, a defesa de uma educação inclusiva, que implica numa mudança de perspectiva educacional e contempla a educação especial (MANTOAN, 2003). No decorrer desse período histórico é fortalecida a crítica às práticas de segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, geradores de exclusões dos espaços escolares.

A década de 1990 iniciou-se sob o impacto dos efeitos das conquistas estabelecidas na Constituição Federal do Brasil de 1988, que ressalta o dever do Estado com a educação e o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (RIBEIRO, 2003).

Visando superar os processos históricos de exclusão na educação tradicional, a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jointiem (Tailândia, 1990) teve como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino tradicional para

assegurar o acesso e a permanência de todos no espaço escolar. Essa perspectiva conduz ao debate sobre os rumos da educação especial, concebendo a escola como um espaço de acolhimento para os alunos considerados incapazes para atenderem aos objetivos educacionais já estabelecidos.

A proposta da educação inclusiva foi retomada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (Espanha, 1994), que culminou com a Declaração de Salamanca, um novo ponto de partida para as ações da Educação Especial, ao reafirmar que todas as pessoas têm direito à educação, inclusive as crianças e jovens excluídos dos sistemas de ensino com algumas necessidades educacionais diferentes, adotando o princípio da inclusão social (RIBEIRO, 2003).

Debates mundiais, realizados ao longo da última década do século XX, criaram uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social no interior das práticas de escolarização.

Nesse sentido, Schaffner e Buswell (1999, p. 69) afirmam que:

Os princípios de inclusão aplicam-se não somente aos alunos com deficiência ou sob risco, mas a todos os alunos. As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e pelos educadores nas escolas de hoje não permitem que ninguém se isole e se concentre em uma única



necessidade ou em um grupo-alvo de alunos. Além disso, uma abordagem fragmentada da reforma da escola não satisfaz inteiramente as necessidades dos alunos.

No início do século atual, no Brasil, a proposta de um sistema educacional inclusivo passa a ser percebida na sua dimensão histórica, com mudanças conceituais, políticas e pedagógicas, com o objetivo de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Na educação brasileira, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicada pelo MEC em 2008, instaurou um novo marco teórico e organizacional. Neste cenário, a educação inclusiva torna-se pauta nos debates educacionais brasileiros impulsionando o apoio técnico e financeiro para promover as condições para a inclusão dos alunos na educação especial das redes de ensino

Assim, as estruturas tradicionais de educação estão sendo alteradas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no planejamento de uma arquitetura digital inclusiva, que melhore a interface de acesso e o uso de ambientes informacionais digitais em Línguas de Sinais para membros das comunidades surdas, no âmbito da filosofia bilíngue da surdez.

A relevância do tema escolhido ancora-se nos diferentes olhares sobre a surdez, desde as leituras de modelos centrados na audição,

que consideram a surdez uma condição clínica, até os direitos linguísticos das pessoas surdas que, entendem a surdez com base nos valores da cultura surda, no âmbito do bilinguismo e nas suas necessidades.

Com o propósito de compreender como é feita a aquisição de linguagem pelas pessoas com deficiência auditiva (surdos) e surdos cegos, este artigo abordou a Língua de Sinais e a acessibilidade virtual mediada pelas Tecnologias de Comunicação e Informação digital. A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, com levantamentos bibliográfico, documental e informático sobre o tema, baseados na literatura registrada em livros acadêmicos, artigos científicos, revistas científicas de periódicos nacionais online, dissertação de mestrado, internet, etc.

2. METODOLOGIA

O artigo foi fundamentado em pesquisa bibliográfica, da qual resultou a leitura e análise de leis, resoluções, artigos de autores que discutem sobre o assunto e alguns argumentos importantes, para compreensão do tema e formação de uma análise crítica.

Análise de ações realizadas, possíveis de serem executadas dentro do contexto familiar e escolar. Tais como: a evolução do aluno surdo e surdocegueira na escola, sua vida social e os desafios encontrado constantemente, visando conhecer as práticas de ensino e uma visão diferenciada ao tema, que é de grande importancia para a família, educadores, e principalmente os educandos.



De acordo com Ferrari (1974), a pesquisa tem por finalidade conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial, isto é, a forma como processam as suas estruturas e a sua função, as mudanças que provocam e até que ponto podem ser orientados em seu dia a dia.

Sendo assim métodos descritivos foram utilizados para estudo e avaliação aprofundados das informações disponíveis em livros, revistas e artigos na tentativa de explicar e compreender o contexto e estar por dentro dessa temática muito importante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O sistema gestual utilizado pelas pessoas surdas desenvolveu-se com o passar dos anos, até ser reconhecido como Língua de Sinais (surdos sinalizadores). No Brasil, esse sistema gestual, chamado de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é reconhecido oficialmente como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, na qual o Estado Brasileiro reconhece-a como segunda Língua Oficial, que foi regulamentada em 22 de dezembro de 2005 pelo decreto nº 5 626 (BRANDÃO, 2011).

A partir dessa data a LIBRAS é considerada disciplina curricular obrigatória nos cursos de professores para o exercício do Magistério, em nível médio e superior e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições

públicas e privadas de ensino, federais, estaduais e do Distrito Federal. De origem francesa, possui expressões que diferem de região para região, o que a torna ainda mais legítima como língua.

3.2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Ao longo do tempo, os surdos travaram grandes batalhas pela afirmação de sua identidade, comunidade, língua e cultura, até alcançarem o reconhecimento na idade Moderna. Até a idade Média, a deficiência de audição era analisada na perspectiva religiosa. Nesse sentido, Pinto (2010) afirma que no Egito, os surdos eram tratados como se fossem deuses sendo temidos e respeitados pela população; na China os surdos eram lançados ao mar para não deixarem marcas ou chances de se reproduzirem; e na Grécia e em Roma, os surdos eram considerados como seres incompetentes e imperfeitos, respectivamente, por não possuírem linguagem.

No fim da idade Média e início do Renascimento, a deficiência auditiva passa a ser analisada sob uma ótica médica e científica. Na França (Paris), em 1792, foi criada a primeira escola de Surdos do mundo, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em que o ensino principal era através da língua gestual (surdos sinalizadores).



Com o advento da idade Contemporânea, o oralismo, ou seja, a comunicação pela leitura labial e fala, foi a técnica preferida na educação dos surdos. Já os surdos bimodais sinalizam e oralizam ao mesmo tempo, sendo diferente do bilinguismo, que é o conhecimento e o domínio de duas línguas distintas. Para Pinto (2010), o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

As línguas de sinais foram desvalorizadas por muito tempo devido, sobretudo, a excessiva preocupação pelo ensino da fala para os surdos. A educação dos surdos foi marcada pela filosofia oralista, que propunha a superação da surdez e aceitação social do surdo por meio da oralização, excluindo a língua de sinais dos modelos educacionais (LULKIN, 2000). Com os avanços metodológicos e tecnológicos no período de 1960 a 1990, ocorre a decadência do oralismo e surge a comunicação total, com a utilização de múltiplas formas de comunicação (Língua de Sinais em adição à língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual).

No Brasil, a comunicação total chegou à década de setenta e na década seguinte começa o bilinguismo, designado de LSCB (Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros), para diferenciá-lo da LSKB (Língua de Sinais Kaapor Brasileira) utilizada pelos índios Uambre-Kaapor, no Maranhão, que se caracteriza pela surdez hereditária. Somente na década de 1990, o bilinguismo ganha visibilidade, propondo a convivência

não simultânea da língua falada e da língua de sinais.

3.3. LIBRAS: O SOM DAS MÃOS.

A Língua de Sinais é a língua natural da comunidade surda. Com regras morfológicas sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias e com os parâmetros que constituem os sinais - configuração das mãos (CM), ponto de articulação (PA), movimento (M), orientação das mãos (OM) e expressões faciais e corporais, esta língua possibilita o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda, favorecendo o seu acesso aos conceitos e conhecimentos existentes na sociedade (KOJIMA e SEGALA, 2008). Utiliza o canal visual-espacial para expressar gestos que representam um conjunto de elementos linguísticos manuais, corporais e faciais na articulação significativa dos sinais (GÓES, 1996).

O alfabeto manual ou datilologia constitui-se na arte de conversar configurando as mãos. A forma que a mão assume corresponde a uma letra do alfabeto brasileiro.

O reconhecimento da Língua de Sinais enquanto língua, ocorreu em 1960 com a publicação do Dicionário de Língua de Sinais Americano (SACKS, 1998). Este trabalho motivou a publicação de dicionários em diferentes países. No Brasil, Brandão (2011) lançou o Dicionário Ilustrado de Libras – Língua Brasileira de Sinais -, que contribuiu para o enriquecimento cultural de surdos.



Muitas palavras da língua portuguesa não possuem representação em sinais. Assim, novos sinais precisam ser criados continuamente para atenderem às necessidades, sobretudo, do meio acadêmico. A criação de glossários de sinais permite melhorar o acesso à informação através de uma memória informativa de visualização. A presença da Língua Brasileira de Sinais não exclui a necessidade e a importância do português, oral e escrito, em ambientes informacionais digitais.

4. LEITORES SURDOS E ACESSIBILIDADE VIRTUAL MEDIADA POR TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DIGITAL.

Uma das características principais da tecnologia digital, potencializada pela configuração informacional em rede, é permitir que os meios de comunicação possam atingir os usuários.

No âmbito da Ciência de Informação, os ambientes digitais devem, focar as necessidades dos usuários e a sua acessibilidade, independente de suas condições sensoriais e linguísticas. Para Guimarães (2009), as principais tecnologias de informação que proporcionam qualidade de vida para as pessoas surdas são: - Telefone para surdos TDD - sistema de comunicação telefônica digital onde os surdos podem se comunicar com outras pessoas escrevendo suas mensagens em um teclado e visualizando em uma tela as mensagens que

lhes são enviadas e o telefone celular por meio de envio de mensagens curtas escritas;

- Janela em língua de sinais - tecnologia de produção de vídeos com conteúdos em LIBRAS que podem ser disponibilizados em livros eletrônicos, cursos e em sítios eletrônicos na internet;
- Dispositivos portáteis multimídias (PDAs) - são equipados para reproduzirem vídeos com conteúdos em língua de sinais e legendas disponíveis para informações sobre obras de acervos em museus e centros culturais;
- Tradutores eletrônicos de LIBRAS;
- Livros eletrônicos e DVDs interativos com literatura, cursos, jogos, atividades pedagógicas, lúdicas e educativas bilíngues.
- LSB vídeo e a produção de material eletrônico do INES; e
- Produção de Glossários de sinais digitais em diferentes áreas de conhecimento; e - Internet por meio de diversos programas - plataformas acessibilidades e interfaces visuais gerando interatividade e produção de conhecimento.

Assim, a eliminação de barreiras digitais pode proporcionar a inclusão social de comunidades excluídas de ambientes digitais.



4.1. APLICATIVOS DIGITAIS PARA SURDOS

O ambiente digital é favorável para a implantação de tecnologias capazes de proporcionar uma melhor acessibilidade a minorias linguísticas surdas. Neste contexto serão apresentados alguns aplicativos digitais que podem potencializar o acesso e o uso do ambiente informacional digital pelos usuários surdos.

Os dicionários digitais de Línguas de Sinais possuem uma larga divulgação, independente do país e da nacionalidade do usuário. Atualmente, existem vários dicionários digitais em CD ROM ou na rede de computadores de acesso on-line.

- Dicionário Libras.com – tem como objetivo a divulgação em larga escala da Libras, assim como o desenvolvimento do material didático lúdico e a sua utilização on-line, podendo atingir, por meio da internet, todos os pontos do Brasil por mais distantes e inacessíveis que sejam, na divulgação da língua de sinais. Está disponível gratuitamente pela internet e possui sistema de busca organizado em ordem alfabética e por categorias.

A visualização do sinal em Libras torna-se prejudicada pelo espaço disponível pelo instrutor em sua apresentação, por não haver um espaço apropriado de visualização da filmagem na realização do movimento completo. Assim, torna-se necessária a ampliação do espaço de visualização para não prejudicar a usabilidade do sistema. Outro

problema a ser destacado é que o sinal apresentado em vídeo repete inúmeras vezes ao usuário, sem que este tenha controle sobre a apresentação, bem como à incompatibilidade entre hardware e software ou não visualização do Signwriting na interface.

- Dicionário Digital Bilíngue de Libras – o projeto do Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais teve início em Agosto de 1997, quando se observou que os alunos surdos possuíam facilidade e aderência às novas tecnologias de informação e comunicação, mas possuíam uma grande defasagem linguística na Língua Portuguesa, que limitava o acesso dos alunos.

As opções de busca pelo vocabulário em Libras apresentam-se por ordem alfabética, por assunto, pela configuração de mãos e por meio de palavras-chave. Na busca por assunto o usuário tem uma lista de opções e a busca por palavras-chave está localizada individualmente, por acepção, ou assunto, além de mostrar o número de ocorrências disponíveis. Já a busca por configuração de mãos ocorre em outra tela do sistema. - Dicionário de Libras Ilustrado – produzido em CD-ROM, 2002, é distribuído pelo governo do estado de São Paulo via e-mail libras@sp.gov.br e tem como objetivo diminuir a exclusão digital.

O sistema de busca do vocabulário em Libras pode ser realizado por palavras, categoria e uma lista geral de termos, estando disponível aos usuários explicações sobre os



tempos verbais e as conjugações dos verbos pesquisados. A palavra recuperada apresenta-se em destaque no centro da tela para melhor visualização do usuário.

4.2. SIGNWRITING

O SignWriting é um sistema de escrita das Línguas de Sinais criado por Sutton (1974), nos Estados Unidos. É definido por estruturas básicas que se referem às configurações das mãos, movimentos, contatos e expressões faciais (CAMPOS, 2002). Permite que os surdos escrevam sua própria língua - a Língua de Sinais - se expressando de forma diferenciada em relação à escrita do idioma português, como segunda língua.

A partir da década de 1980, com a divulgação do SignWriting e os avanços tecnológicos, o sistema começou a popularizar-se nos Estados Unidos, adquirindo novos formatos. De acordo com Quadros (2006), em 1996 esse sistema, isento de sinais, começou a ser utilizado no Brasil por meio do computador, sendo considerado recurso de acessibilidade dos surdos.

5. SURDO CEGUEIRA O SENTIDO DO MUNDO PELO TATO

A surdo cegueira se caracteriza pela perda total ou parcial da visão e da audição, sentidos muito importantes para uma conexão com o mundo. A privação desses sentidos provoca graves problemas de comunicação e socialização, que são de

estrema importância no dia a dia. É um termo usado quando uma pessoa tem perda visual e auditiva mais tarde na vida. A pessoa pode se tornar surdo cego a qualquer momento por doença, acidente ou como resultado do envelhecimento.

Mas se for dado a oportunidade o sujeito pode aprender a se relacionar com as pessoas a sua volta. As principais causas da surdo cegueira podem estar relacionadas a algumas doenças como por exemplo: Rubéola materna, toxoplasmose, herpes, aids, sífilis, prematuridade, síndromes genéticas.

Essa deficiência também pode ser classificada em duas fases: a pré linguística que resulta na pessoa que nasce ou adquiriram essa deficiência antes de aprender uma língua, a pós linguística, crianças, jovens, adultos que apresentam perda auditiva ou visual e adquirem outra deficiência depois de ter aprendido uma língua seja oral ou a de sinais.

Essas pessoas apresentam uma dificuldade de comunicação, informação e mobilidade, encontrando-se barreiras em seu cotidiano. Sendo assim a família e a escola devem estar em constante parceria para que sua evolução educacional seja eficaz, os educadores devem estar sempre atualizados e bem preparados para ministrar suas aulas, adaptando os conteúdos levando da maneira mais fácil para que seu entendimento no assunto seja pertinente.

A surdo cegueira pode ser dividida em quatro grupos: surdos e cegos, surdos e baixa visão, perda auditiva e cegueira, baixa visão e



perca auditiva. O tato é a principal forma dessas pessoas se comunicarem seja no ambiente escolar, social, familiar ou em seu cotidiano.

É de grande importância que assim que a criança nasce ela deve ser muito bem avaliada pelos médicos especialistas na área, para que assim possíveis soluções possam desde já ajudar ou facilitar a vida futura desse sujeito.

Reforçando este contexto, Salvatore Lagati (1995, apud Brasília, 2010) diz:

“Surdocegueira é uma condição que apresenta outras dificuldades além daquelas causadas pela cegueira e pela surdez. O termo hifenizado indica uma condição que somaria as dificuldades da surdez e da cegueira. A palavra sem hífen indicaria uma diferença, uma condição única e o impacto da perda dupla é multiplicativo e não aditivo.” (p. 306)

Para que a evolução e seu desenvolvimento seja eficaz eles precisam aprender alguma forma de se comunicar como, por exemplo: língua de sinais tátil, língua de sinais em campo visual, escrita alfabética, tadoma que é um método de comunicação pouco conhecida, onde a pessoa surda cega coloca o polegar na boca do falante e os dedos ao longo do queixo.

Braille Tátil trata-se de um método alfabético baseado no sistema Braille tradicional de leitura e escrita adaptado para surdo cego que interpreta os pontos Braille

através do tato, recurso muito importante para orientar essas pessoas em seus estudos.

Ainda falta tecnologia de alta qualidade para orientar essas pessoas, mas a utilização da libras e do braille já é uma possibilidade de se atualizar e estar informado de tudo que acontece no seu cotidiano.

6. CONCLUSÃO

Considerando os levantamentos bibliográficos, documental e informático verificou-se que a surdez pode ser considerada algo além de um fenômeno físico, como uma construção cultural. A relação entre surdo e ouvinte ocorre na sociedade por meio da comunicação da linguagem das Línguas de Sinais (oral ou escrita) e do português (oral ou escrito).

A cultura surda envolve a individualidade de seus membros na composição de um grupo social com historicidade conceitual carregada de lutas e conquistas. A presença da língua de sinais (LIBRAS) marca o avanço no campo das lutas políticas na área da surdez, no acesso ao uso das informações, na democratização do conhecimento e na participação inclusiva de surdos na atual cultura digital.

A não universalidade das línguas de sinais resultou do número significativo de pessoas surdas que utilizam do canal visual-espacial para expressar gestos que representam elementos linguísticos manuais, corporais e faciais na articulação dos sinais por meio de princípios básicos organizacionais (aspectos



morfológicos, sintáticos e semânticos) e estruturas próprias da língua visual-espacial pode-se expressar ideias, sentimentos, emoções, metáforas, etc.

As barreiras ou obstáculos que dificultam ou impedem o acesso à informação e a comunicação, estão diretamente relacionadas à ausência de elementos de acessibilidade e tratamento inadequado das informações para os usuários surdos e surdos cegos.

As informações on-line oferecem benefícios, que estimulados pelos computadores, realizam tarefas que seriam difíceis utilizando a tecnologia tradicional, embora do ponto de vista do paradigma da cultura surda, a internet é excludente, pois é feita por homens e mulheres ouvintes. Assim, a eliminação de barreiras digitais pode proporcionar a inclusão social das comunidades surdas excluídas dos ambientes digitais e com informação.

Os mais recentes tratados internacionais têm refletido um desejo mundial de construção de uma sociedade que reconhece

a diferença como um valor humano indiscutível e de promover condições para o desenvolvimento das potencialidades de todos os seres humanos.

Para o público surdo e cego falta oportunidades para que os mesmos possam estar inseridos no meio social, o preconceito ainda é predominante. Sendo assim a aceitação e o olhar humano devem estar presente para que assim essas pessoas consigam seu espaço na sociedade.

Finalmente, deve-se ressaltar que as ideias centrais desse artigo mostram que o paradigma da inclusão social dos surdos e surdos cegos constitui-se num processo claramente delineado na história de educação especial que tem passado, nos últimos anos, por mudanças no contexto nacional e internacional.

O paciente precisa ter conhecimento e adesão ao tratamento. Isto vai conceder instrumentos ao clínico e qualidade de vida ao paciente, além de diminuir os gastos com a saúde.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras**. Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Global Editora, 2011.
- CAMPOS, M. B. **Escrita em Língua de Sinais na interação em redes**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL - CIEE 2002, 3. 2002. Fortaleza. Anais... Fortaleza, 2002.



- FERRARI, A. T. Metodologia da Ciência, 2º edição, RIO DE janeiro, RJ; 1974.
- GÓES, M.C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- GUIMARÃES, Ângela Deise Santos. **Leitores surdos e acessibilidade virtual mediada por tecnologias de informação e comunicação**. Cuiabá (MT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2009.
- KOJIMA, Catarina Kiguti e SEGALA, Sueli Ramalho. **Libras - Língua Brasileira de Sinais: a imagem do pensamento**. Volume 1. Curitiba: Editora Escala 2008.
- LOWENTHAL, Rosane e BELISÁRIO FILHO, Jose Ferreira. Transtornos globais do desenvolvimento e os desafios para o processo de inclusão educacional. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília/DF: Secretaria de Educação Especial, 2010.
- LULKIN, S. A. **O silêncio disciplinado: a invenção dos surdos a partir de representações ouvintes**. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- PINTO, Daniel Neves. **Língua brasileira de sinais – Libras**. Aracaju: Unit, 2010.
- **Portal voltado para pessoas com síndrome de usher e a seus familiares, profissionais e amigos. 2020**. Disponível em: <https://www.sindromedeusherbrasil.com.br/surdocegueira>. Acesso em 14/09/2020.
- QUADROS, R. M. de; KARNOP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. **Perspectivas da escola inclusiva: Algumas reflexões**. In: RIBEIRO e BAUMEL (orgs). **Educação especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- SACKS, O. W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Campanha das Letras, 1998.



- SCHAFFNER, C. Beth e BUSWELL, Bárbara E. **Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz.** In: STAINBACK, Susan e STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

8. NOTA BIOGRÁFICA

Mateus Eduardo Carneiro Alves

Professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado) na área de deficiência visual na EMEB Prosperidade. Professor de Geografia na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Luebke e na Escola Estadual de Ensino Médio Guilherme Milaneze – Vargem Alta/ES. Graduado em Pedagogia pela - Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduado em Geografia pelo - Centro Universitário de Jales (UNIJALES). Especialista em Oratória Transversalidade e Didática da Fala para Formação de Professores - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração Escolar- Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Braille e Libras - Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Alfabetização e Letramento - Faculdade de Cachoeiro de Itapemirim (FACI). Educação Especial com Ênfase em Deficiência Mental - Faculdade de Cachoeiro de Itapemirim (FACI). Geografia Meio Ambiente e Sustentabilidade - Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Aluno do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR.



A RELEVÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA E ESCRITA PARA OS ALUNOS DAS SERIES INICIAIS

IONETHE RODRIGUES DE SOUSA (neth-morena@hotmail.com) - Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.

RESUMO: O presente artigo tem como intuito demonstrar os fatores que potencializam a dificuldade dos discentes durante o processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita, no período da alfabetização. Vale salientar que a prática pedagógica é fator preponderante na aquisição das habilidades necessárias e colabora para suprir as dificuldades advindas dentro do processo de construção profissional, pois é através disso que o professor adquire mecanismos e adotada método de intervenção psicopedagógico que irá propiciar o avanço qualitativo almejado no desenvolvimento cognitivo, social, cultura e de relacionamento intrapessoal e interpessoal dos alunos. Sendo assim a escola precisa oferecer um atendimento personalizado e específico a cada alunado, focando principalmente nas circunstancias que envolvam a construção de identidade, buscando a qualidade na construção das habilidades cognitivas propostas, entende-se também que a família exerce um papel significativo nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: *Leitura; Escrita; Dificuldade de Aprendizagem; Intervenção Pedagógica.*

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo demostrar los factores que potencian la dificultad de los estudiantes durante el proceso de enseñanza para aprender a leer y escribir, durante el período de alfabetización. Cabe mencionar que la práctica pedagógica es un factor mayor en la adquisición de las habilidades necesarias y colabora para suplir las dificultades que surgen dentro del proceso de construcción profesional, ya que es a través de esto que el docente adquire mecanismos y adopta un método de intervención psicopedagógica que le brindará el avance cualitativo deseado. En el desarrollo cognitivo, social, cultural y de relaciones intrapersonales e interpersonales de los estudiantes. Por tanto, la escuela necesita ofrecer un servicio personalizado y específico a cada alumno, centrándose principalmente en circunstancias que implican la construcción de identidad, buscando calidad en la construcción de las habilidades cognitivas propuestas. Cuando hablamos de nuevas perspectivas educativas, no podemos dejar de mencionar el aporte tecnológico que es un coadyuvante que, si se utiliza de la forma adecuada, puede potenciar el crecimiento educativo. También se entiende que la familia juega un papel significativo en este contexto, porque con su participación a lo largo del método de enseñanza coherente con la realidad de los estudiantes hace que la enseñanza sea más agradable ayudándoles a descubrir nuevas potencialidades.

PALABRAS CLAVES: *Lectura; Escritura; Dificultades de Aprendizaje; Intervención Pedagógica.*



1. INTRODUÇÃO

A habilidade de ler e compreender textos são uma condição fundamental, pela qual o indivíduo necessitará durante um longo período de sua história educacional, competência essa que muitos alunos não conseguem desenvolver plenamente e possuindo dificuldades e desafios que vão acarretando principalmente o desinteresse pela aprendizagem, nesse sentido os professores devem sempre propor formas de interação social com os alunos visando à melhoria da sua capacidade de ler, compreender e interpretar não só os textos mais as situações cotidianas ao seu redor.

A ausência da prática de leitura em alguns alunos é um fator que implica na capacidade e habilidade de compreender o mundo, diante disso entra o papel do educador nessa fase de suma importância, pois o processo inicial de ensino será o ponto de partida crucial que constituirá para instigar o aluno na busca do conhecimento, sendo assim cada indivíduo automaticamente vai adquirindo senso crítico e sua independência.

“a capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções

cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se, então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais”. (VYGOTSKY, 1991, p. 31).

Diante do exposto, tal pesquisa foi realizada em loco na Escola Municipal Zeca Barros, situada na cidade de Araguaína – TO evidenciou-se a existências de crianças com bloqueios de aprendizagem, fator este que pode impedir o desenvolvimento das habilidades cognitivas, situação está que muitas vezes vem a causar trauma, por isso à importância de um bom suporte pedagógico nesse momento é fundamental.

O Brasil é um país cujo status é de nação em desenvolvimento, mas possui muitos problemas socioeconômicos e no sistema de ensino não seria diferente, penso que necessitamos de mais investimento, através de incentivo a produção científico e na valorização profissional, pois só assim será possível de fato efetivar um processo de ensino, que foque nas principais problemáticas do campo educacional como um todo.

O Aumento da defasagem escolar, juntamente com a falta de alfabetização na idade correta, acaba por contribuir para a queda nos indices de avaliação escolar demonstrando que o país necessita de melhoria significativa na qualidade da educação, acredito ser necessária a implementação de uma politica educacional engajada principalmente na superação dos desafios e na busca pela eficiência do ensino,



que tanto necessitamos dentro do contexto das escolas públicas que não possui o aparato pedagógico e estrutura física digna, para propor novas metodologias e estabelecer um processo de ensino aprendizagem relevante, principalmente nas series iniciais que são as responsáveis pela alfabetização.

Pretendem-se a partir de tal estudo conhecer as dificuldades do processo de alfabetização, buscando compreender novas formas metodológicas de ensino, que possa atender de forma qualitativa os discentes, principalmente os que possuem dificuldades ao adquirir os conhecimentos propostos em sala, que muitas vezes são lotadas e com poucos recursos pedagógicos. É em função de tais evidências que precisamos recriar as metodologias de alfabetização, garantindo um ensino sistemático que, através de atividades reflexivas, desafiem o aprendiz a compreender como a escrita alfabética funciona, para poder dominar suas convenções letra-som. (BRASIL, 2012, p. 7)

Conhecer a realidade dos alunos é de suma importância para identificar as principais dificuldades de aprendizagem e a relação com a questão familiar, enfocando também a busca por novas metodologias didáticas, que possa ser utilizada como recurso facilitador do ensino aprendizagem, tendo como foco a leitura e escrita, despertando a motivação e aguçando o interesse dos alunos em aprender.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu por meio de pesquisas bibliográficas, referentes aos principais fatores que levam o aluno a apresentar algum tipo de dificuldade durante o processo de aprendizagem da leitura e escrita, a obtenção de dados se deu através de pesquisa bibliográfica e visita a unidade de ensino da rede municipal de Araguaína – TO denominada Escola Municipal Zeca.

Durante o processo de coleta de dados, conforme a pesquisa iria se desenvolvendo novos resultados iam surgindo através do auxílio de autores que embasaram tal estudo, a dificuldade de leitura e escrita é uma realidade presente em quase todas as escolas do Brasil, e para esse fator será minimizado é preciso uma adequação de planejamentos e mais investimento por parte dos órgãos competentes.

Justifica-se, assim, a elaboração deste trabalho, pela existência de uma grande lacuna entre a capacidade de aprendizagem e as metodologias ensino da leitura e sua compreensão, o que se reflete no grande índice de alunos das séries iniciais que não conseguem desenvolver as competências necessárias, em suas séries de origem. Uma das problemáticas centrais está pautada na investigação das dificuldades de aprendizagem na área de leitura e escrita nas séries iniciais do ensino fundamental e as quais as suas interferências diante do desenvolvimento social e cognitivo do aluno.



Em conformidade com os métodos de pesquisa e revisão bibliográfica foi analisada a importância da família e o seu papel de colaborador do desenvolvimento, seja cognitivo, social ou cultura dos alunos, buscando contribuir para o processo e desenvolvimento de potencialidades, ajudando tanto o professor como o aluno na realização e aplicação novas metodologias tendo como base o histórico educacional do educando para traçar novas perspectivas educacionais, centrado na busca por soluções para enfrentar as dificuldades no que tange ao processo de alfabetização de crianças nas series iniciais, fator este essencial na construção e desenvolvimento de habilidades cognitivas.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serão apresentadas nesse trabalho as principais dificuldades enfrentadas pelos professores diante do ensino da leitura e escrita dentro do processo de alfabetização, dessa forma existem inúmeras distorções psicológicas que podem afetar a aprendizagem, como: déficit perceptual, déficit lingüístico, dislexia, disgrafia, disortografia, dislalia dentre outras. Muitos estudos indicam que a forma de aprender de cada aluno se dá de forma particular e individual, dessa forma as crianças precisam passar por avaliações constantes a fim de detectar o seu grau de aprendizagem, sendo assim cada pessoa possui as suas peculiaridades que iram determinar a sua forma de aprendizagem.

Fica notório que muitos professores sentem dificuldades durante o processo de alfabetização das primeiras séries do Ensino Fundamental, de fato nesse período o professor necessita de um esforço maior em tentar suprir certas dificuldades que é fruto do próprio período cronológico em que as crianças estão inseridas, sendo este um período de muitas descobertas onde a busca pelo novo é constante, para isso a instituição escolar deve estar sempre atenta às dificuldades de aprendizagem que possam surgir, pois quanto mais cedo se percebe tais problemáticas, mais rápido e eficiente será a reconstrução da metodológica a ser adotada.

"[...] o primeiro professor de uma criança tem grande importância na atitude futura desse educando, não só durante a sua fase de aprendizagem, mas na sua relação com os sucessivos professores". (HILLAL, 1985, p. 19). Dessa forma a escola deve se dispor a promover atividades lúdicas e que possuam significância a fim estimular o processo de leitura e escrita, o desenvolvimento de novas metodologias educativas podem provocar mudanças positivas na forma como as crianças assimilam as informações, portanto é importante essa alternância de acordo com o desenvolvimento cognitivo de cada turma de ensino.

A compreensão da leitura abrange aspectos sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, culturais, econômicos e políticos e a correlação entre os sons e os sinais gráficos através da discriminação do código e a compreensão da ideia, a leitura é um processo advindo em



longo prazo e em determinados momentos da vida cotidiana alguns fatores emocionais ou psicológicos podem interferir de forma negativa na aprendizagem.

“A relação entre leitura e escrita não é uma simples questão de passar de som para letra na escrita e inverter esse processo, passando de letra para som na leitura. Dois tipos de estudo indicam a existência de diferenças entre leitura escrita: os estudos que analisam as discrepâncias entre leitura e escrita nas mesmas crianças e os que analisam as interferências com a execução dessas habilidades.” (NUNES, 2001, P.75)

A leitura e a escrita é um processo que requer análises, e busca por melhoria metodológica e está deve ser constante, pois diante da realidade educacional que o alunado está inserido, novas perspectivas são geradas e novas visões pedagógicas podem ser criadas para tentar suprir às especificidades que a aprendizagem exige nesse contexto a intervenção docente é um fator relevante diante do ensino precisando ser voltado a realidade individual, diante disso, se devem levar em conta os conhecimentos prévios do alunado baseando-se na realidade sócio cultural de cada um, fazendo com que ele se sinta parte integrante do seu próprio processo de ensino.

Ensinar a ler e escrever exige requisitos diferenciados a cada faixa etária e relacionados principalmente com a capacidade cognitiva de cada estudante, o compartilhamento de saberes na fase inicial é de suma importância, pois desperta outros

olhares sobre a mesma realidade, seja, nos objetivos, nas tarefas, nos conteúdos, sendo assim é necessário que o professor também faça a sua da própria prática educacional, buscando parâmetros que ajude o aluno a desenvolver suas habilidades de forma plena.

Essa associação que a criança faz entre a escrita e a fala parece levar a criança a não distinguir a leitura da fala, em termos de comportamento, pois somente crianças mais maduras identificam a leitura silenciosa como um ato de ler. Poderíamos dizer que esta é a capacidade para reconhecer a autonomia da escrita. (KATO, 1999, P.25). Portanto, há uma intersecção entre a leitura e a escrita, onde uma está intimamente ligada à outra, e ao analisar as interações entre professores e alunos acerca dos conteúdos pode se perceber a importância de tais ligações, e cada participante dessa relação, assumisse um papel de colaborador no processo de ensino.

3.1. O PAPEL DA ESCOLA DIANTE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZADO NA LEITURA E ESCRITA

Nas escolas seja ela, particular, pública, central ou periférica, sempre surgem alunos a cada ano, que apresentam uma aprendizagem lenta diante dos outros da mesma faixa etária e série, por isso a aprendizagem depende de fatores internos e externos, ou seja, os internos referem-se ao funcionamento do organismo, a psicomotricidade, a estrutura cognitiva, enfim ao seu corpo; já os externos estão associados ao contexto no qual está inserido.



Frente a isso a unidade escolar, deve estar sempre observando fazendo suas análises para identificar o que está prejudicando o desenvolvimento desse aluno diante do processo educacional de ensino aprendizagem. Neste contexto, é importante a criação de um ambiente lúdico e capacitação constante dos profissionais dessas turmas de alfabetização, para assim proporcionar as condições e melhorias educacionais necessárias.

“Todo profissional que trabalha com crianças sente que é indispensável haver um espaço e tempo para a criança brincar e assim melhor comunicar, se revelar: o médico que cria jogos com objetos do consultório, vendedor que provoca uma brincadeira com o comprador-mirim, o professor que possibilita situação lúdica em sala de aula, etc, são exemplos claros desta situação. No trabalho psicopedagógico, chega-se às mesmas conclusões, quer seja no diagnóstico, quer no tratamento. Empregamos a palavra lúdica ao longo do texto no sentido do processo de jogar, brincar, representar’ e dramatizar como condutas semelhantes na vida infantil.” (WEISS 2001, P.71).

É preciso vivenciar a ludicidade no contexto escolar, pois é esta é uma ferramenta pedagógica relevante principalmente para colaborar com o desenvolvimento dos alunos. A intervenção do psicopedagogo deve ser de forma coletiva com toda a equipe escolar, fazendo parcerias com o professor regente, aluno e família. Tal

intervenção para ser mais completa, deve contemplar palestras ou reuniões com os pais, bem como, realização de conselhos de classe com a comunidade escolar colocando a família com participação ativa dentro dos diálogos que envolva as condições de aprendizado do seu filho.

Caracterizamos a seletividade escolar, hoje, a partir de três grupos de alunos considerados os mais atingidos: os que não chegam a entrar na escola, os que entram e são excluídos e os que são discriminados dentro do sistema escolar através das reprovações de série. (SCOZ, 1991, P.251). Quanto ao fracasso escolar não ocorre só através da dificuldade de aprendizagem, mas como foi explicitado acima, muitas vezes é resultado de outros fatores, por isso os professores devem estar atentos ao comportamento de cada aluno, na escola deve haver psicopedagogo e sala de recurso para justamente detectar o que está ocasionando a aprendizagem lenta do aluno, assim realizar uma análise do quadro desse discente.

Conforme a resposta, esse aluno precisa ter um acompanhamento do psicopedagogo no contra turno na sala de recurso, na qual tem uma estrutura pedagógica adequada para proporcionar um ensino que venha dar condições de melhoria na vida educacional, social e no contexto familiar na qual está inserida. Contudo, perante o desempenho pedagógico abaixo das expectativas, para a série/ano/ciclo cursado na escola, o gestor juntamente com toda equipe escolar, deve procurar diretrizes para proporcionar um atendimento de qualidade, onde todos



recebam uma educação igualitária e se necessário, um apoio especializado para que esse seja desenvolvido métodos alternativos e atender especificamente cada aluno.

3.2. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Na sociedade atual ser letrado é condição imprescindível para se posicionar diante do mundo é algo que ajuda o indivíduo a exercer plenamente a sua cidadania e na conquista do mercado de trabalho. Sabemos também que a pressão social também contribui muitas vezes de forma negativa e muitos pais acabam cobrando de maneira errada o aprendizado daqueles que possuem dificuldades, muitos pais exigem que as crianças aprendam a ler cada vez mais cedo, sem de fato conhecer a realidade cognitiva do seu filho.

Saber ler e escrever é um passe para poder aprender a pensar, a escola não deve apenas ensinar a ler e a escrever, ou seja, ao ensinar a ler e a escrever ensinar também a pensar sobre o que se lê e o que se escreve, a baixa escolaridade constitui fator restritivo ao ingresso no mercado de trabalho e que o próprio mercado revela às pessoas que as chances de se conseguir trabalho variam de acordo com a escolaridade.

Com base nesse pressuposto, o acompanhamento familiar é essencialmente necessário para preparar o filho para o

enfrentamento de situações de aprendizagem escolar e que o mesmo venha, a saber, buscar estratégias de construção de si mesmo e do conhecimento. Não restam dúvidas também que a infrequência é um atraso para a vida escolar, no entanto ela deve ser vista como consequência que acaba muitas vezes por distanciar e até mesmo excluir as crianças da escola.

Percebe-se claramente com essa afirmação citada, que o papel dos pais no acompanhamento escolar de seu filho de extrema relevância para o seu aprendizado e crescimento pessoal, os pais, é claro, devem estar preocupados com a educação de seus filhos. A escola, por sua vez também deve se interessar e prima por uma educação digna, no entanto, o relacionamento da escola e da família nem sempre é fácil e a equipe escolar precisa ter a sensibilidade para perceber isso e agir de forma a minimizar os fatores decorrentes do cotidiano familiar do aluno.

Há valores, costumes, hábitos que vão sendo transmitidos de pais para filhos, dentro de cada família, e cada uma adota um jeito particular de tratar as crianças, de educar os filhos. É preciso conversar com as famílias, criar situações que favoreçam a troca de idéias, permitir que façam perguntas, procurar esclarecer sempre as dúvidas. O relacionamento de uma criança com pessoas que ela considera importantes, gente de quem ela gosta, é decisivo para o desenvolvimento do seu autoconhecimento.



4. CONCLUSÃO

Geralmente, as dificuldades que os alunos apresentam na escrita e na leitura se devem a falhas no processo de ensino, nas estratégias inadequadas ou por desconhecimento das causas e consequências das relações estabelecidas tanto no âmbito escolar como familiar. Escrever não se resume à ortografia, mas, também, à legibilidade e esses cuidados devem se prolongar por todo o período de escolarização.

Preparar um aluno para escrever com correção e legibilidade é trabalhar com ele, desde as primeiras fases do ensino, atentando sempre para a grafia correta, as formas, uniformidade no traçado, o espaçamento, o ligamento e a inclinação da escrita em relação ao espaço de escrita. A escola precisa ser um organismo no qual os indivíduos da comunidade escolar tenham oportunidade participar da realidade escolar e se sentir parte integrante.

Pouco a pouco esta ideia inicial, ampliará a capacidade cognitiva dos envolvidos, no sentido potencializarem a criatividade e

desenvolvimento de novas competências, auxiliando os espaços educativos na construção do saber consciente e digno. Sendo assim, a escola não é mais apenas o lugar aonde se vai para aprender os conhecimentos historicamente acumulados e aceitos como “corretos”, mas agora é também um lugar “fértil” para o estímulo e a descoberta. Neste sentido, ao invés de se valorizar meros conteúdos é preciso valorizar ainda mais o lado humano dos alunados e o seu pensar para que sejam capazes de desenvolver as respostas que o ambiente escolar demanda.

O educador deve compreender a existência da diversidade humana, distingue as características e peculiaridades de cada alunado dentro do contexto escolar, agindo para sanar as diferenças e distorções existentes dentro do processo de ensino-aprendizagem. Portanto além de propiciar um ambiente saudável ao ensino o professor e equipe escolar precisam estar sensíveis às mudanças e diversidades, preocupando com os seus direitos e se dedicando na construção de uma educação de qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- _____. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012.
- GUIDOLIN, Reinaldo. **Distúrbios de aprendizagem**. 2004. Mimeo.



- HILLAL, Josephina. **Relação professor-aluno: formação do homem consciente**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1985.
- KATO, Mary Aizawa. **O aprendizado da leitura**. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Microsoft Encarta Encyclopedia. 1996.
- NUNES, C.M.F. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira**. Educação & Sociedade, Campinas, Ano 22, n.74, p.75, abr. 2001.
- OLIVEIRA, Rui de. **Neurolingüística e o aprendizado da linguagem**. 2ª edição. Catanduva-SP: Respel, 2002.
- Revista Veja. **Melhores que os pais**. Eliana Simonetti e Cíntia Valentini. 16 de dezembro de 1998.
- SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia: **O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Livraria Martins Fontes. Ed. LTDA, 4ª Edição, São Paulo, 1991.
- WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica: Uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Ionethe Rodrigues de Sousa

Professora Coordenadora Municipal do Bolsa Família da cidade de Araguaína - TO. Graduada em História pela UFT – Universidade Federal do Tocantins, situado em Araguaína-TO; Especialista em Gestão Educacional e Metodologia do Ensino de Ciências Humanas – História e Geografia - EDUCON; Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID – 19 NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, DE PARA SANTA RITA DO SAPUCAÍ

ROSA STELA RIBEIRO DE LORENA (rosalorena@fai-mg.br) - Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade Columbia Assunção – Paraguai. Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de La Empresa de Montevideo (Uruguai).

MICHEL LIBERATO DE SOUSA (michel.srs@hotmail.com) - Bacharel em Administração pela FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação.

RESUMO: Este é um estudo sobre o impacto da pandemia da COVID-19 nas micro e pequenas empresas no Cluster, ou APL, de Santa Rita do Sapucaí, MG – Brasil. Além de um estudo feito conceituando Cluster, assim como sua importância para todo o município. Foram utilizados os conceitos de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com material já elaborado por outros autores podendo ser: artigos acadêmicos, livros, sites, legislação entre outras fontes. Para atingir o objetivo definido, que é apresentar os impactos sofridos pela pandemia nas empresas do APL e conscientizar da importância do planejamento e do capital social ou seja as pessoas, apresentando a grande dificuldade causada pela pandemia do novo vírus, assim como a necessidade de inovar para garantir a sobrevivência do empreendimento e assim manter a produção e funcionários de seu empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Pandemia, Impacto, Micro e Pequenas Empresas.*

RESUMEN: Se trata de un estudio sobre el impacto de la pandemia COVID-19 en las micro y pequeñas empresas del Cluster, o APL, en Santa Rita do Sapucaí, MG - Brasil. Además de un estudio realizado conceptualizando el Cluster, así como su importancia para el conjunto la Municipalidad. Se utilizaron los conceptos de una investigación bibliográfica, desarrollados con material ya elaborado por otros autores, que pueden ser: artículos académicos, libros, sitios web, legislación entre otras fuentes. Lograr el objetivo definido, que es presentar los impactos que sufren las empresas pandémicas de la APL y concientizar sobre la importancia de la planificación y el capital social, es decir, las personas, presentando la gran dificultad que ocasiona el nuevo virus pandémico, así como la necesidad de innovar para garantizar la supervivencia de la empresa y así mantener la producción y los empleados de su empresa.

PALABRAS CLAVES: *Pandemia, Impacto, Micro y Pequeñas Empresas.*



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo sobre o impacto da pandemia da COVID-19, nas empresas do Arranjo Produtivo Local - APL de eletrônicos de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, Brasil - o “Vale da Eletrônica”, doravante denominado Cluster ou APL.

Assim como na saúde, educação, a crise decorrente da pandemia do novo coronavírus origina situações de emergência também e principalmente na economia com impacto direto nos mercados, na produção de bens e serviços, no consumo e investimento e também no mundo do trabalho.

A inovação é algo constante dentro de uma empresa, para isso exige dos gestores criatividade e assim garantir a sobrevivência do empreendimento, por isso é preciso se reinventar e se redescobrir sempre, pois do contrário haverá um grande risco da empresa torna-se obsoleta.

O distanciamento social e o O lockdown adotado de estabelecimentos comerciais e de serviços, a suspensão das aulas presenciais nas escolas, dentre outras medidas de contenção tiveram impactos expressivos nas empresas, com isso todo o mercado, seja no Brasil, ou no caso em estudo no município de Santa Rita do Sapucaí, estão sendo significativamente afetados ocasionando grandes dificuldades econômicas.

As empresas que compõem o grupo Santa Rita do Sapucaí empregam mais de 9.500 funcionários e produzem cerca de 12 mil produtos nas áreas de eletrônica, electromedicina, telecomunicações, radiodifusão, tecnologia da informação, automação industrial, construção civil e comércio, segurança, tecnologia da informação, equipamentos e serviços industriais. A APL Eletrônicos, como é chamada, é reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade dos seus produtos, pela formação dos colaboradores e pelo sistema de cooperação entre empresas. Nas palavras de Pinto (2010), “Somos considerados o APL mais funcional do país, pois as indústrias também desenvolvem uma função dos negócios de outras empresas que trabalham em conjunto”.

O grupo caracteriza-se por ser um conglomerado regional / local de empresas com ligações verticais entre fornecedores, instaladas horizontalmente entre empresas e cooperação multilateral entre empresas e instituições públicas e privadas relacionadas com a atividade econômica e o desenvolvimento de atividades articuladas com qualquer objetivo comum.

Portanto, este documento apresenta uma pesquisa sobre empresas ou grupos empresariais, e os impactos que a pandemia da COVID -19 causou nas empresas. A metodologia a ser adotada é o estudo de caso escolhido pelo polo eletrônico de Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, Brasil.



2. METODOLOGIA

2.1. O CORONAVÍRUS

O novo coronavírus, descoberto em 2019 registrado na China, pertencente família de vírus que causadoras de infecções respiratórias. Os mais comuns, que infectam humanos, são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Uma grande dificuldade causada pela pandemia do novo vírus é que uma pessoa pode estar infectada e não apresentar os sintomas, o que pode ocorrer em até 14 dias após a infecção. Os sintomas mais comuns são: febre, tosse seca, cansaço e dificuldade de respirar. A maioria das pessoas se recuperam das doenças respiratórias da família do coronavírus sem a necessidade de tratamentos especiais. Em determinadas circunstâncias, o vírus pode ser até fatal. Idosos e pessoas com outras condições médicas (como asma, diabetes e doença cardíaca) são mais vulneráveis a quadros sérios (WORD, 2020).

No começo do ano de 2020 em janeiro o ápice do contágio do Coronavírus encontrava-se na China onde poucos casos da doença eram detectados em outros países. Entretanto, no de janeiro de 2020 a quantidade de pessoas infectadas na China e em outros países atingiu mais de 10.000 pessoas. O surto do vírus começou a ganhar

força em fevereiro na Coreia do Sul, Itália, Alemanha e Espanha. Inevitavelmente o Brasil registrou seu primeiro caso em 26 de fevereiro e em menos de um mês já ultrapassava 1.500 casos confirmados. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde declarou o Coronavírus uma pandemia global (PIRES, et. al, 2020).

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1. NOVOS MERCADOS

Uma forma das empresas se manterem no mercado com a atual crise sanitária causada pelo coronavírus é a busca de novos. Sendo a inovação uma grande ferramenta para a organização ter uma vantagem competitiva em tempos de pandemia. Pois possibilita vantagens competitivas como a diminuição dos custos e melhoria da qualidade dos produtos. Só é considerado inovação se houver aplicação mercadológica e na criação de valor dos produtos e serviços oferecidos pela empresa (TIGRE, 2006).

Sempre existe uma forma diferente, mais eficiente e mais lucrativa de se executar aquelas mesmas coisas que todo mundo insiste em fazer mecanicamente, sem jamais questionar. O nome dessa prática é inovação (SILVA, 2015, p. 111).

Para garantir a sobrevivência do empreendimento é preciso se reinventar e se redescobrir sempre, pois do contrário haverá um grande risco da empresa torna-se obsoleta. Ao inovar e propor novas soluções



as organizações criam novos modelos de negócios mais lucrativos que os anteriores (XP, 2020; PIQUÉ, 2020).

Os fatos se alteram com rapidez, e o mesmo acontece com as ideias. Encurta-se o tempo para planejar, experimentar e agir. (...) A velocidade das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas desatualiza rapidamente o saber e as informações. Nenhuma empresa ou instituição pública pode se considerar atualizada, a não ser por alguns momentos: assim, todas deverão lutar contraparte de seu passado e contra o obsolescimento para inovar e transformar. (MOTTA, 2001, p. 14 apud FERREIRA, 2012).

A inovação contribui de muitas maneiras, aumentando a produtividade e o desempenho das empresas ela possibilita uma melhor retenção de uma maior fatia do mercado disponível aumentando a lucratividade pois os processos estão otimizados. Essa vantagem competitiva pode surgir do setor, tamanho da empresa, do patrimônio, do produto ou serviço entre outros. Entretanto o cenário vivenciado pela empresa aliado ao conhecimento e busca de novas formas de realizar os processos e avanços tecnológicos transformam as ideias e conhecimento em novos produtos e serviços (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

3.2. A REINVENÇÃO DOS NEGÓCIOS EM MEIO A PANDEMIA

“Você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar onde quer” (Confúcio) (CARREIRO, 2020).

O Brasil, conhecido por sua população adaptável e criativa, já apresenta exemplos de empresas que estão vivenciando a crise da COVID-19 com inovação. Em meio a essa turbulência muitas empresas tiveram que adotar uma postura defensiva. No entanto, apesar de não existir uma fórmula mágica para lidar com essa situação atípica e do caminho ser incerto, é possível transformar desafios em oportunidades reinventando (CARREIRO, 2020).

Muitas empresas precisaram reinventar os modelos de negócios para continuarem no mercado diante do cenário de crise gerado pela pandemia do Covid-19. Algumas estratégias usadas vão de mudança de produto principal ofertado até a oferta de créditos com desconto para consumo dos produtos após a pandemia (FERRASOLI, 2020).

Muitas organizações se viram obrigadas a mudar para sobreviver. Por exemplo destilarias estão fazendo álcool em gel como forma de buscar novos mercados; aplicativo de aula virtuais, reviveu suas aulas ao vivo. Esses entre outros são alguns tipos de adaptação que estão ocorrendo enquanto a vida pode não voltar ao normal (WINGARD, 2020; NAKATA, 2020).



Desse modo, diante da crise, muitas empresas estão desenvolvendo planos de contingência e, assim, adaptando-se para lidar com essa nova realidade (CARREIRO, 2020, PIQUÉ, 2020).

Os autônomos são os que mais inovam; tendo agilidade e criatividade pode-se mudar o tipo de negócio rapidamente. Usando ferramentas digitais, oferecendo vendas online e entregas em domicílio muitas empresas, para dar continuidade, acharam melhor adequarem-se ao delivery do que deixar de vender (VARELLA, 2020; XP, 2020).

A crise gerada pelo coronavírus forçou muitos líderes empresariais como a buscar novas estratégias e parcerias com startups para manter sua produção e funcionários. “Agora é a hora de ser ousado e ágil. Não invista em nada além de resultados, veja o que funciona e duplique” (WINGARD, 2020; SILVA, 2015).

Algumas medidas podem ser aplicadas para evitar que as empresas fechem as portas, como: ajustar produção e fazer planejamento, revisão de contratos com fornecedores, investir em venda *online* e *delivery* (VARELLA, 2020; XP, 2020).

3.3. IMPACTOS NA ECONOMIA

O *lockdown* adotado em vários países como medida de restrição do deslocamento de pessoas e que ocasionou grandes dificuldades econômicas. No mundo como um todo os governos mantiveram seus próprios

cidadãos como reféns, com a justificativa de protegê-los. Após meses de pandemia, as evidências de que o *lockdown* não altera o número de mortos per capita pode ser justificada pela dificuldade das estatísticas em encontrar diferença de mortalidade entre países que se fecharam e os que não (TUCKER, 2020; SHIEH, 2020).

O grande problema das restrições determinadas por governos, para supostamente evitar o contágio do vírus, é proibir a produção e a comercialização de produtos. Isso certamente cria uma grande dificuldade para a empresa e a economia pois com a redução da oferta de produtos, os produtos tendem a aumentar de preço o que prejudica principalmente as pessoas que ganham menos pois a inflação deprecia seu capital mais rapidamente (SCHREIBER, 2020; MUELLER, 2016).

Por outro lado, a competição global e a facilidade de acesso às informações, por parte de clientes, acaba por exigir que as empresas busquem a melhoria de seus processos produtivos, a redução dos custos de produção, a inovação e o valor agregado para atrair mais clientes (SANDRONI, 2000; COSTAJUNIOR, 2017).

As pessoas têm capacidade de entender a situação como uma sociedade livre e assim se adaptar à realidade. “O governo não é, e não tem como ser, mais sábio e mais esperto que todo o conjunto de indivíduos de uma sociedade”. Ao determinar quem deve exercer seus direitos individuais e,



injustamente, quem não poderá exercer, o governo está impondo quais serão os sobreviventes de sua decisão abusiva e precipitada (RACHEWSKY, 2020; TUCKER, 2020).

As micro e pequenas empresas são as mais afetadas por conta da paralisação do coronavírus essas empresas são responsáveis por, pela contratação de aproximadamente, 80% dos empregos formais. As micro e pequenas empresas somam mais de 12 milhões de negócios e representam 99% das empresas registradas no Brasil, e geram 52% dos empregos no país (SEBRAE, 2018).

Essas empresas são as mais atingidas principalmente por falta de capital de giro para manter seus custos por muito tempo. Com o colapso nas receitas, os custos fixos a serem pagos, a alta carga tributária e encargos trabalhistas a serem cumpridos, entre outras despesas, inevitavelmente gerará resultado negativo ou pouco satisfatório na demonstração de resultado. Assim, é compreensível que a primeira ação da gestão na tentativa de redução do custo de produção é a demissão de colaboradores (DANIEL, 2020).

Algumas alternativas para minimizar os problemas econômicos trazidos pelo Covid-19 seria investir em conscientização e esclarecimentos, a liberação das pessoas para voltarem às atividades produtivas, realizar medidas de curto prazo visando alavancar a economia, como liberação de microcréditos,

flexibilização dos trabalhos e diminuição de burocracia (SHIEH, 2020).

Diante da perspectiva de um nível de incerteza no período pós-pandemia, e sem a execução de medidas significativas como a retomada da agenda de reformas, provavelmente a recuperação das atividades e da lucratividade pelas empresas, será lenta, e de baixo investimento, pois as dificuldades elevam os custos e diminuem a produtividade (VELOSO, 2020).

De acordo com pesquisas realizadas os Pequenos Negócios no Brasil e os segmentos mais afetados pela pandemia de Covid-19.

A partir da Lei Complementar Nº 123/2006 (e posteriores atualizações) e com base nos dados da Receita Federal, o Sebrae aponta que o Brasil contava, em maio de 2020, com 17,3 milhões de Pequenos Negócios – o correspondente a 90,0% do total de empresas no país – assim distribuídos:

Microempreendedor Individual (MEI) – 9,8 milhões (56,7% do total)

Microempresa (ME) – 6,6 milhões (38,1%)

Empresa de Pequeno Porte (EPP) – 0,9 milhão (5,2%)

Considerando-se as características da atual crise e observando o que tem acontecido em outros países que passaram pelo pico da pandemia anteriormente ao Brasil, o Sebrae identificou os segmentos econômicos mais fortemente afetados. Em



tais segmentos, há 13 milhões de pequenos negócios (75% do total) que geram empregos e ocupam 21,5 milhões de pessoas e responder por uma massa salarial de R\$ 611 bilhões anuais. *(Publicado em 07/12/2020 - 21:20 Vera Batista).*

4. CONCLUSÃO

O estudo envolve vários temas, desde o que é o Coronavírus, passando pela adaptação à nova realidade trazida pela pandemia, até as formas de gestão e administração nas organizações. Considerando que as medidas de isolamento social foram adotadas por governadores, com a intenção da preservação das vidas humanas, cabe salientar que toda ação humana tem consequências intencionais ou não.

O coronavírus surgiu como uma crise na saúde, mas que rapidamente impactou as empresas de todo o mundo.

A paralisação da produção não conteve a propagação do vírus, mas complicou a situação das empresas, que passaram a enfrentar vários outros problemas como

redução das vendas e da produção, com aumento de desemprego, do endividamento e queda na eficiência produtiva.

Para a retomada das atividades pelas empresas de maneira sustentável são necessárias reformas estruturais como a administrativa, a tributária, além de abertura econômica e redução da burocracia, entre outras.

Consideram diferenciais competitivos para a gestão no momento de pandemia a inovação, flexibilização trabalhista e forte inserção da tecnologia da informação no dia a dia das pessoas e empresas.

No momento de pandemia e crise de saúde e econômica mundial o profissional de gestão se torna peça fundamental para o sucesso das organizações. As rápidas decisões, seguindo modelos, aprendendo e adaptando a nova realidade são características dos administradores que possibilitam às organizações a superarem as crises. Novas ferramentas, novas formas de trabalho, a gestão de forma eficiente, o home office são as formas de adaptação, menos mobilidade física e a maior flexibilização.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARREIRO, Debora. Empresas na crise e a COVID-19 (Coronavírus): como lidar com um cenário incerto?. 2020. Disponível em: <<https://iugu.com/blog/empresas-na-crise-e-a-covid-19-coronavirus/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.



- COSTA JUNIOR, Irapuan. Gastos de governo no Brasil correspondem a 40% do PIB; no Chile, a 23%, 2017. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/contraponto/gastos-de-governo-no-brasil-correspondem-40-do-pib-no-chile-23-86414/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

- DANIEL, Isaura. Pandemia afeta pequenas empresas, mas algumas exportam, 2020. Disponível em: <<https://anba.com.br/pandemia-afeta-pequenas-empresas-mas-algumas-exportam/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

- FERRASOLI, Dante. Empresários reinventam negócios para sobreviver à pandemia de coronavírus. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2020/03/empresarios-reinventam-negocios-para-sobreviver-a-pandemia-de-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

- FERREIRA, Rodrigo de Araújo. **Inovações em organizações públicas**: estudo dos fatores que influenciam um ambiente inovador. 2012. 36 p. Dissertação (Mestrado em administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sobre a doença, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

- MUELLER, Antony. O Brasil na armadilha da renda média. Mises Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1765>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

- NAKATA, Lina. O que a Administração aprendeu com a COVID-19?, 2020. Vídeo on-line (70'48"). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=9uxnbd9FQBE&feature=emb_title>. Acesso em: 04 jul. 2020.

- PIQUÉ, Josep Miquel. Anpro Talks 2 | Com Josep Piqué e Daniel Leijnitz - Ecossistemas de Inovação Como Resposta à Covid. 2020. Vídeo on-line (66'40"). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0ueqj81wKo&feature=youtu.be&utm_campaign=link_de_transmissao_anprotalks_webinar_02_com_josep_pique_e_daniel_leijnitz&utm_medium=email&utm_source=RD+Station>. Acesso em: 05 jul. 2020.



- PIRES, Luis Sevillano; ANDRINO, Borja; LLANERAS, Kiko, GRASSO, Daniele. O mapa do coronavírus: como aumentam os casos dia a dia no Brasil e no mundo, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- RACHEWSKY, Roberto. Políticos pagarão por sua ingerência arrogante e abusiva? Instituto Liberal, 2020. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/politicos-pagacao-por-sua-ingerencia-arrogante-e-abusiva/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- SANDRONI, Paulo. **Traduzindo o economês**. [s.l.]: Nova cultura LTDA, 2000. 296 p.
- SCHREIBER, Mariana. Meirelles defende 'imprimir dinheiro' contra crise do coronavírus: 'Risco nenhum de inflação', 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52212033>>. Acesso em: 10 maio 2020.
- SEBRAE. Panorama dos Pequenos Negócios, 2018. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- SHIEH, Edmund. Mais do que nunca, é exatamente em épocas de crise que precisamos de liberdade. Mises Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/3249/mais-do-que-nunca-e-exatamente-em-epocas-de-crise-que-precisamos-de-liberdade->>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- SILVA, Flávio Augusto da. **Geração de valor 2**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015. 207 p.
- TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão da inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 600 p.
- TIGRE, PAULO Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 282 p.
- TUCKER, Jeffrey. Após quatro meses de pandemia, restou uma certeza: o fracasso dos governos é retumbante. Mises Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/3255/apos-quatro-meses-de-pandemia-restou-uma-certeza-o-fracasso-dos-governos-e-retumbante>>. Acesso em 26 jun. 2020.



- VELOSO, Fernando. O cenário econômico pós-pandemia. Instituto Millenium, 2020. Disponível em: <<https://www.institutomillenium.org.br/fernando-veloso-o-cenario-economico-pos-pandemia/>>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- WINGARD, Jason. Adaptação à pandemia: como 3 companhias estão conseguindo superar as adversidades, 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/negocios/2020/04/adaptacao-a-pandemia-como-3-companhias-estao-conseguindo-superar-as-adversidades/>>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- WORD HEALTH ORGANIZATION. Q&A on corona virus es (COVID-19), 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/q-a-coronaviruses#:~:text=symptoms>>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- XP recebe CEO do Google e da Via Varejo para falar sobre Aceleração Digital, 2020. *Videoon-line (82'59")*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=924&v=z4g18KIEZxA&feature=emb_title>. Acesso em: 05 jul. 2020.

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Rosa Stela Ribeiro de Lorena

Professora de Matemática e Estatística da FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação. Especialista em Informática na Educação (FAI). Engenheira Civil, pela Faculdade de Engenharia de Itajubá (FECI - UNIVERSITAS), Licenciada em Matemática e Física, pela faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI – UNIVERSITAS). Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de La Empresa de Montevideo (Uruguai). Doutorando em Administração de Empresas pela Universidade Columbia Assunção – Paraguai.

Michel Liberato de Sousa

Bacharel em Administração pela FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação.



O DIREITO AMBIENTAL ALIADO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PROMOÇÃO CIDADÃ DA CONSCIÊNCIA ÉTICO-AMBIENTAL PERANTE A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA NA CIDADE DE RIO QUENTE, BRASIL

VALÉRIA PIRES DE REZENDE (valeria.piresderezende@hotmail.com) - Doutora em Administração na Universidad Americana/PY.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) - Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: Perante a construção da Estação de Tratamento de Água na cidade de Rio Quente, este estudo desenvolve um programa de implementação da Política Ambiental alicerçada no Direito Ambiental que promova a preservação do equilíbrio do ecossistema e a consciência cidadã de ter um meio ambiente saudável. O programa envolve os empresários, professores, alunos, funcionários públicos principalmente da prefeitura de Rio Quente, na preservação e consumo responsável da água. A literatura para o estudo realizado foram livros, revistas, sites oficiais e especializados, bem como a Constituição Federal, Constituição do Estado de Goiás, Lei Municipal, além de toda Legislação que abrange a Política Nacional de Meio Ambiente, com ênfase ao estudo, ora realizado. Assim, foi possível ao averiguar, no local, que o sistema da Estação de Tratamento de Água da cidade de Rio Quente, se adequa à legislação ambiental nacional e internacional, considerando que a sua capacidade de eficácia no serviço prestado.

PALAVRAS-CHAVE: *Direito Ambiental; Educação Ambiental; Tratamento de Água; Recursos Hídricos; Manancial Hídrico.*

RESUMEN: En vista de la construcción de la Estación de Tratamiento de Agua en la ciudad de Río Quente, este estudio desarrolla un programa de implementación de Política Ambiental basado en la Ley Ambiental que promueve la preservación del equilibrio del ecosistema y la conciencia ciudadana de tener un medio ambiente saludable. El programa involucra a empresarios, docentes, estudiantes, funcionarios públicos principalmente de la ciudad de Rio Quente, en la preservación y consumo responsable del agua. La literatura para el estudio realizado fueron libros, revistas, sitios web oficiales y especializados, así como la Constitución Federal, la Constitución del Estado de Goiás, Ley Municipal, además de toda la legislación que abarca la Política Nacional del Medio Ambiente, con énfasis en el estudio, ahora consumado. Así, se pudo constatar, en el lugar, que el sistema de la Estación de Tratamiento de Agua en la ciudad de Río Quente, se ajusta a la legislación ambiental nacional e internacional, considerando que su capacidad de eficiencia en el servicio brindado.

PALABRAS CLAVES: *Derecho Ambiental; Educación Ambiental; Tratamiento de Agua; Recursos Hídricos; Manantial Hídrico.*



1. INTRODUÇÃO

A educação e conscientização ambiental, é fundamental para ser realizado um trabalho de forma ecologicamente correta, numa cidade, como no caso em estudo de Rio Quente, e mantenha programas contínuos com o fito de manter essa consciência cidadã e, por conseguinte, um equilíbrio do meio ambiente, como objetivo principal para promover a construção de obras que necessite dessa consciência e educação relacionada ao ecossistema, como a Estação de Tratamento de Água da cidade de Rio Quente. É sabido que a união de países para equacionar o problema do meio ambiente vem ganhando adesão a cada dia, pois todos os seguimentos do mundo estão sendo afetados pelo desequilíbrio do ecossistema e, tendo o homem essa consciência, vem este através, de recomendações feitas pela OMS, ONU e tantos outros órgãos de representatividade internacional, mostrar a importância de uma Educação Ambiental do ser humano, ainda que esta educação possa, em primeiro momento apresentar características de prejuízo a uma cidade, Estado ou Nação, pois, é sabido na verdade trata-se de repasse que deve ser pelo do homem, de gotículas daquilo que este, desde datas remotas destroem o meio ambiente com o fito de auferir lucros e acumular grandes riquezas às expensas daquilo que ganhou sem nada fazer e gastar – um meio ambiente equilibrado e cheio de riquezas-, mas, como o ambiente é finito esses recursos não renováveis estão desaparecendo e,

consequentemente grandes catástrofes acontecendo em todas as partes do mundo. Tudo, por exclusiva culpa do homem, repito, desde sua origem. Entretanto, alguém tinha que enxergar todo esse imbróglio e, isso está acontecendo, através de encontros mundiais para se discutir ideias acerca do assunto, com conferências como a de Estocolmo em 1972, a ECO-92, realizada no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a Rio+20, em 2012, também no Rio de Janeiro, dentre outras de grande importância para a Educação Ambiental mundial, para reaver o equilíbrio do ecossistema. No Brasil, esse ecossistema equilibrado, vem resguardado como garantia constitucional, prevista no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por conta de tudo isso, já se verificou, neste século grandes catástrofes ambientais, como o derretimento das geleiras do ártico, com o aumento das águas dos oceanos. A Educação Ambiental no Brasil, atualmente é o grande desafio do milênio, haja vista que, a devastação ambiental, sem controle, está se refletindo a cada dia, e o homem, antes o destruidor, plantam as sementes do equilíbrio do ecossistema, na busca de uma qualidade de vida melhor para o momento e as futuras gerações. No Brasil, estamos vivendo uma seca, com a racionalização de águas para uso doméstico, o que comprova o desequilíbrio ambiental no país e também no mundo. Todavia, o tema deste estudo busca mostrar Rio Quente, onde houve, inicialmente, uma conscientização e



Educação Ambiental da população em todos os níveis da sociedade para, então, iniciar o processo de tratamento e reutilização de águas impróprias para o consumo humano, tornando-as perfeitamente puras e limpas, usando de um sistema ecologicamente correto, equilibrando assim o meio ambiente da região e conservando a limpeza do manancial hídrico que abastece a cidade de Rio Quente. Contudo, o estudo investiga a aplicação do Direito e a Educação Ambiental na manutenção do manancial existente na cidade de Rio Quente, sem que haja prejuízos de qualquer ordem para os habitantes da cidade. Ao contrário, o trabalho feito na cidade, evidencia que a participação de todos e a preocupação com meio ambiente e as futuras gerações para com o uso e a qualidade do manancial hídrico da cidade de Rio Quente é uma referência no caso em estudo.

2. METODOLOGIA

O estudo proposto tem como delimitação a relação do Direito e a Educação Ambiental a partir da construção da Estação de Tratamento da cidade de Rio Quente, fazendo o reuso de água no município de Rio Quente. Portanto, o foco principal do estudo delimitou-se na aplicação do Direito e a Educação Ambiental nas iniciativas das empresas privadas, em suas políticas ambientais, juntamente com Poder Público para construção e funcionamento da Estação de Tratamento de Água, bem como a criação de uma consciência ambiental de todos moradores da cidade de Rio Quente.

Assim sendo, a pesquisa se limita ao relacionamento da Educação Ambiental aliada com o Direito Ambiental, na criação da Estação de Tratamento de Água da cidade de Rio Quente, sendo um dos benefícios tão importante quanto a criação da ETA, o programa de consciência ambiental feito na cidade de Rio Quente.

A pesquisa trata de estudo de caso, o que abstrai os métodos acima delineados, ou seja, se utiliza do método qualitativo e quantitativo para se chegar ao resultado desejado ao qual se propõe o estudo. Tendo em vista os objetivos delineados no presente estudo, realizar-se-á a pesquisa de campo com os moradores da cidade de Rio Quente e, representantes de empresas da cidade, com a finalidade de obter um maior conhecimento sobre essa consciência ambiental adquirida e os benefícios trazidos pela construção da Estação de Tratamento de Água. Nessa linha de raciocínio, Minayo (2000) aponta que a pesquisa de campo visa proporcionar um estudo referente ao modo como vem sendo tratado o tema da pesquisa em uma realidade prática, confirmando os resultados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica.

Segundo palavras da professora Doutora Alvarenga (2012), o desenho metodológico constitui o plano da investigação, como se colocará em prática o estudo. Orienta a investigação, contém as estratégias a serem seguidas para dar resposta ao problema formulado, alcançar os objetivos e comprovar a hipótese. Ainda, continua a autora, a afirmar que o desenho metodológico permite ao investigador estabelecer os passos a seguir



pondo em prática sua iniciativa e criatividade (ALVARENGA, 2012 p. 63). O estudo, do tipo observacional ou não experimental, foi realizado em duas fases. Na fase preliminar se utilizou da revisão bibliográfica, mostrando visões teóricas de vários autores para a melhor entendimento do tema em discussão. De acordo com Vergara (2013), este tipo de investigação versa sobre o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, monografias, dissertações, teses, artigos em revistas científicas, sites especializados, entre outros, ou seja, a partir de material acessível ao público em geral. A fase seguinte contou com uma pesquisa de campo realizada com a população da cidade de Rio Quente com o fito de angariar dados para melhor análise 63 dos impactos ambientais, em especial, e ainda, aqueles de ordem psicológicas enfrentadas pela população, em geral.

Amostra ou população amostral denota segundo Vergara (2005, p.50), “uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade”. Nesta dissertação, o método utilizado não foi o probabilístico (ALVARENGA, 2012 p. 65), “nas investigações qualitativas o tamanho da amostra não é importante em uma perspectiva probabilística, porque o resultado do estudo não se generalizará a uma população mais ampla”. Cada caso estudado é único e o resultado não pode se estender a outra população. Sendo um único procedimento de amostragem de caráter proposital, visto que os sujeitos da pesquisa – os consumidores da Estação de Tratamento

de Água de Rio Quente, são somente a população residente na cidade de Rio Quente – foram intencionalmente escolhidas. (VERGARA, 2005). Ainda, discorrendo sobre do assunto, diz acerca da unidade de análise: “Cada um dos indivíduos que integram a amostra. Tanto nas investigações quantitativas como nas qualitativas, são fontes de informação. As unidades de análises”. (ALVARENGA, 2012, p. 65)

O questionário aplicado apresentou o total de 10 (dez) questões, divididas em 2 (duas) partes. A primeira parte colheu o perfil do informante, constando de 3 (três) perguntas num conjunto de respostas de opções fechadas (dicotômicas) (MARCONI; LAKATOS, 1996). A segunda parte apresentou 7 (sete) questões abertas relacionadas à percepção dos cidadãos residentes em Rio Quente sobre a Estação de Tratamento de Água da cidade para a posterior análise do conteúdo (BARDIN, 2004). Todos os 20 (vinte) voluntários receberam juntamente ao questionário com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura em concordância com o conteúdo e os objetivos do estudo. Além disso, os indivíduos foram previamente informados sobre a garantia do anonimato e da possibilidade de desistência, caso assim o desejasse, como também assegurados que todos os dados obtidos seriam utilizados para fins acadêmicos. A análise dos dados foi realizada pelo método análise do conteúdo, como já descrito, sistematizada por Bardin (2004) e expressa a partir de inferências e interpretação dos resultados. Tal análise



constitui-se numa técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reprodutíveis e válidas que se podem aplicar a um contexto.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo feito apresenta-se a análise e discussão dos resultados, com o objetivo de atingir a proposta inicial do estudo realizado. Dentre eles, apresentar a estrutura de funcionamento da Estação de Tratamento de Água - ETA de Rio Quente; verificar e discutir os dados coletados no estudo via documentação e baseado em Lei Municipal, Lei Federal e Constituição da República Federativa do Brasil, além da pesquisa de campo através de questionários, versando sobre a educação e consciência ambiental e acerca da importância do reuso das águas do rio quente para consumo nas residências, bem como da qualidade dessa água. A discussão começa mostrando os conceitos de Educação Ambiental e qual efeito na cidade de Rio Quente, dentro da pesquisa realizada.

Com toda essa problemática para ser resolvida pelas autoridades e população, esta última já sentia o dissabor de contar com o fornecimento de água nas residências através de caminhões pipas (até o ano de 2005), por aproximadamente quatro meses durante o ano (meados de maio até meados de setembro), em regra.

Então, começou a partir desse momento a busca por uma Educação Ambiental, dentro

do município a fim de reaver a qualidade da água do rio quente, com o objetivo de levar também a qualidade de vida para a população de toda municipalidade e não somente de um grupo empresarial, o qual detinha o poder de uso da água do rio em sua nascente, portanto, limpa e apropriada para consumo humano.

Milaré (2007), mostra de forma bem clara o nascimento do cuidado com a preservação das águas, especialmente no que tange ao seu aproveitamento, que no caso é o objeto do estudo realizado. Ainda, discorrendo sobre o assunto, o autor diz que: A lei 9.433, de 08.01.1997, que pode ser considerada recente, instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SINGREH. Essa lei impõe a necessidade de serem editadas várias normas regulamentadoras, o que, em grande parte, ainda não ocorreu.

No mesmo sentido, Martins (2012, p. 480) faz um breve histórico acerca da importância da proteção ambiental, dizendo: Partindo do direito à vida, hoje universalmente reconhecido como direito básico ou fundamental, pois é a condição necessária para a fruição de todos os demais direitos humanos, os instrumentos internacionais ampliaram a sua dimensão para nele incluir o direito de todo ser humano dispor de meios apropriados de subsistência e de um padrão de vida decente, configurando se aí o direito ao meio ambiente sadio como corolário do direito à vida, igualmente a merecer a proteção do Estado, ao qual depois se



acrescentará o direito ao desenvolvimento também como um direito humano.

A Constituição Federal dá amparo a essa ética ambiental, de forma expressa no artigo 225, caput, conforme adiante verificaremos um pouco mais adiante, neste estudo. A expressão Educação Ambiental foi usada pela primeira vez em março de 1965 na Grã-Bretanha.

Antes de falar acerca da criação e da tecnologia empreendida na cidade de Rio Quente é bom fazer algumas considerações sobre o que é o reuso de água para o consumo doméstico.

O estudo realizado busca tecnologias limpas, e o reuso da água é uma alternativa viável tanto para indústrias locais como para o uso doméstico, como é nosso caso em análise, além de ser um meio de economizar os recursos hídricos, conservando aqueles já disponíveis. Lavrador Filho (1987), analisando a obra de Montgomery, afirma que esse autor associa o reuso planejado à existência de um sistema de tratamento que atenda não apenas às exigências ambientais,

mas também aos padrões de qualidade requeridos pelo reuso da água. Além disso, o termo “planejado” refere-se ao fato do reuso ser resultante de uma ação consciente, subsequente à descarga do efluente e o “não planejado” refere-se ao reuso ser apenas um subproduto não intencional dessa descarga.

O artigo mostra o esse grau de confiança e foi constatado que é plena por todos da cidade, eis que as visitas foram várias e as entrevistas com os operadores da Estação de Tratamento de Água, ratificaram tal informação, tendo em vista que tais servidores visitam todos os domicílios da cidade com a finalidade de aferir nas torneiras a qualidade da água.

4. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

No concernente à idade, foram avaliados 20 informantes divididos em grupos de quatro faixas etárias: 18 a 30 anos; 31 a 49 anos; 50 a 65 anos e acima de 65 anos. Predominou-se na pesquisa a amostra equivalente ao 2º grupo (TABELA 1):

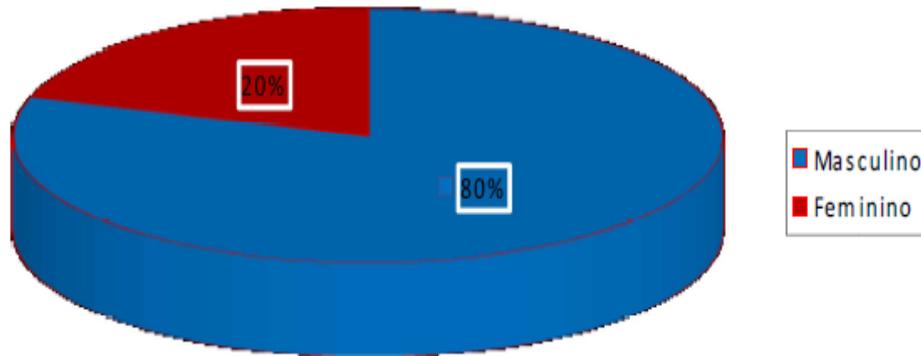
Tabela 1 – Idade mais frequente dos informantes

Idade	Nº de Informantes	%
18 a 30 anos	05	25
31 a 49 anos	10	50
50 a 65 anos	03	15
Acima dos 65 anos	02	10
TOTAL		100

Fonte: Elaboração própria

A amostra foi composta por 20 voluntários, deste total 16 (80%) era do sexo masculino e 4 (20%) do sexo feminino, como demonstrado a seguir (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Porcentagem segundo o gênero



Fonte: elaboração própria

Por outro lado, ao analisar-se a amostra estudada em relação ao gênero, o sexo masculino predominou nesta pesquisa (80%), apesar dos cuidados metodológicos para garantir a amostra adequada da população. 99 7.3 Tempo de Residência na Cidade de Rio Quente No tocante ao tempo de

moradia em Rio Quente, os informantes avaliados foram divididos em quatro grupos: 1 a 05 anos; 06 a 10 anos; 11 a 15 anos e acima de 15 anos. Predominaram-se na pesquisa as amostras equivalentes aos 2º e 3º grupos (TABELA 2).

Tabela 2 - Tempo de residência na cidade

Idade	Nº de Informantes	%
1 a 5 anos	02	10
06 a 10 anos	09	45
11 a 15 anos	09	45
Acima dos 15 anos	0	0
TOTAL		100

Fonte: Elaboração própria



Vale lembrar que a cidade é muito nova, fundada em 1988 e uma das principais características de Rio Quente é ser constituída por pessoas de diversas regiões do país. O processo de amostragem que foi utilizado neste estudo garante a representatividade populacional para Rio Quente.

5. CONCLUSÃO

Este estudo investigou a aplicação do Direito e a Educação Ambiental na manutenção do manancial existente na cidade de Rio Quente. Com esse objetivo, foi desenvolvida uma pesquisa de como se formou todo o processo de aplicação das políticas ambientais previstas na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Municipal, Resoluções do CONAMA, além de Leis Ordinárias atinentes ao caso estudado, especificamente quanto à criação e funcionamento da Estação de Tratamento de Água da cidade de Rio Quente fazendo o reuso de água.

Neste artigo verificou-se que a construção da Estação de Tratamento de Água de Rio

Quente atende ao disposto da Lei nº 9.433/97, que tem como escopo legal assegurar a toda coletividade o “uso sustentável” da água, garantindo o direito de uso e instituindo deveres e obrigações aos usuários.

Portanto, verificou-se, uma coesão da população, empresariado e entes públicos da cidade de Rio Quente, no que concerne a importância da Educação Ambiental para ter saúde e um ambiente saudável e de qualidade, compondo dessa forma um perfil, criativo para as presentes e futuras gerações.

Espera-se que esse estudo venha contribuir para o avanço da compreensão sobre o que é consciência e Educação Ambiental e o comportamento da sociedade após essa compreensão dos benefícios trazidos juntos com essa educação e consciência ambiental, visualizando um compromisso de contribuir para o equilíbrio do meio ambiente, visando uma continuidade para as gerações vindouras e que elas possam se beneficiar desses comportamentos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, Estelbina Miranda. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Assunção-Py: Centro de educación, dirección, orientación y cultura, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: s. n., 2004. Edições 70.
- BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 mar. 2015.



- BRASIL. **LEI Nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm> Acesso em: 20 mar. 2015.
- BRASIL. **LEI Nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em 19 mar. 2015.
- BRASIL. **LEI Nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm> Acesso em 15 mar. 2015.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. 1989. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70434/CE_Goias.pdf?sequence=11> Acesso em: 15 fev. 2015.
- DECLARAÇÃO Universal dos direitos da água. 1934. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/declaracao_universal_dos_direitos_da_agua/declaracao_universal_dos_direitos_da_agua.html> Acesso em 12 mar. 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- LAVRADOR FILHO, J., **Contribuição para o entendimento do reuso planejado da água e algumas considerações sobre suas possibilidades no Brasil**. 1987. Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
- MARTINS, Ives Granda da Silva, et al. (Coord.) **Princípios constitucionais relevantes**. Porto Alegre: Magister, 2012.
- MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência**, glossário. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. 114
- MINAYO, M. (orgs) **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.



- SIRVINSKA, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2013.

7. NOTAS BIOGRÁFICAS

Valéria Pires de Rezende

Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão(GO), com especialização em Direito Administrativo pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá/RJ, mestre em Ciências Jurídicas pela Universidad Americana/PY, doutora em Administração na Universidad Americana/PY.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.



REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SILVANA DOS SANTOS VILAR NEGRI (silvanafofabela@hotmail.com) - Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.

RESUMO: Esse resumo tem por objetivo apresentar em síntese a Psicologia Aplicada em Educação Especial e seus desdobramentos: Estudo e, realidade na perspectiva psicológica. De acordo com as pesquisas, a Psicologia aplicada à Educação é uma lembrança de pouco mais de cem anos de adiantamento da Psicologia, transcrito particularmente da psicologia clínica, da educação e da Educação Especial. Aponta-se que no Brasil, no início do século XX, a Psicologia desenvolveu-se voltada para os aspectos relacionados à pedagogia de modo positivista e experimentalista. Em sequência, a medicina revela-se como fundamentalmente para a psicologia educacional no âmbito biológico, científico e na busca de diagnóstico e atendimento aos alunos com dificuldades no processo de ensino/aprendizado. Então se questiona a etimologia da palavra psicologia? Com base em Souza (2001), a palavra psicologia é formada de duas palavras gregas: Psique – que significa alma, e Logos – que significa razão, estudo, discurso, conhecimento e ciência.

PALAVRAS-CHAVE: *Psicologia Aplicada; Educação Especial; Psicologia Geral.*

RESUMEN: Este resumen tiene como objetivo resumir la Psicología Aplicada en Educación Especial y sus consecuencias: Estudio y realidad en la perspectiva psicológica. Según la investigación, la Psicología aplicada a la Educación es un recordatorio de poco más de cien años de avance de la Psicología, transcrito particularmente de la psicología clínica, la educación y la Educación Especial. Se señala que en Brasil, a principios del siglo XX, la Psicología se desarrolló enfocada en aspectos relacionados con la pedagogía de manera positivista y experimentalista. En secuencia, la medicina se revela fundamentalmente para la psicología educativa en lo biológico, científico y en la búsqueda del diagnóstico y cuidado de los estudiantes con dificultades en el proceso de enseñanza / aprendizaje. Entonces, ¿se cuestiona la etimología de la palabra psicología? Basado en Souza (2001), palabra psicología se forma a partir de dos palabras griegas: Psique - que significa alma, y Logos - que significa razón, estudio, discurso, conocimiento y ciencia.

PALABRAS CLAVES: *Psicología Aplicada; Educación especial; Psicología General.*



1. INTRODUÇÃO

A escola constitui-se na segunda socialização da criança sendo a família a primeira, a relação pedagógica tem que ser construída cotidianamente. Sozinha a criança não faz a leitura do mundo, nisso a escola pode ampará-la, conduzi-la, encaminhá-la. Ao aprender a ler e escrever, a relação da criança com o mundo muda como mudou também quando ela aprendeu a falar e pôde verbalizar, explicar o que sentia, podemos citar a escola como uma prática social ligada a formação de valores do sujeito para a vida social, com possibilidades de ir em direção a uma maior autonomia, liberdade e diferenciação.

A criança não deve ser atendida somente em sua problemática, mas que é preciso dar um lugar ao discurso coletivo onde ela está inserida, também no caso da indisciplina, não basta atender e os casos mais sérios, deixando de dar lugar ao discurso coletivo da instituição na qual o aluno está inserido. (LACAN, 1998). A escola é um lugar que garante efetivamente a relação de cidadania; nela a criança pode estabelecer pactos, contratos, relações sociais, não se limitando ensinar a ler, escrever, fazer contas ou raciocinar.

Pode-se dizer que a escola apresenta um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações que visam ao cumprimento das leis, das normas determinadas pelos órgãos centrais e, de outro, pela dinâmica de seus grupos internos que estabelecem interações,

rupturas e permitem troca de ideias, palavras e sentimentos numa relação dialética contínua. Dessa forma, sendo a escola um espaço caracterizado por uma heterogeneidade onde as diferenças se revelam e saltam aos olhos dos professores, não pode e não deve ser vista como um meio homogêneo.

Dentre suas contradições está, por exemplo, a competição, a ênfase no desempenho estimula a luta de forças que visa saber quem é o melhor, o aluno nota 10, que servirá de exemplo para os outros. Tal visão vem reproduzir a ideologia capitalista do individualismo, sendo assim, tanto o fracasso quanto o sucesso seria mérito ou demérito do próprio aluno. Na escola, os alunos estão dentro do circuito das trocas sociais as quais, como foi dito acima, reproduzem a ordem do capitalismo, marcada pela exclusão do diferente, do problemático, sendo função do professor, orientar para o que é correto.

Ao mesmo tempo em que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel ambíguo, pois, se de um lado, ele tem a função de estabelecer limites da realidade, das obrigações e das normas, do outro, ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sua própria vida. É uma contradição: de um lado, o professor apresenta uma atitude autoritária, de dominação, e de outro, o aluno apresenta sua efervescência típica, difícil de ser domada.



A escola não é apenas um lugar de aprendizado que prepara a pessoa para, dentre outras coisas, adentrar no mercado de trabalho, torna-se também um espaço para a liberação de energia, para a expressão de si mesmo, para o desenvolvimento de relações interpessoais prazerosas, a partir desta ideia, pode-se questionar a escola enquanto simples mecanismo disciplinador.

Questionamentos como este leva-nos a pensar se a escola está cumprindo com o seu papel e se a mesma está sendo capaz de superar suas crises e seus desencontros, caso contrário, corre-se o risco de se criar uma geração alienada para a qual o mundo lá fora é muito mais atraente e estimulante, a indisciplina, muitas vezes, constitui-se numa reação do aluno às tentativas de controle.

Embora de forma indireta, o aluno não aceita um ensino, por assim dizer, inadequado, sua recusa, deveria nos levar a uma reflexão capaz de transformar nossa prática educativa, fazendo-nos adotar posturas condizentes com os desafios que se nos apresentam. Nesse sentido a criança e o adolescente precisam ser mobilizados pelo professor, eles precisam de uma orientação, e o educador desempenha aí um importante papel:

“O estofo simbólico do clássico folclore escolar possibilita às crianças e jovens um lugar no mundo [...]. Esse lugar autorizava a criança a se empenhar na carreira para, assim, chegar à outra ponta. De fato, o prêmio parece pouco, mas não é, pois se trata do usufruto de

um lugar para viver no mundo. Ao contrário, quando a espessura simbólica das práticas cotidianas diminui, fica mais difícil para as crianças e jovens ganharem uma condição existencial. Perante a impossibilidade humana de não ser alguém, passam a esperar ganhar através dos próprios atos o lugar simbólico que os laços não garantem [...]” (LAJONQUIÈRE, 2002, p. 85).

Essa visão de mundo no qual a citação acima se refere, e uma construção conquistada pelo simbólico, inscreve, por assim dizer, a criança no mundo dos adultos, o mundo das regras e dos deveres e, ao se falar da escola, da disciplina. A função socializadora da escola, portanto, compreende amplamente a questão da disciplinarização, há horários a seguir, hora de chegar e hora de sair, o uso do uniforme, as regras de conduta com relação aos colegas e professores etc. Não há, portanto, socialização sem regras, e sendo a escola a socialização secundária da criança, ela o é, dentre outros, devido à imposição das regras.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa voltada importância da aplicabilidade de serviço itinerante que é uma modalidade de atendimento educacional que proporciona maiores oportunidades para a integração do aluno; o fato de a criança frequentar a escola de seu bairro, muitas vezes, como único deficiente visual matriculado, é considerado um aspecto altamente significativo para



favorecer sua integração, que deverá se processar através da união de esforços do professor itinerante e sociedade, devendo haver colaboração de todos no sentido de capacitá-lo para a participação nas atividades escolares e manter-se no mesmo nível que seus colegas.

Tal pesquisa é embasada pelo caráter investigativo e bibliográfico abordando as teorias mais estudadas sobre a mente e o corpo surgiram no século XV e XVIII, onde o filósofo René Descarte separou sua teoria por área, a Ciência e os estudos das coisas materiais e a filosofia como os estudos do mundo mental, ou seja, da realidade psicológica, dos domínios da mente e da alma humana, neste caso, apresenta-se o racionalismo, o qual determina que o conhecimento esteja na razão. (PLACCO, 2000).

Para complementar o processo de pesquisa em questão foi necessário à realização de uma investigação a campo por meio de entrevistas com alunos e seus familiares com visitas constantes a unidade de ensino Escola Municipal Zeca Barros, localizada em de Araguaína – TO. Com tais ações iremos constatar a real importância da educação inclusiva e o papel da psicologia diante do processo de ensino.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A concepção da comunidade onde se está inserido se fundamenta no reconhecimento

das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabem por legitimar desigualdades sociais e negar a diversidade. Nessa perspectiva a busca por novas metodologias deve ser constante estando aliadas às necessidades educacionais especiais dos nossos alunados, considerando nesse processo a complexidade e heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. O momento da escolarização é um momento único na vida de qualquer criança seja ela um aluno especial ou não, o processo de receptividade e adaptação deve ser estendido de acordo com a demanda de cada alunado:

“Quanto ao comportamento coletivo das crianças, constata-se depois dos sete anos notável mudança nas atitudes sociais como, por exemplo, no caso dos jogos com regra. Na primeira infância os jogadores de quatro a seis anos procuram imitar os exemplos dos mais velhos e observam mesmo algumas regras; mas cada um só conhece uma parte delas e durante o jogo não se importam com as regras do vizinho quando este é da mesma idade. Na verdade cada qual joga a sua maneira, sem coordenação nenhuma. Quando se pergunta aos pequenos quem ganhou no fim da partida ficam bastante surpreendidos, pois todo mundo ganha e ganhar significa ter se divertido bastante. Ao contrário, o jogador a partir de sete anos apresentam duplo progresso.” (PIAGET, 2001, p. 42).



Ao nascerem, as crianças vêm equipadas com capacidades, aptidões e possibilidades que irão amadurecer e se transformar com a passagem para a vida adulta. Por outro lado, John Locke, considerado o protagonista do empirismo, em sua teoria tábua rasa, faz alusão ao conhecimento sendo este visto de fora para dentro do objeto, ou seja, estímulo pela experiência, já o escritor Jean Piaget do interacionismo afirma que o conhecimento só se dá na relação entre os sujeitos. (SOUZA, 2001). Vygotsky participa da mesma linha do interacionismo, baseia-se na concepção de um organismo vivo, ativo, cujo pensamento é construído paulatinamente dependendo do ambiente histórico e sua essência social (PLACCO, 2000).

Como se pôde ver, disciplina e socialização “andam juntas”, estão inter-relacionados, e não podem ser analisados separadamente. Mais impossível ainda, é negar a o papel da escola neste processo. Educação Especial deve ser proposta em projetos educacionais buscando sempre desenvolver as habilidades dos alunos com necessidades especiais, tendo como suporte a educação escolar e o atendimento educacional especializado, organizando-se de modo a considerar a aproximação dos pressupostos teóricos á pratica, a fim de cumprir dispositivos legais, políticos e filosóficos.

Os alunos com necessidades educacionais especiais são assegurados na Constituição Federal de 1988, com direito á educação (escolarização) em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar á

escolarização, devendo ser realizado preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados. Conclui-se que as diferentes teorias psicológicas são um amplo leque de pesquisa e sugestões a serviço da educação no processo de formação e desenvolvimento dos estudantes desde a pré-escola, tendo em vista, a diversidade cultural existente nos bancos escolares.

3.1. ABORDAGENS DE TEORIAS DA PSICOLOGIA APLICADAS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Psicologia behaviorista defende a influencia dos fatores externos como decisórios na aquisição do comportamento do indivíduo; tem como objeto de estudo o comportamento do sujeito; seu maior representante: John Watson e, sua teoria S_R, ou seja, cada estímulo gera uma resposta comportamental. Outro comportamentalista muito estudado é Skinner (psicólogo norte-americano) segundo as pesquisas ele assinala na sua teoria dos tipos de aprendizagem: por condicionamento respondente e por condicionamento aparente. (PLACCO, 2000).

Nesse sentido a Psicologia da configuração, a Gestalt, ou seja, em sua teoria a estimulação é eterna e diferente em cada indivíduo. E finalizando a Psicologia humanista, representada por dois estudiosos, o norte americano: Carl Rogers e a italiana Maria Montessori. O primeiro aplicou a teoria que, na realidade faz uma mescla de Psicologia didática e, sociologia prevendo o desenvolvimento integral da criança.



A segunda representante trabalhou com diversas ideias psicológicas, objetivando a educação de crianças humildes com necessidades educacionais. Tendo em vista que, a corrente humanista estabeleceu princípios de interação, motivação, interesse, respeito ao educando e as diferenças individuais para que o aluno não fique recluso da sociedade e que a práxis seja entendida na plenitude. (COPAVILLA, 2004, p.75).

Estudando tal temática de inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down podemos imaginar algumas questões como: “Que condições permitirão que as crianças com Síndrome de Down possam frequentar o ensino regular? Que tipo de Apoio é necessário para a inclusão?”. (VOIVODIC, p.35, 2007). Diante disso muitas escolas se apresentam certa inquietação em inserir crianças que possuam algum tipo de deficiência nas escolas regulares, nessa perspectiva a Declaração de Salamanca afirma que as crianças devem ser atendidas de forma igualitária independente de suas necessidades, ou seja:

Um dos princípios fundamentais da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma

educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

As salas de recursos e as salas multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

A educação é o principal alicerce da vida social, ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho, mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a resolução pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético-político, a solidariedade e a emancipação em busca de maior conhecimento para todos.

Diante de tal estudo é notório que as escolas juntamente com os professores, do município de Araguaína - TO sabem da real necessidade de apoiarem os direitos individuais de cada aluno dentro do contexto, em que está inserido, atendendo-os em estabelecimentos de ensino sem divisão seja por idade, série ou período. O professor desse alunado deve estar sempre procurando solucionar as dificuldades acarretadas pela falta de incentivo seja da escola ou do



governo, buscar estimula a participação dos pais no processo educacional, orientando-os sobre a importância de se manter uma boa relação entre a criança, família e escola.

4. CONCLUSÃO

Alguns fracassos em relação à inclusão estão mais ligados aos padrões estabelecidos pelas escolas e professores, por isso se investigou as influências dessa realidade em loco analisando a estrutura escolar, formação e capacitação dos profissionais envolvidos no contexto escolar e o tipo de atendimento prioritário os alunos deficientes. Diante dessas problemáticas devemos está atento ao papel dos governantes principalmente no que tange a investimentos de melhorias e desenvolvimento em escolas inclusivas para que seja consolidado uma estrutura tanto física com intelectual que contribua ao encorajamento das famílias e profissionais na tentativa de solucionar as problemáticas.

As coordenadoras das escolas municipais estão a par dos direitos dos alunos

Portadores de Necessidade Especial e buscam trabalhar essa diversidade dentro do contexto educacional e Social. É essencial aprender procedimentos dessa natureza e valorizá-los como forma de convívio escolar e social. Conhecendo e compreendendo o mundo que a cerca ela se torna capaz de se desenvolver desenvolvendo-se de forma íntegra nas relações interpessoais, como respeito e confiança.

Portanto, esse processo de crescimento e de desenvolvimento deve ser um processo contínuo onde se inicia com a concepção e traz a sua forte carga genética que são suas características herdadas, continuando ao longo de toda a sua existência obedecendo ou saltando seus vários estágios de desenvolvimento. Assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, é um princípio que está em nossa Constituição desde 1988, fazendo com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, LAURINDA R. **A dimensão relacional no processo de formação docente: uma abordagem possível.** In: BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, R. L. e CHRISTOV, L. H. S. (Org.). O coordenador pedagógico e a formação docente. São Paulo: Loyola, 2000.
- Beyer, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais.** Porto Alegre: Mediação, 2005.



- Capovilla, A. G. S., & Capovilla, F. C. (2004). **Método fônico para prevenção e tratamento de atraso de leitura e escrita: efeito em crianças de 4 a 8 anos.** In *Neuropsicologia e aprendizagem: uma abordagem multidisciplinar*. São Paulo: Memnon.
- Carvalho, MARLENE. **Alfabetizar e Letrar: Um Diálogo entre a Teoria e a Prática.** 5. Ed. Rio de Janeiro Vozes, 2008.
- Ferreira, B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- Gadotti, M. (1987). **Pensamento pedagógico brasileiro.** São Paulo: Ática.
- Glat, R., PLETSCHE, M. D. **Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais.** *Revista de Educação Especial*, n. 24, 2004.
- Lacan, J. (1998). **O estágio do espelho como formador da função do eu.** In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lajonquière, L. de. (2002). Sigmund freud, **a educação e as crianças.** *Estilos Da Clínica*, 7(12), 112-129.
- Piaget, JEAN. Criatividade. In: VASCONCELOS, Mário Sérgio (org). **Criatividade: psicologia, educação e conhecimento do novo.** São Paulo: Moderna, 2001.
- Souza, N. A. **A relação teoria-prática na formação do educador.** In: *Anais da Semana de Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 22, 2001.
- Unesco. **Declaração de Salamanca e Enquadramento de Acção.** 1994. 48p.
- Voivodic, M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Silvana dos Santos Vilar Negri

Gestora da Escola Municipal Zeca Barros na cidade de Araguaína-TO. Graduada em Pedagogia pelo ITPAC – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, situado em Araguaína-TO; Especialista em Educação Inclusiva pela UNIVERSO; Especialista em Gestão Escolar pela UFT – Universidade Federal do Tocantins; Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.



PERFIL DOS USUÁRIOS FREQUENTADORES DA CLÍNICA DA FAMÍLIA OLÍMPIA ESTEVES, DA ZONA OESTE, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

SOLANGE DA CUNHA FERREIRA (solferreira1306@gmail.com) – Mestrado em progresso em Gestão da Saúde Pública pela Universidad Columbia Del Paraguay. Com pós-graduação Lato-Sensu em Saúde Pública e Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Universitário Celso Lisboa (2013), Rio de Janeiro – Brasil. Atualmente, funcionária pública, do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Rio de Janeiro – Brasil.

VALESKA REGINA SOARES MARQUES (valeska_br@hotmail.com) – Pós-Doutora pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Americana. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Americana em 2015. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ - RJ em 1996.

RESUMO: O estudo tem como objetivo de conhecer o perfil dos usuários homens frequentadores da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratório com abordagem qualiquantitativa. O estudo teve como participantes 28 usuários homens cadastrados na Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro. Os resultados e discussões envolveram o nível de escolaridade dos usuários, faixa etária da idade, prática de atividade física na Clínica da Família, procura do serviço médico, perfil dos usuários quanto ao tabagismo e ao etilismo. Conclui-se no estudo, que os usuários da clínica da família, em sua maioria tem uma boa aderência, o que espelha o serviço dos profissionais de enfermagem para a consulta e as atividades.

PALAVRAS-CHAVE: *Estratégia Clínica da Família; Homens; Usuários do Serviço de Saúde.*

RESUMEN: El estudio tiene como objetivo conocer el perfil de los usuarios masculinos que asisten a la Clínica da Família Olímpia Esteves, en la Zona Oeste, en la ciudad de Río de Janeiro. Este es un estudio exploratorio descriptivo con un enfoque cualitativo y cuantitativo, que fue autorizado por el Comité de Ética e Investigación de la Universidad Veiga de Almeida - UVA / RJ, aprobado el 9 de octubre de 2019. El estudio tuvo como participantes 28 usuarios masculinos registrados en el Clínica Familiar Olímpia Esteves, en la Zona Oeste, en el Municipio de Río de Janeiro. Los resultados y las discusiones involucraron el nivel educativo de los usuarios. grupo de edad, práctica de actividad física en la Clínica familiar, búsqueda de servicios médicos, perfil de usuarios sobre tabaquismo y consumo de alcohol. Se concluye en el estudio, que los usuarios de la clínica familiar, la mayoría de ellos tienen una buena adherencia, lo que refleja el servicio de los profesionales de enfermería para la consulta y las actividades.

PALABRAS CLAVES: *Estrategia Clínica Familiar; Hombres; Usuarios de Servicios de Salud.*



1. INTRODUÇÃO

A forma como o sistema de saúde no Brasil organizou-se revela que a maior parte do atendimento de atenção básica privilegia grupos populacionais considerados vulneráveis, por meio de ações programáticas voltadas para a saúde da mulher, criança e do idoso, pouco favorecendo a atenção à saúde do homem (SILVA, 2012).

Sabe-se que é notório os homens se sentem envergonhados, constrangidos e tímidos pela postura machista em relação as medidas preventivas, principalmente quando o assunto é o exame de próstata, que ao longo da história foram implantados tabus desde a infância, como “homem não chora, não adoce, tem que ser durão”, enquanto a mulher por ter a função de cuidar, seja de si, casa ou família, criou hábitos saudáveis e uma maior preocupação com a saúde e flexibilidade em mudar os hábitos, o que facilita em reconhecer alterações existentes no estado de saúde e doença (BRASIL, 2010).

Dessa forma, observou-se um baixo índice de procura dos homens para realizar o tratamento educativo preventivo na Clínica da Família no Município do Rio de Janeiro, tanto, que:

Conhecer e entender o perfil masculino influenciará na conduta dos profissionais da enfermagem, visto que possibilitarão ações de saúde mais específicas e eficazes. Isso fará com que haja a adequação desses cuidados com as

novas diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde. Essa evolução no atendimento acabará por promover mudanças na postura desta população, que sendo atendida com mais especialidade se sentirá menos tensa ao lidar com questões envolvendo a saúde (SILVA, 2012, p.562).

O Ministério da Saúde, em 2009, formulou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) com o objetivo de minimizar os índices de morbimortalidade em homens entre 20 e 59 anos de idade, com garantia de integralidade, equidade e humanização do atendimento, cujas normas são embasadas no conjunto de ações de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde, com priorização da atenção básica, em especial na Estratégia de Saúde da Família -ESF (BRASIL, 2009; AGUIAR; ALMEIDA, 2012).

Ressalto, que a criação da PNAISH é um grande passo em direção ao aprimoramento do atendimento à saúde da população masculina, tanto, que gerou um Plano de Ação Nacional com previsão de implementação entre 2009 e 2011, porém ainda não se tem percebido mudanças efetivas no Sistema Único de Saúde - SUS (BORDIN, 2019).

Há uma exigência, socialmente construída, de que o homem seja física e psicologicamente forte, resultando em uma figura que rejeita cuidar de si, adiando ou negando tratamentos preventivos e de promoção e de proteção da saúde. Neste sentido, verifica-se que o processo de



adoecimento torna-se de difícil aceitação e, embora se possa até reconhecer a importância da prevenção para a saúde em geral, não há a adoção, na prática, de tais comportamentos, nem tampouco há a busca, para fins preventivos, dos serviços de saúde, o que determina que riscos e doenças, quando existentes, sejam de difícil detecção e tratamento pelos profissionais (SILVA, 2012).

A Organização Mundial da Saúde recomenda a educação para o autocuidado como forma de prevenir e tratar doenças crônicas, pois ele propicia o envolvimento da pessoa em seu tratamento e produz maior adesão ao esquema terapêutico, minimizando complicações e incapacidades associadas aos problemas crônicos.

Ressalta-se ainda que a presença de complicações pode diminuir a motivação para a autocuidado, frente as limitações relacionadas a elas. Considerado um dos principais componentes no tratamento do diabetes, o autocuidado envolve o segmento de um plano alimentar, a monitorização da glicemia capilar, a realização de atividades físicas, o uso correto da medicação e os cuidados com os pés e dentre as doenças crônicas, o diabetes mellitus destaca-se por sua alta prevalência mundial e seu potencial para o desenvolvimento de complicações crônicas e agudas, quando não tratada adequadamente (GOMIDES, 2013).

A Teoria do Déficit de Autocuidado de Enfermagem (TDAE) de Dorothea Orem é uma das mais referenciadas na enfermagem, incorporando o modelo de enfermagem

proposto por ela. O autocuidado é conceito principal na TDAE. Portanto pode ser definido como a prática de atividades que as pessoas realizam para o seu próprio benefício na manutenção da vida, saúde e bem-estar, objetivando a preservação da vida. Sendo o enfermeiro o agente propiciador do autocuidado ao cliente (BRASIL, 2013).

A partir da transição demográfica, importantes mudanças começam a ocorrer, a população percebe o aumento da prevalência e incidência de doenças crônicas não transmissíveis, que correspondem a 30% da taxa de mortalidade e são as principais trabalhadas na política, além do câncer de próstata (CARDOSO et al., 2017).

Frente as pesquisas, tem-se observado que a hipertensão arterial sistêmica tem maior prevalência nas comunidades que abrange as Estratégias de Saúde da Família no país, por ter a condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial acima de $\geq 140 \times 90$ mm Hg (SILVA; COSTA, 2020).

Além de ser uma doença derivada da cardiopatia é um fator de risco importante para outras doenças, tais como a cardiopatia isquêmica, cerebrovascular, insuficiência renal, insuficiência vascular periférica, demência vascular e doença de Alzheimer, causando a redução da expectativa e qualidade de vida dos indivíduos. (BRASIL 2013; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010).



Segundo Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (2014 - 2015) o DM tipo 2 é a forma mais frequente, sendo responsável por 90 a 95% dos casos, podendo ocorrer em qualquer idade, mas geralmente diagnosticada após os 40 anos. Ele caracteriza-se por defeitos na ação e secreção da insulina e na regulação da produção hepática de glicose. O DM tipo 2 é causado por uma interação de fatores genéticos e ambientais (SILVA, 2012).

A Diabetes Mellitus tem maior impacto mundial, conjuntamente com as doenças cardiovasculares, câncer e doenças respiratórias crônicas, cujos fatores de risco individuais modificáveis são comuns como tabagismo, inatividade física, uso nocivo de álcool, alimentação não saudável, porém há fatores não modificáveis que incluem: a genética, o sexo e a idade (BRASIL, 2014).

O câncer de próstata é o sexto tipo de câncer mais comum mundialmente e o que mais prevalece no sexo masculino, apontando em média 10% da totalidade de câncer, comparado aos outros tipos, é conhecido como o câncer da terceira idade, pois em média três quartos dos casos ocorrem em os homens a partir dos 65 anos (EI BAROUKI, 2012).

Segundo o INCA (2009), pai ou irmão com câncer de próstata antes dos 60 anos pode aumentar o risco de três a dez vezes comparado à população em geral, por refletir nos fatores hereditários, quanto aos hábitos alimentares ou estilo de vida, tanto, que para o Ministério da Saúde é considerado câncer

no homem com 4mg/ml de Antígeno Prostático Específico (PSA).

Na atenção básica, se tem a consulta urológica que funciona como porta de entrada aos homens, porém, os profissionais de saúde reconhecem o desafio para o cuidado à saúde do homem, que há necessidade de criar alternativas para trazê-los aos serviços de saúde precocemente (MOREIRA, NUNES, 2016).

Em que a grande preocupação, acontece na velhice, cujos homens são confrontados com a própria vulnerabilidade, sobretudo por procurarem ajuda médica diante de quadros irreversíveis de adoecimento, e por não terem lançado mão de ações de prevenção ou de tratamento precoce (Brasil, 2009).

Sendo assim, os profissionais da enfermagem precisam incorporar um olhar qualificado e direcionado frente a política, que fará a assistência à saúde mais eficiente e eficaz, para contribuir à redução de complicações e aparecimento de agravos na população masculina (SOUZA, 2012).

Com isso, através deste trabalho, busca-se o entendimento para o aumento na conscientização dos problemas e soluções recorrentes das doenças como HAS, DM e Câncer de Próstata, entre outras, para que ao chegarem na terceira idade, possam desfrutar de uma vida mais saudável.

Analisando o raciocínio de Menezes et al (2010), a prevenção das complicações nos hipertensos deve focar os fatores de risco, nos quais a enfermagem deve atuar para



eliminá-los ou reduzi-los. É possível realizá-la por intermédio de ações educativas, podendo abranger a comunidade ou apenas o paciente e sua família. O enfermeiro é um constante educador em saúde e será por suas práticas que seus pacientes, com seus respectivos familiares, poderão adquirir hábitos de vida saudáveis e possivelmente não evoluirão com complicações de sua doença de base.

Segundo o Ministério da Saúde (2013) atribuiu ao enfermeiro estratégias, com o objetivo de prevenir as DCNT e diminuir as possíveis complicações decorrentes do DM, a ele cabe desenvolver atividades educativas com os pacientes diabéticos; realizar consulta de enfermagem a pessoas com maior risco para diabetes tipo II e contribuir para o rastreamento; abordar fatores de risco, estratificando risco cardiovascular; orientar mudanças no estilo de vida e tratamento não medicamentoso; verificar adesão e possíveis intercorrências ao tratamento; estabelecer, junto à equipe, estratégias que possam favorecer a adesão da pessoa com DCNT, com os grupos de pessoas com DM, e avaliar os membros inferiores para identificação de potenciais sinais de risco, alerta do/para o desenvolvimento pé diabético, acrescido de orientações para o autocuidado.

De acordo com Schraiber et al. (2010), a dificuldade de acesso e o funcionamento dos serviços foi outro argumento utilizado para justificar presença mais rara na atenção primária, reafirmando a literatura. Acha que o atendimento deve ser rápido e pontual e, por isso, dão prioridade aos hospitais e o

pronto-socorro. Muitos deles reclamam da falta de profissionais e de frequentes adiamentos das consultas ou exames, ou até da ausência de um urologista, que lhes parece profissional mais apropriado. Reclamam de falta de medicamentos ou outros recursos e apontam a qualidade baixa do atendimento, segundo suas referências de bons cuidados, centrado no médico - marca da medicalização.

Analisando o raciocínio de Silva; Furtado (2012), nesta perspectiva de adoecimento masculino, podem se destacar as enfermidades da próstata, as quais configuram um grave problema de saúde pública e que têm sido alvo de atenção do Ministério da Saúde. A alta incidência e mortalidade decorrente da neoplasia maligna de próstata fazem com que esse câncer seja o segundo mais comum em homens. Esse tipo de doença muitas vezes se desenvolve assintomaticamente, as que, possivelmente, induz à crença de que, se os sintomas não se apresentam o indivíduo não está doente.

Segundo El Barouki (2012), no aparecimento do câncer, a idade é um fator de risco importante e destaca-se no câncer de próstata, pois tanto a incidência como a mortalidade elevam-se de forma exponencial após os 50 anos de idade. Outro fator considerado de risco é a história familiar de parentes de primeiro grau, tais como, pai ou irmão com câncer de próstata antes dos 60 anos de idade e o risco pode-se aumentar de 3 a 10 vezes se comparado à população em geral e os aspectos herdados quanto ao estilo



de vida compartilhado entre os integrantes da família podem ser refletidos.

O estudo teve como objetivo conhecer o perfil dos usuários homens frequentadores da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como descritivo, exploratório com abordagem quali-quantitativa.

O estudo teve como participantes 28 usuários homens cadastrados na Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro, que é composta por 100 funcionários, além do atendimento aos usuários em uma média de 4000 ao mês (ROCHA NOVAIS, 2018).

Na amostra foram incluídos homens, com idade igual ou superior a 20 anos, que aceitaram a participar da pesquisa, independentemente da raça, cor ou estado civil, com condições físicas e emocionais adequadas para responderem as perguntas. A idade selecionada se justifica por ser limítrofe à incidência da DCNT de acordo com o Ministério da Saúde. Foram excluídos, os usuários que não aceitaram participar ou não estavam presentes no ato da coleta de dados.

A coleta de dados foi permitida após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Veiga de Almeida – UVA/RJ, aprovado em 09 de outubro de 2019.

A coleta foi realizada através de um questionário com oito perguntas semiabertas e dez fechadas, destinado aos usuários, que se explicou o processo da pesquisa, riscos e benefícios e antes de assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que após a entrevista ser gravada em Mp3, foi transcrita na íntegra.

Para interpretar os dados quantitativos, foi realizada através de análise estatística descritiva, já os qualitativos, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, na modalidade análise temática, que destacou os aspectos relevantes com palavras-chaves, o qual gerou o agrupamento das falas por semelhanças e/ou proximidade, o que permitiu a determinação das categorias, que facilitou a exploração com rigor, à luz dos autores que tratam da temática (BARDIN, 1977).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Atenção Integrada a Saúde do Homem disseminado nos programas, se reflete na interdependência de cada segmento, gestor ou executor, a corresponsabilidade pela correta implementação das ações e necessária cooperação dos profissionais de saúde, para assim possibilitar as melhores opções de operacionalização da política e construção da prática em prol da população a ser assistida (SILVA et al., 2012; ABREU et al., 2018).

Assim, foram coletados dados em 28 usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio

de Janeiro, através, que evidenciou que o enfermeiro atua nos avanços e consolidações obtidas pelos programas, no atendimento a saúde da população masculina, como parte da Política de Atenção Integral à Saúde do Homem (DIETRICH et al, 2019).

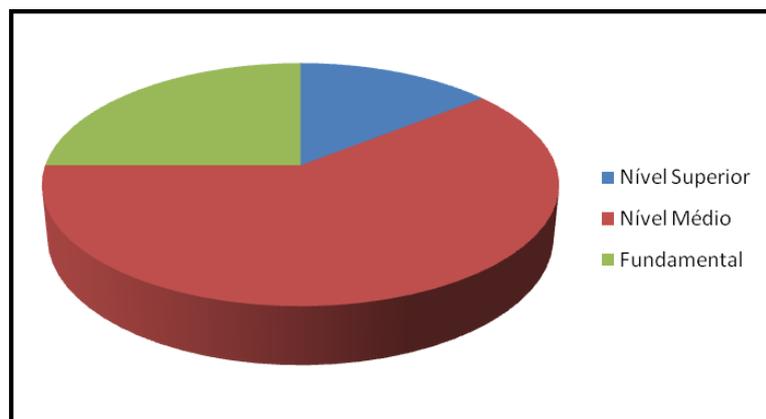
Nível de escolaridade dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro

Acredita-se que o homem tenha dificuldades, pelo atendimento pertinente ao

horário de trabalho, que muitas vezes não liberado, só em caso de emergência, e por outro também pelo fato de ser reconhecido como provedor da família, mesmo que a esposa trabalhe (DIETRICH; COLET; WINKELMANN, 2019).

Assim, no perfil do participante observa-se a escolaridade o que trás uma diferença marcante entre os níveis fundamental, médio e superior de escolaridade, como evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico 01 - Nível de escolaridade dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo feito pela autora

O gráfico demonstra que dos 28 participantes, 07 (19,6%) tem nível fundamental, 04 (11,2%) superior e 17 47,6% médio. Entre os níveis observa-se que os homens do nível médio procuram mais a atenção básica, o que mostra uma condição de entendimento das necessidades do autocuidado, mas podemos destacar que os

de menos estudos precisam serem mais trabalhados, porém há um contra fluxo quando observa-se o nível superior, que são poucos também (CZORNY et al., 2017).

O enfermeiro tem papel primordial da educação em saúde na população masculina do jovem ao adulto maduro, para que assim, a



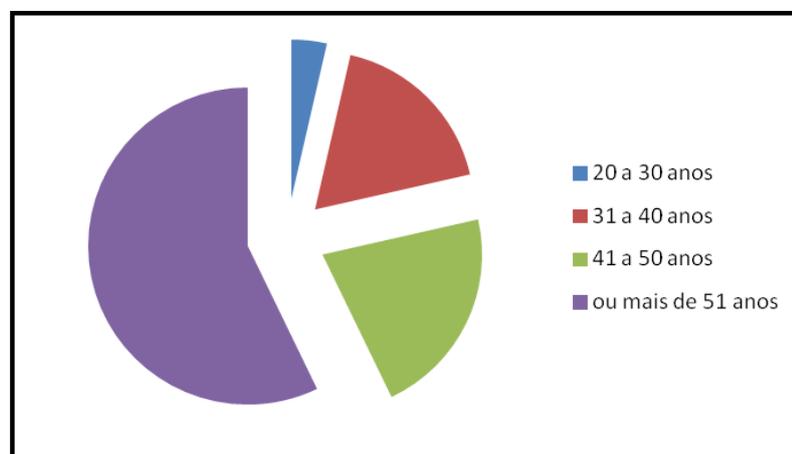
busca pelo entendimento das informações seja clara, objetivas e impactantes, para obter o efeito de forma mais precoce entre a população.

Um autor expos que o fator escolaridade se faz importante para entender a execução dos programas à saúde do homem, em que o menor grau de escolaridade pode dificultar a efetivação de planejamentos preventivos na saúde pública primária, que se considera um poder para as resoluções de vários problemas relacionados no âmbito da saúde, pela vertente da prevenção de agravos e promoção da saúde (ALBUQUERQUE; FARIAS, 2019).

Faixa etária da idade dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro

É estabelecido na Política de Atenção Integral à Saúde do Homem um recorte estratégico da população masculina, que focou nos homens adultos na faixa de 25 a 59 anos, pois considera-se que as crianças, adolescentes e idosos são levados aos serviços de saúde, pois o grande intuito não era de restringir a população alvo da política, mas uma tática metodológica necessária à consideração da problemática a ser enfrentada na atenção especializada (BRASIL, 2008; GOMES, 2012).

Gráfico 02 - Faixa etária dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo feito pela autora

Entre as respostas dos 28 entrevistados, identificou-se apenas 01 (2,8%) usuário da faixa etária de 20 a 30 anos, um aumento de 05 (14%) 31 a 40 anos e 06 (16,8%) 41 a 50

anos, porém houve o número surpreendente de 16 (44,8%) com mais de 51 anos, em que pode-se pensar a maior busca pelos homens aposentados, pois de 20 a 50 anos, que



podemos considerar que a produção é para o trabalho e estruturação da vida.

Ao analisar esses dados a população masculina na clínica vem a se preocupar com a saúde, não apenas após o aparecimento da patologia ou de suas complicações associada ou não com o avanço da idade cronológica já que se torna mais difícil tratar da doença aumentando os riscos de complicações principalmente quando atingirem a terceira idade (DIETRICH; COLET; WINKELMANN, 2019).

Apesar das estatísticas evidenciarem a ausência ou invisibilidade dos homens sinalizados pelos serviços de saúde, pela inadequação frente as necessidades e/ou expectativas de saúde masculina, junto a estrutura dos serviços de atenção básica à saúde no cenário, os homens estão presentes nos serviços de saúde (KNALTH; COUTO; FIGUEIREDO, 2012; CZORNY et al., 2017).

As questões acima, refletem nas dificuldades dos homens encontrarem o reconhecimento das necessidades para os cuidados de saúde, que dificulta para o melhoramento do bem-estar físico e mental, este fato é comentado na Política Nacional (DIETRICH; COLET; WINKELMANN, 2019).

Prática de atividade física na Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro

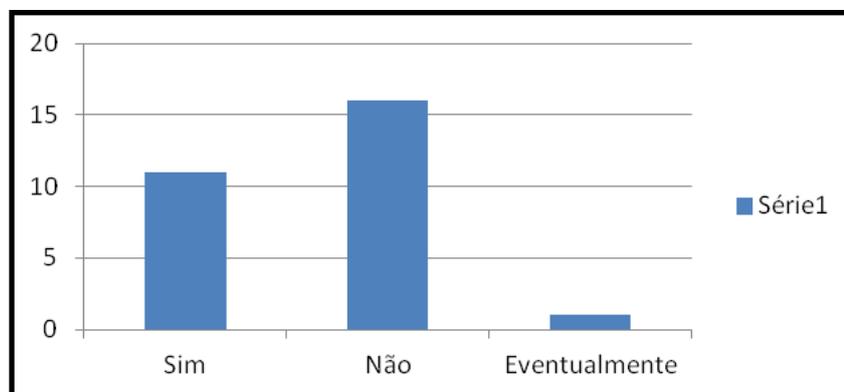
A atividade física é fundamental para manter o homem fora do sedentarismo, em que causa uma série de comorbidades que podem levar a incapacidade ou nos casos extremos ao óbito.

A prática de atividades físicas tem um efeito positivo sobre o corpo humano, estando relacionada à diminuição da morbidade e, conseqüentemente, da mortalidade da população adulta, pois a prática regular de atividades físicas está relacionada à melhora da autoestima, da imagem do corpo, diminui a ansiedade, a insônia e o consumo de medicamentos, além de estimular a sociabilização (ALBUQUERQUE; FARIAS, 2019, p. 96).

Por esta razão, a Política Nacional de Atenção Integrada a Saúde do Homem de acordo com Knauth; Couto; Figueiredo (2012) “tem por objetivo reduzir a morbimortalidade dos homens por meio da ampliação e facilitação do acesso e de ações de prevenção e assistência a este grupo populacional”. Ao pensar nessas situações, nesta clínica oferece atividades físicas a população, e quando foi perguntado aos usuários se praticavam esse benefício, obtivemos a resposta, de acordo com o gráfico abaixo:



Gráfico 03 - Prática de atividade física na Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo feito pela autora

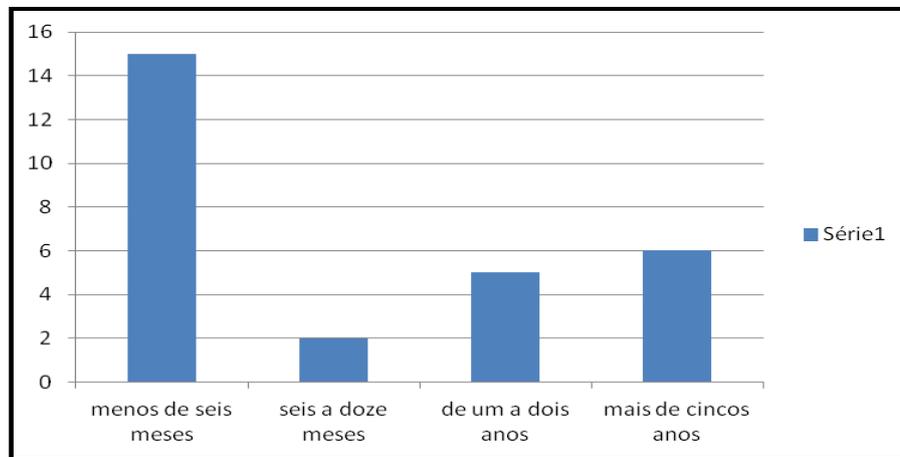
A coleta dos dados mostrou, que dos participantes que frequentam a Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro, 11 (30,8%) praticam a atividade, mas 16 (44,8%) não e apenas 01 (2,8%) eventualmente, assim, fica claro que a maioria não pratica exercício, em que precisa-se entender que as atividades para a maioria acontece no horário de trabalho, o que dificulta, pela falta de outras opções de horários.

Complementando essa situação, Albuquerque; Farias (2019, p. 96) revela que “muitos homens chegam a afirmar que o trabalho é um exercício físico bem cansativo e que, muitas vezes, não tem condições físicas para realizar atividades físicas”

Procura do serviço médico dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro

Por mais que a saúde pública tente aprimorar o atendimento para atrair este homem para cuidar da saúde, há uma série de fatores que impedem a sua busca por serviços de saúde público na atenção primária ou até privado, sendo comum escutar dos agentes de saúde o porque o não da procura, os discursos de gênero sempre estão presentes para a negação da ida aos tratamentos de saúde, pela condição cultural de saúde imaculável do homem, seria um contraponto procurar por serviços de saúde (BRASIL, 2009; CZORNY et al., 2017).

Gráfico 04 - Procura do serviço médico dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo feito pela autora

As respostas quanto a procura aos serviços médicos, em que percebemos uma mudança nessa região da clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro, em que 15 (42%) procuraram os serviços médicos em menos de seis meses, pois 02 (5,6%) procuraram no espaço de seis a doze meses, que nos casos preventivos é aceitável, mas ainda existe alguns que precisam serem mais conscientizados, em que 05 (14%) só procuraram de um a dois anos e 06 (16,8%) mais de cinco anos, em um estudo revelou, que:

De todos os homens entrevistados, apenas 10 não procuraram os serviços da USF no último ano. Destes apenas cinco tiveram algum agravamento na saúde, porém não buscaram atendimento, uma vez que não consideraram a doença importante. Dos 5 homens entrevistados que

apresentaram algum problema de saúde, 3 não fizeram nada para melhorar seu estado de saúde, um tomou remédio caseiro “Chá” e o outro se automedicou (FIRMINO, 2019, p. 41).

Dessa forma, dos 28 sujeitos da pesquisa, 15 procuraram os serviços médicos em menos de seis meses, não deixa de ser um valor expressivo, o que pode ser um sinal de mudança de hábitos frente as peculiaridades do gênero.

Perfil dos usuários quanto ao tabagismo da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro

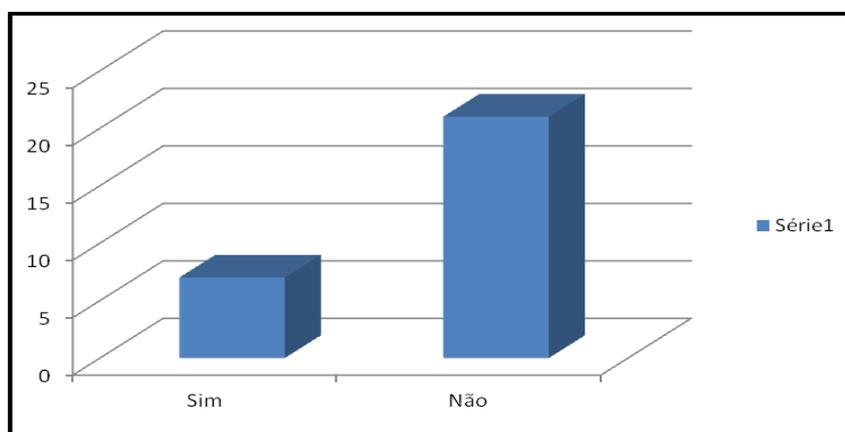
Os serviços de saúde tem atuação junto ao homem para fornecer esclarecimentos quanto aos fatores de riscos que trazem malefícios ao bem-estar, como os acessos do



tabagismo, o que leva aos estímulos para buscarem acompanhamento médico para sair do vício, por considerar que o cigarro, através da nicotina, aumenta a pressão arterial e leva a uma maior deposição de colesterol nos vasos sanguíneos e sabe-se que o acompanhamento dos resultados da luta contra o tabagismo é imbuído de orientações dos profissionais (FIRMINO, 2019, p. 60).

Assim, quando o indivíduo é tabagista, é necessário estimular a diminuição do fumo até chegar a zero, o que previne agravos e o diagnóstico de muitas doenças respiratórias e carcinomas como conseqüências, em todas as faixas etárias, mas no cenário de estudo percebe-se uma taxa pequena (ROCHA; ARAÚJO; NUNES, 2018), de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 05 - Perfil de tabagismo dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo feito pela autora

Na pesquisa, evidenciou poucos fumantes do grupo de participantes, em que 07 (19,6%) homens são tabagistas e 21 (58,8%) não, o que se mostra um saldo positivo, sendo ideal nenhum indivíduo, para estes existe o programa de antitabagismo, como forma de apoio para diminuir os danos, porém é necessário o indivíduo querer sair do vício.

O gráfico acima nos mostra o consumo destas substâncias pelos 07 clientes atendidos na clínica, que associado a outros riscos se tornam um agravante a saúde, pois

o tabagismo é responsável por cerca de 45% das mortes nos homens com menos de 65 anos de idade e por mais de 20% dos óbitos por doença coronariana nos homens com idade superior a essa faixa etária (ALBUQUERQUE; FARIAS, 2019).

Perfil dos usuários quanto ao etilismo da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



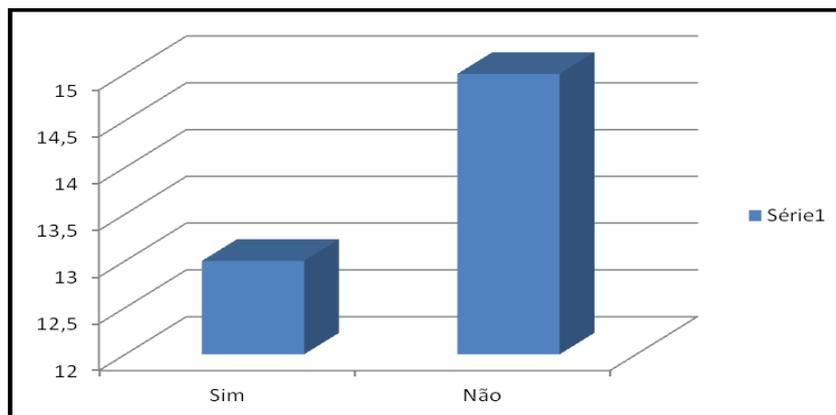
O álcool tem efeito sobre a pressão arterial, sendo mais intenso nas pessoas brancas e idosas do que no negro e no jovem, o que causa uma redução na resistência vascular periférica e aumento do débito cardíaco, mas a VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão revela que:

A ingestão de álcool por períodos prolongados de tempo pode aumentar a PA e a mortalidade cardiovascular em geral. Em populações brasileiras o consumo excessivo de etanol se associa com a ocorrência de HAS de forma

independente das características demográficas (BRASIL, 2010, p. 02).

Por estas razões, recomenda-se aos hipertensos do sexo masculino que o consumo não ultrapasse 30ml de etanol/dia, contidos em 60 ml de bebidas destiladas, 240 ml de vinho, ou 720 ml de cerveja, mas aos pacientes que não conseguem se enquadrar nesses limites de consumo, sugere-se o abandono do consumo de bebidas alcoólicas (PECHANSKY, 1993; BRASIL, 2010; GOUVEIA, 2010).

Gráfico 06 - Perfil de etilismo dos usuários da Clínica da Família Olímpia Esteves, da Zona Oeste, do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo feito pela autora

Dentro desse contexto, 13 (36,4%) participantes fazem uso de bebida alcoólica e 15 (42%) não, pensando na diminuição de danos, é de suma importância que o profissional de saúde, ao abordar o usuário, oriente sobre os malefícios para as doenças crônicas, em especial a hipertensão arterial sistêmica, atentando para as condições de saúde física e mental para que este venha

reconhecer se este hábito interfere negativamente em sua doença, o que desenvolve a auto responsabilidade, assumir o papel ativo no tratamento, para assim, o próprio identificar se é necessário a modificação de comportamentos em relação à saúde.



Há associação entre a ingestão de álcool e alterações de PA dependentes da quantidade ingerida. Claramente, uma quantidade maior de etanol eleva a PA e está associada a maiores morbidade e mortalidade cardiovasculares. Por outro lado, as evidências de correlação entre uma pequena ingestão de álcool e a consequente redução da pressão arterial ainda são frágeis e necessitam de comprovações. Em indivíduos hipertensos, a ingestão de álcool, agudamente e dependentemente da dose, reduz a PA, porém ocorre elevação algumas horas após o seu consumo (BRASIL, 2010, p. 18).

Assim, quanto aos indicadores de hábitos de vida e saúde, a ingestão excessiva de bebidas alcoólicas chama atenção, ainda mais se o indivíduo faz exposição ao consumo de fumo, de sedentarismo e de negligência com o cuidado de si (PEREIRA; RECKZIEGEL; AGOSTINETTO, 2019).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Milena C.; ALMEIDA, Obertal S. A implantação da política nacional de atenção integral à saúde do homem no Brasil: um desafio para a saúde pública. *Diálogos & Ciência*, 2012, 10.31.
- ARAÚJO, Fernanda Nunes de Araújo. **O toque que pode salvar vidas: A dificuldade dos homens aceitarem assistência preventiva em um bairro da cidade de Bayeux – PB.** 2016. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.
- ARAÚJO, Juliana da Silva et al - A prevalência do câncer de próstata em uma cidade do interior de Goiás, *Vita et Sanitas*, v.12, n.1, jan./jun. 2018.

4. CONCLUSÃO

O estudo pode evidenciar, que na análise do cenário, evidenciou o serviço dos profissionais de saúde nos usuários masculinos da população atendida na clínica da família, em que ficou claro na maioria tem uma boa aderência nos serviços de saúde, o que espelha o serviço dos profissionais de enfermagem para a consulta e as atividades.

Ao refletir nesses resultados positivos, acredita-se que o desenvolvimento da consciência de cada indivíduo fez toda diferença, mesmo com todo perfil de gênero rotulado pela sociedade, o que nos a mudança lenta, mas possível nessa parcela da população.

O perfil dos usuários, serve com um dos indicadores de saúde, principalmente para a vigilância das doenças crônicas não transmissíveis, principalmente no cenário de estudo, o que fez o atendimento do objetivo do estudo.



- BARBOSA, Jorge Luis Santos et al - Fatores limitantes à realização de exames prostáticos e o posicionamento quanto à realização do rastreamento populacional, **Revista Saúde Uni Toledo**, v. 03, n. 01, p. 63-76, abr. 2019.
- BARRETO, Maria Nelly Sobreira de Carvalho et al, **Análise do acesso ao tratamento medicamentoso para hipertensão e diabetes na Estratégia de Saúde da Família no Estado de Pernambuco, Brasil**. v. 18, n. 2, p. 413-424, abr/jun. 2015.
- BORDIN, Ivana Caetano. **Qualidade de vida e cuidados de saúde em homens com câncer de próstata**, 2019.
- BIDINOTTO, Daniele Natália Pacharone Bertolini et al - A saúde do homem: doenças crônicas não transmissíveis e vulnerabilidade social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 24:e2756,2016.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/12, 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. **Fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH): compromisso versus ação na atenção básica**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, 2013.
- BRASIL. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v. 95, n. 1, supl. 1, p. I-III, 2010.
- CARDOSO, Rennée et al. A dificuldade do homem em buscar atendimento médico e realizar exames preventivos. **REFACI**. Brasília, v. 2, n. 3, ago/dez. 2017.
- CASTRO, Caroline oliveira. **Ação do enfermeiro no atendimento a necessidades de saúde do homem na estratégia saúde da família**. 2012. Mestrado (Dissertação de Mestrado em enfermagem) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2012.



- CAVALCANTI, Joseane da Rocha Dantas et al. Assistência Integral a Saúde do Homem: necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, v. 18, n. 4, Out-Dez, 2014.
- COSTA, Alexandra Aparecida Coutinho et al. Saúde do homem: ações de prevenção na estratégia de saúde da família. *Revista Atenas Higeia*. v. 2 n. 1, Jan, 2020.
- Czorny, Rildo César Nunes et al. Fatores de risco para o câncer de próstata: população de uma de uma unidade básica de saúde. **Cogitare Enferm.** v. 22, n.4, p. 51823, 2017, 2017.
- DIETRICH, Angélica et al. Perfil de Saúde dos Usuários da Rede de Atenção Básica Baseado no Cadastro Individual e-Sus. **J. res.: fundam. care. online.** v. 11, n. 5, p. 1266-1271. Out/Dez. 2019.
- EI BAROUKI, Mayene Pongeluppe. Rastreamento do câncer de próstata em homens acima de 50 anos através do exame diagnóstico de PSA. *Revista Eletrônica Gestão e Saúde*, v.3 p.428,427, 2012.
- FARIAS, Tânia Leal Ferreira de et al. Assistência de enfermagem ao portador de câncer de próstata no serviço de urgência/emergência: uma revisão bibliográfica. **Revista Científica Educandi & Civitas**. v. 3 n. 1, 2020.
- FERRÃO, Luana. **Significados e repercussões do câncer de próstata para um grupo de homens**. Mestrado (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, 2015.
- FERREIRA, T. et al. Um olhar fenomenológico sobre o cuidador familiar e os cuidados paliativos ao paciente oncológico. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**, v. 2, n. 1, p. 43-48, 22 jun. 2019.
- GOMIDES, Danielle dos Santos et al. Autocuidado das pessoas com diabetes mellitus que possuem complicações em membros inferiores. **Acta Paul Enferm.** v. 26, n. 3, p. 289-93, 2013.
- GASPODINI, Icaro Bonamigo et al. Masculinidades em diálogo: Produção de sentido a partir de marcadores sociais da diferença. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, v. 25, n. 1, p. 17-25, Jan - Jun. 2017.
- KOLCHRAIBER, Flavia Cristiane et al. **Nível de atividade física em pessoas com diabetes mellitus tipo 2**. p. 2112, 2018.



- LOPES, Alynne Radoyk Silva. **Homens idosos diabéticos: análise do autocuidado**. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- MARRENO, Michel Torres. **Intervenção educativa para promover adesão ao tratamento em pacientes hipertensos**. 2015. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Aberta do SUS, 2015.
- MENEZES, Ana Gabriela Mota Pereira et al. Educação em saúde e programa de saúde da família: atuação da enfermagem na prevenção de complicações em pacientes hipertensos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo; v. 34, n. 1, p. 97-102. 2010.
- MIRANDA, Sérgio Vinícius Cardoso de et al. Necessidades e reivindicações de homens trabalhadores rurais frente à atenção primária à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, 2020.
- MODESTO, Antônio Augusto Dall’Ago, et al - **Um novembro não tão azul: debatendo rastreamento de câncer de próstata e saúde do homem**. v. 22, n. 64, p. 251-62, 2018.
- MOREIRA, Hudson Breno Rodrigues et al. Educação em saúde: Enfermagem em atuação à saúde do homem. **Revista Científica Univiçosa**. v. 10, n. 1, jan/dez, 2018.
- MOREIRA, Michelle Araújo et al. **Atenção Integral à Saúde do Homem: Estratégias utilizadas por Enfermeiras(os) nas Unidades de Saúde da Família do interior da Bahia**, p.122, 2016.
- MOURÃO, Susiane Lima Braga et al. **Implantação do programa saúde do homem na estratégia saúde da família**, 2020.
- NASCIMENTO, Franciele Marinho. **A Implantação da política nacional de atenção integral a saúde do homem (PNAISH) na perspectiva do enfermeiro**, p. 05, 2014.
- OLIVEIRA, Denise da Silva - **Desafios do enfermeiro na inserção do homem na atenção primária de saúde**, FAEMA 2019.
- OLIVEIRA, Markus Venâncio Rodrigues. **Promoção da Saúde em homens atendidos pela estratégia de saúde da família de Carapebas, na Zona Rural do município de Luís Correa – PI**, 2017.



- OLIVEIRA, Max Moura de et al. A saúde do homem em questão: busca por atendimento na atenção básica de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 273-278, Jan, 2015.
- OLIVEIRA, Renato Vidal de. **Práticas de saúde para o cuidado do homem na percepção do enfermeiro e do usuário de um município do espírito santo**. 2018.
- PINHEIRO, Janine Teixeira Garcia et al. Perfil dos homens participantes do ensaio comunitário sobre prevenção do câncer de próstata. **Revista Bionorte**, v. 4, n. 1, fev. 2015.
- REBOUÇAS, Marcelo de Vilela et al. PSA alterado e aumento da prevalência do câncer de próstata em militares das forças armadas. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 22817-22825, nov. 2019.
- ROCHA, Gilciéle Novais et al - Saúde do Homem na Atenção Básica: Prevenção e Participação nos Programas. **Id on Line Rer. Mult. Paic**. v.12, n.42, 2018.
- ROCHA, Ricardo Felipe Ferreira et al. Atuação do enfermeiro nas políticas de saúde do homem. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, v.1, n. 3, p. 27-30. 2019.
- SANTIAGO, F.P et al. Perfil de homens na atenção primária à saúde. **HOLOS**, Ano 31, V. 5, Jul/Ag. 2015.
- SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 961-970, Mai, 2010.
- SILVA, Leisa Maria da Costa; COSTA, Ozirina Maria. **Estratégias para estimular a presença dos homens nas unidades de saúde da área de abrangência de equipe da estratégia saúde da família de município do interior do Piauí**, UNASUS/UFPI. 2020.
- SILVA, Patrícia Alves dos Santos et al. A saúde do homem na visão dos enfermeiros de uma unidade básica de saúde. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 561-568, Set, 2012.
- VIEIRA, Camila Guimarães et al. O homem e o câncer de próstata: prováveis reações diante de um possível diagnóstico. **Rev. Científica do IRPAC**, Araguaína, v.5, n.1, Pub.3, Jan, 2012.



6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Solange da Cunha Ferreira

Mestrado em progresso em Gestão da Saúde Pública pela Universidad Columbia Del Paraguay. Com pós-graduação Lato-Sensu em Saúde Pública e Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Universitário Celso Lisboa (2013), Rio de Janeiro – Brasil. Atualmente, funcionária pública, do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Rio de Janeiro – Brasil.

Dra. Valeska R. S. Marques

Pós-Doutora pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Americana. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Americana em 2015. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ – RJ em 1996. Especialização em docência do Ensino Superior, Epidemiologia. Atualmente é docente pelo Instituto Ideia e veterinária autônoma.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



OS DESAFIOS DA GESTÃO EMPRESARIAL: COMO PROTEGER AS EMPRESAS DAS CRISES RELACIONADAS AO NOVO CORONAVÍRUS?

GUATEMOZIM TABÁRE DE OLIVEIRA BUENO (guatemozim.buenomt@gmail.com) – Curso de Administração e no curso de Superior de Tecnologia em Hotelaria.

RONALDO DO NASCIMENTO CARVALHO (dr.ronaldocarvalho@gmail.com) – Doutorando em Ciências da Educação na Universidad Columbia del Paraguay e docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.

RESUMO: As repercussões dos problemas mundiais, culminado com a pandemia do coronavírus, trouxeram dificuldades para os gestores empresariais, de modo que, houve a necessidade de buscar estratégias inovadoras para o enfrentamento da crise econômica global. Com base em um breve estudo sobre os desafios da gestão empresarial, busca-se mostrar como proteger as empresas das crises relacionadas ao novo coronavírus. O presente trabalho é classificado como uma pesquisa aplicada, descritiva na busca de um aprofundamento do assunto e, exploratória, de cunho bibliográfico, analisando as crises das empresas relacionadas ao novo coronavírus, a qual, devido a isso, emprega a necessidade resolver o problema específico com resultados e soluções da atual situação enfrentada pela gestão empresarial, segundo as visões dos autores. Através dos resultados obtidos, foi possível identificar que os gestores empresariais enfrentam grandes desafios, elaborando estratégias para que as organizações durante as complexidades permaneçam sem riscos. Também foi possível observar que, os levantamentos de dados mediaram através dos seus resultados, alternativas que poderão ser imersas na gestão empresarial. Recomenda-se que os gestores empresariais ampliem sua visão, para evitar os riscos da crise relacionada à pandemia do coronavírus.

PALAVRAS-CHAVE: *Gestão empresarial, Novo coronavírus, Empresas.*

RESUMEN: Las repercusiones de los problemas mundiales, que culminaron en la pandemia de coronavirus, han traído dificultades a los gerentes de empresas, por lo que era necesario buscar estrategias innovadoras para hacer frente a la crisis económica mundial. Sobre la base de un breve estudio sobre los desafíos de la gestión empresarial, busca mostrar cómo proteger a las empresas de las crisis relacionadas con el nuevo coronavirus. El presente trabajo se clasifica como una investigación aplicada y descriptiva en la búsqueda de una profundización del tema y, exploratoria, de naturaleza bibliográfica, analizando las crisis de las empresas relacionadas con el nuevo coronavirus, que, por ello, emplea la necesidad de resolver el problema específico con resultados y soluciones de la situación actual a la que se enfrenta la gestión empresarial, según las opiniones de los autores. A través de los resultados obtenidos, fue posible identificar que los gerentes de negocios se enfrentan a grandes desafíos, desarrollando estrategias para que las organizaciones durante las complejidades permanezcan libres de riesgos. También fue posible observar que las colecciones de datos mediaron a través de sus resultados, alternativas que pueden estar inmersas en la gestión empresarial. Se recomienda que los gerentes de negocios amplíen su visión para evitar los riesgos de la crisis del virus coronario relacionado con la pandemia.

PALABRAS CLAVES: *Gestión empresarial, Nuevo coronavirus, Empresas.*



1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o mundo empresarial está inserido num cenário de incertezas, devido à pandemia do COVID-19, o que, inevitavelmente, acaba abalando as organizações devido aos avanços emergentes da crise econômica global.

Afinal, o isolamento social é o único meio de diminuir o novo coronavírus, porém, a situação paradoxal das empresas, apresenta um grande desafio para os gestores, cujos necessitam se adaptar com toda essa situação, tornando crucial a alternativa até acabar esta complexidade mundial (CARREIRO, 2020).

A gestão empresarial constitui táticas definidas num segmento padronizado de atividades, conforme as políticas das empresas, a mesma estabelece planos de negócios baseados em metas, para que os funcionários cumpram com todas as tarefas colocadas em práticas (UpCounsel, 2020).

De modo geral, o mundo da gestão caracteriza-se por uma rejeição apoiada em reflexão. O prazer de pensar por pensar ou a faculdade de julgar as decisões de modo não convencional são, frequentemente rejeitados em proveito de pensamentos preconcebidos refletindo as últimas ideias em moda; cultura reflexiva é arquivada na prateleira dos acessórios inúteis. O que é de ordem na prática social torna-se natural e não pode ser discutido (SCHULTZ, 2016, p. 51).

Mediante a pandemia do coronavírus, Wade; Bjerkan (2020) explica que, para uma boa gestão é preciso identificar estratégias com respostas genéricas que inserem o mercado emergente, com oportunidades significativas, ágeis e suficientes para ajustar as atividades frenéticas das organizações, tais como: 1. Mesmos Produtos, Canal Diferente; 2. Mesma infraestrutura, produtos diferentes; 3. Mesmos Produtos, Infraestrutura Diferente.

Para compreender esta nova realidade das empresas durante a pandemia do coronavírus, Chiavenato (2016) afirma que, os gestores necessitam de um estudo mais atualizado e amplo na área administrativa, abordando teorias modernas e estratégias emergentes concernentes aos problemas atuais, bem como, reciclar ou aprimorar seus conhecimentos, pois, a função do gestor é atuar nas empresas com perenidade para reconfigurar com as tendências inovadoras do mercado atual.

Conforme Oliveira (2013), os gestores empresariais têm que estar atentos com o futuro das organizações, inclusive com os problemas relacionados a crises mundiais, pois, uma administração estratégica facilita no desenvolvimento das empresas, implementando estruturas metodológicas dentro de uma autoavaliação de sugestões práticas evolutivas.

Com base em um breve estudo sobre os desafios da gestão empresarial, busca-se mostrar como proteger as empresas das crises relacionadas ao novo coronavírus.



2. METODOLOGIA

Inicialmente, o presente trabalho é classificado como uma pesquisa aplicada, descritiva na busca de um aprofundamento do assunto e, exploratória, de cunho bibliográfico, analisando as crises das empresas relacionadas ao novo coronavírus, a qual, devido a isso, emprega a necessidade de resolver o problema específico com resultados e solução da atual situação enfrentada pela gestão empresarial, segundo as visões dos autores.

De acordo com Andrade (2017), a metodologia científica define caminhos conforme sua classificação, seguindo a evolução dos paradigmas em erguem os pensamentos dos autores, os quais validam através dos conhecimentos, os conteúdos necessários para o estudo.

A pesquisa foi desenvolvida com base na literatura referente à gestão empresarial, coletando dados de autores empresariais que, englobaram sugestões para o alcance de proteger as empresas contra as crises relacionadas ao novo coronavírus.

Estes dados foram transcritos, gerando gráficos para a comparação, análise e interpretação quali-quantitativa, no intuito de identificar os impactos relacionados às crises empresariais durante a pandemia do coronavírus.

Tomando como base na proposta de Santos; Parra Filho (2017), a pesquisa científica pode ser classificada quanto aos fins possibilitando descritivamente, as

correlações ligadas ao tema e, quanto aos meios buscando documentos que definam o estudo através das informações detalhadamente coerentes ao assunto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A confecção dos dados coletados é de suma importância para a pesquisa, pois, sucumbirá a construção do estudo a partir das teorias que envolvem os desafios da gestão empresarial e a crises relacionadas às empresas.

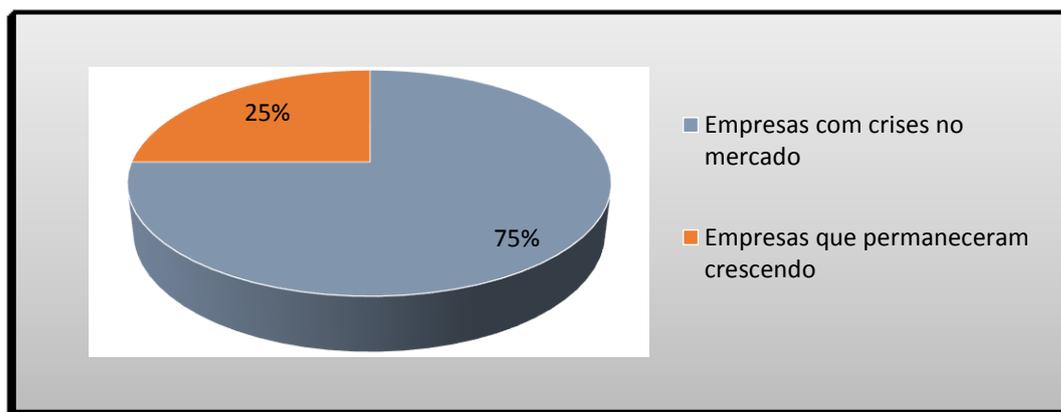
Contribuir com as empresas, colaborando por meio de estratégias, promoverá benefícios positivos que, inicialmente, acarretarão numa situação financeira de melhorias devido à adoção das práticas administrativas. Segundo Reeves; Lang; Carlsson-Szlezak (2020) complementam que, “quando a parte urgente da crise for navegada, as empresas devem considerar o que essa crise muda e o que aprenderam para que possam refleti-las em seus planos”.

Diante disso, os impactos da crise do coronavírus deixaram grandes consequências econômicas na maior parte das empresas, cujas necessitam assimilar dentro das principais mudanças, meios que permitam trazer formas inovadoras para proteger dessa complexidade (CARREIRO, 2020).

Segue abaixo o gráfico referente ao percentual de empresas que tiveram seus impactos positivos e negativos durante a crise do coronavírus:



Gráfico 1 - Situação das empresas durante a crise



Fonte: Dados do autor

Atualmente, a crise empresarial relacionada à pandemia do coronavírus é assunto em pauta no mundo corporativo, é o que mostra os dados exposto no gráfico 1, o qual está gerando transformações num cenário que exige bastante atenção nesse segmento, pois, 25% das empresas estão caindo numa complexidade ao ponto de serem excluídas do mercado.

Dentro deste cenário, Cassol (2020) explana que, “o setor aéreo brasileiro dá sinais de força e resiliência frente a maior crise da história da aviação mundial, provocada pelo coronavírus”.

Enquanto, Pasquali (2020) complementa que, em relação à crise mundial provocada pela pandemia SARS-CoV-2, introduz como uma das grandes incógnitas colocadas no meio empresarial, questionando quanto tempo levará para recuperar toda essa complexidade global que, se tornou uma paralisia na economia atingindo vários setores empresariais.

Muitas das empresas encerraram suas atividades devido à pandemia do coronavírus, mas, ao contrário desses setores, outras começaram a acreditar numa nova realidade dentro das estratégias de uma boa gestão, seguindo como exemplo:

Figura 1 - Empresas que permaneceram crescendo durante o coronavírus



Fonte: PORTOGENTE, 2020

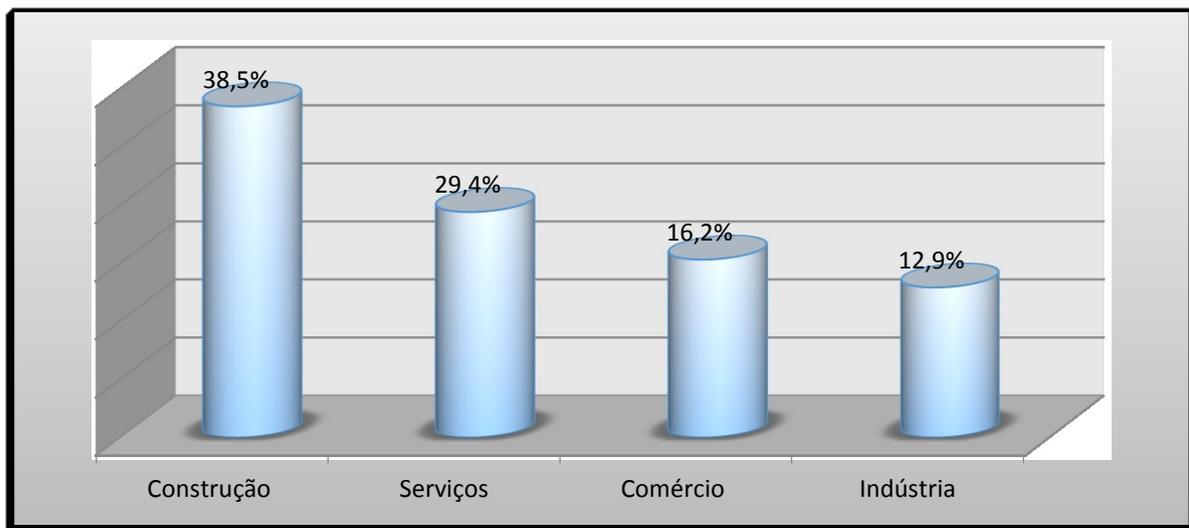
Como visto, a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus, atingiu vários segmentos empresariais, porém, empresas como Apple, Microsoft, Amazon, Facebook, Alphabet e a 3M, conseguiram ter continuidade devido à boa gestão empresarial. Tudo isso, houve um estímulo maior em alguns setores, levando ao crescimento empresarial (PORTOGENTE, 2020).

Além disso, para que as empresas não entrem numa crise econômica, é necessário que os gestores procedam com estratégias de

prevenção contra esta complexidade, levando em consideração informações atualizadas que inserem dentro do contexto atual, como, por exemplo, observar os segmentos das demandas que distribuem os setores ao seu desenvolvimento (ADMINISTRADORES.COM, 2020).

Logo, entre os critérios selecionados das empresas a seguir, elas compõem alguns serviços que foram atingidos pela crise econômica relacionada à pandemia do coronavírus, estão:

Gráfico 2 – Empresas com atividade encerradas durante o coronavírus



Fonte: PAMPLONA, 2020 apud IBGE, 2020

Já nos dados apresentados no gráfico 2, observamos que as empresas no ramo de construção foram o setor mais afetados durante a pandemia do coronavírus com 38,5%, enquanto as indústrias tiveram seus

benefícios participativos no mercado com 12,9%. No entanto, existem outros setores atingidos durante a crise econômica, os quais não conseguiram se erguer devido a sua gestão administrativa.



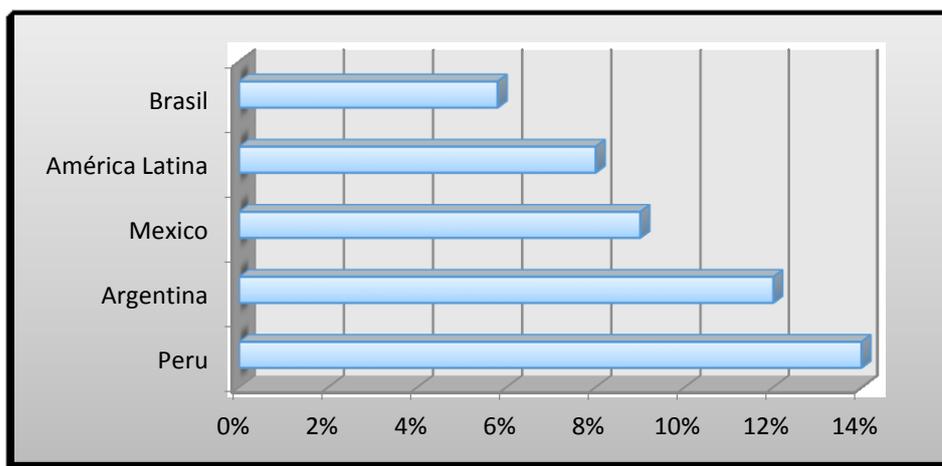
Portanto, é importante ter uma administração de qualidade, inserindo aspectos motivacionais que preencham as necessidades humanas, tornando fundamental oferecerem benefícios que assegurem tanto as empresas como todos envolvidos. Estas estratégias de gestão devem ser bastante examinadas para que tenham uma participação positiva nos seus resultados (OLIVEIRA, 2013).

Deste modo, os resultados percentuais obtidos dos setores empresariais, são considerados relevantes, para tanto, na opinião de Chiavenato (2016), esse

dimensionamento vem de um processo realizado pelos gestores, os quais tornaram a gestão de maneira inviável aos problemas, de modo que, a incapacidade gerou consequências inevitáveis.

Considerando uma análise ociosa, os percentuais indicaram que, as empresas tiveram situações bastante distintas que não se sucederam de maneira viável. Então, este processo se tornou complexo ao ponto de atingir de forma mundial, sendo que, alguns países poderão obter mais chance de recuperação, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Países com mais chance de crescimento pós-pandemia



Fonte: PASQUALI, 2020

Assim, diante da observação dos levantamentos de dados dos cinco países, foi possível identificar que o Peru constitui uma maior chance de recuperação até 2021. Enquanto, o Brasil se constituirá com menor possibilidade de saída da crise mundial.

Segundo Pasquali (2020) isto também concede na percepção dos gestores, que as

medidas dentro dos setores empresariais, definem uma gestão de qualidade, pois, a diferença entre os países selecionados, projeta para o Peru um crescimento de mais de 7%. Já o Brasil, infelizmente, pela sua trajetória, até 2021 terá um dos poucos alcances em seu desempenho econômico.



A gestão empresarial é uma área de desafios, e constantemente necessita ter uma visão cuidadosa, para que estabeleçam um envolvimento nas atividades de maneira estratégica e produtiva, bem como também a melhoria das empresas, pois, o trabalho organizacional, pede esforços para que os objetivos sejam alcançados (WADE; BJERKAN, 2020).

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Artigo conclui que, a pandemia do coronavírus trouxe grandes desafios para os gestores empresariais, os quais se tornaram conclusivos para serem inseridos como fator importante tanto na sobrevivência quanto recuperação das organizações. Entendemos que, todos esses segmentos merecem uma atenção especial para que se torne primordial a valorização dos negócios, identificando as oportunidades e ameaças, tendo sempre uma visão futura e entre outros aspectos que protejam as empresas dos riscos econômicos.

Tendo em vista os resultados das discussões, percebe-se que a maioria das empresas foram afetadas pela crise relacionada à pandemia do coronavírus. Grande parte dos setores empresariais desenvolveram estratégias buscando identificar dentro do ambiente, uma potencialidade que se encaixe no perfil da organização. Apesar disso, observou-se que, algumas instituições obtiveram talentos, seguindo em destaque mesmo estando numa gama de complexidade, as estratégias dos gestores se

firmaram colocando-as em pontos positivos inseridos nas novas capacidades.

Então, recomenda-se que, para as empresas obterem bons resultados durante a uma pandemia em que todos os seres humanos estão vivendo em isolamento social, é preciso que os gestores ofereçam capacitações a todos os colaboradores da organização, atraindo-os através de treinamento interno e externo, estabelecendo diferenciais de benefícios, sempre estarem atentos ao novo mercado, principalmente, na realidade atual em que o mundo vive, estabelecendo estratégias periódicas avaliativas e, bem como, estar de frente com as informações das demandas constantes.

Recomenda-se também que, os gestores empresariais precisam estabelecer segmentos positivos que possam caber nas empresas, tais como, conhecer as peculiaridades, disseminar gradativamente os aspectos negativos, constatar o reconhecimento da nova geração que se destaca nas tecnologias, alinhar as estratégias para alcançar o crescimento dos negócios frente as concorrências e subsidiar e estimular todos os colaboradores empresariais.

Por fim, é importante esclarecer que este estudo inseriu novas formas de pensamentos, sugerindo meios que poderão proteger as empresas de outras complexidades futuras, bem como, trazer novos desafios para os gestores empresariais.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMINISTRADORES.COM. **Coronavírus: como as empresas devem proceder?** Disponível em: <administradores.com.br>. Acesso em:
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- CARREIRO, Debora. **Empresas na crise e a COVID-19 (Coronavírus): como lidar com um cenário incerto?** Disponível em: <<https://iugu.com/blog/empresas-na-crise-e-a-covid-19-coronavirus/>>. Acesso em:
- CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de Administração: Planejamento, organização, direção e controle para incrementar competitividade e sustentabilidade**. São Paulo: Campus, 2016.
- LEONARDO, Cassol. **Azul, Gol e Latam na crise do coronavírus: confira a situação de cada empresa, o que está sendo feito e perspectivas para o futuro da aviação**. Disponível em: <<https://www.melhoresdestinos.com.br/raiox-azul-gol-latam-crise-2020.html>>. Acesso em:
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração Estratégica na Prática: a Competitividade para Administrar o Futuro das Empresas**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- PAMPLONA, Nicola. **522 mil empresas fecharam as portas por pandemia, diz IBGE**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/522-mil-empresas-fecharam-as-portas-por-pandemia-diz-ibge.shtml>>. Acesso em:
- PASQUALI, Marina. **¿Qué países latinoamericanos se recuperarán más rápido de la crisis?** Disponível em: <<https://es.statista.com/grafico/21483/crecimiento-del-pib-despues-del-coronavirus-en-latinoamerica/>>. Acesso em:
- PORTOGENTE. **7 empresas que mais cresceram durante a pandemia**. Disponível em: <<https://www.portogente.com.br/noticias-corporativas/113340-7-empresas-que-mais-cresceram-durante-a-pandemia#:~:text=7%20empresas%20que%20mais%20cresceram%20durante%20a%20pandemia,no%20seu%20valor%20de%20mercado.%20Mais%20itens...%20>>. Acesso em:



- REEVES, Martin; LANG, Nikolaus; CARLSSON-SZLEZAK, Philipp. **Lead Your Business Through the Coronavirus Crisis**. Disponível em: <<https://hbr.org/2020/02/lead-your-business-through-the-coronavirus-crisis>>. Acesso em:
-
- SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- SCHULTZ, Glauco. **Introdução à gestão de organizações**. Coordenado pela SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- UPCOUNSEL. **Business Management Definition: Everything You Need to Know**. Disponível em: <<https://www.upcounsel.com/business-management-definition#:~:text=%20Management%20functions%20include%20the%20following%3A%20201,4%20Staffing%205%20Controlling%20an%20organization%20More%20>>. Acesso em:
- WADE, Michael; BJERKAN, Heidi. **Three Proactive Response Strategies to COVID-19 Business Challenges**. Disponível em: <<https://sloanreview.mit.edu/article/three-proactive-response-strategies-to-covid-19-business-challenges/>>. Acesso em:

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Guatemozim Tabáre de Oliveira Bueno

Graduado em Administração de Empresas - Unicaldas - Faculdade de Caldas Novas-. MBA em Gestão Financeira e Controladoria - Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Docente na UEG – Universidade Estadual de Goiás - Curso de Administração e no curso de Superior de Tecnologia em Hotelaria.

Ronaldo do Nascimento Carvalho

Graduado em Administração na Universidade Guarulhos – UnG, com especialização em Finanças e Gestão de Negócios no Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa IPEP, mestre em Administração pela Universidad Americana/PY, doutor em Administração pela Universidad Americana/PY e Pós-doutor pela Universidade Íbero-Americana/UNIBE-PY. Atualmente é docente na Faculdade de Caldas Novas – Unicaldas do Curso de Administração.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA NO QUE TANGE A INCLUSÃO SOCIAL

KARINNE OLIVEIRA MENESES (karinneoliveirameneses@hotmail.com) – Mestra em Educação pela Logos University International – Unilogos.

RESUMO: A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado, substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Compreender o que vem a ser inclusão social, como lidar com a inclusão, diferença entre educação inclusiva e ensino inclusivo e, sobretudo discutir acessibilidade é a proposta, para que se ofereçam os subsídios para a oferta de aprendizagem eficaz e igualitária aos portadores de necessidades especiais, atendidos no Ensino Regular. Diagnosticar as dificuldades do alunado com deficiência, para a obtenção de resultados positivos em sua educação e inclusão é de suma importância sendo está uma competência que necessita ser internalizada pelos professores. Nesse contexto é essencial aprender procedimentos e valores de convívio escolar e social assegurando principalmente a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação Especial, Inclusão Social e Aprendizagem.*

RESUMEN: La educación especial se ha organizado tradicionalmente como asistencia educativa especializada, en sustitución de la enseñanza ordinaria, mostrando diferentes entendimientos, terminologías y modalidades que llevaron a la creación de instituciones especializadas, escuelas especiales y clases especiales. Comprender qué es la inclusión social, cómo abordar la inclusión, la diferencia entre educación inclusiva y educación inclusiva y, sobre todo, discutir la accesibilidad es la propuesta, para que se ofrezcan los subsidios para ofrecer un aprendizaje efectivo e igualitario a las personas con necesidades especiales. , cursó Educación Regular. Diagnosticar las dificultades de los estudiantes con discapacidad para obtener resultados positivos en su educación e inclusión es de suma importancia, ya que esta es una competencia que debe ser internalizada por los docentes. En este contexto, es fundamental conocer los procedimientos y valores escolares y de la vida social, garantizando principalmente la igualdad de condiciones de acceso y permanencia en la escuela, sin ningún tipo de discriminación.

PALABRAS CLAVES: *Educación Especial, Inclusión Social y Aprendizaje.*



1. INTRODUÇÃO

Esta é uma investigação teórica que ressalta a temática da Inclusão Social de pessoas com necessidades especiais no Ensino Regular, tendo em vista que a educação especial necessita de um envolvimento social, escolar e político, tendo como norte a mobilização do trabalho docente, instigando dessa forma os educadores na busca da reflexão-ação diante das diversas realidades dentre elas a dos alunos especiais.

Para que a escola possa cumprir o seu papel social, os profissionais que atuam na educação precisam ter convicção de seguirem sempre as diretrizes do MEC, atendendo se a esse público de forma satisfatória e com a qualidade, pois necessitam desse suporte para a construção plena de suas habilidades, dessa forma pelo aperfeiçoamento de uma proposta inclusiva efetiva. Nesse contexto social os professores precisam atuar, visando à mudança de atitude dentro do seu próprio ambiente educacional, garantindo um processo educativo envolvente para todos os alunos agindo de forma peculiar e respeitando principalmente características físicas e intelectuais de cada indivíduo, colaborando para que seja construída uma cultura de igualdade e respeito nas escolas, atitude que refletirá para a quebra de paradigmas dentro ambiente educacional.

A educação especial precisa promover a articulação entre família-comunidade-escola e vice-versa, sendo uma facilitadora nessa

relação mútua em prol do aprendizado pleno do aluno-especial; onde cada uma coopera da sua forma, interagindo entre si. O homem é construtor de sua própria história e, portanto, também é capaz de mudá-la, no caso das pessoas especiais, toda a sociedade todos são de certa forma responsável por mudar a realidade de segregação existente.

Na sociedade e no mundo, não existe ninguém igual ao outro em questões fisiológicas, de personalidade ou forma de agir (conduta), enfim, cada um é diferente do outro, por isso, a lei em termos de justiça social, garante que perante ela, todos são iguais, evitando que tenha quaisquer tipos de discriminação, mas ainda assim, existe. Os valores de igualdade devem ser acentuados no ambiente da sala de aula, através dos procedimentos didático-pedagógicos adotados pelo educador, tendo em vista, proporcionar a cidadania entre os educandos, garantindo-lhes seus direitos sociais fundamentais, diante disso a escola deve propor oportunidade de integração plena do aluno-especial valorizando sua forma de conhecer e interagir com o mundo. Já o professor deve lecionar suas aulas de maneira interdisciplinar enriquecendo as aulas e demonstrando para os alunos que eles são detentores de vários saberes e que são capazes de aprenderem novos conhecimentos de forma contínua e dinâmica elevando sua autoestima e capacitando os mesmos para enfrentarem os desafios da vida.



Assim, os professores precisam estar abertos, a aprender com seus alunos, ao demonstrar o prazer de aprender com o aluno e agradecer-lhe, olhando-o nos fundos dos olhos, o professor passa sentimentos progressivos que, com certeza, vão agradar bastante o aluno. Diante dessas explicações, verifica-se que a educação especial num recorte sócio-educativo faz-se necessário, devido à complexidade que envolve tal questão de cunho sócio-econômico-político-cultural, sendo assim a sociedade como um todo precisa adquirir sua responsabilidade de cidadão diante dessa realidade excludente.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa tem como base uma investigação de cunho teórico investigativo, pautada na relevância de estudar as contradições que norteiam a questão da educação inclusiva, tendo como alicerce a herança histórico-social no decorrer da civilização humana, bem como, as atitudes e mentalidade sociais pautadas no preconceito, que por séculos foram reforçadas, tendo como base inúmeras teorias infundadas que segregavam as pessoas excepcionais e com qualquer tipo de deficiência, por esse motivo, essa ideologia sócio-cultural foi disseminada e, tem até hoje as suas consequências expostas nas relações estabelecidas na modernidade.

Através da aplicação de tal ação pedagógica tem o intuito de conscientizar a sociedade sobre importância da educação inclusiva frente às questões sociais; ressaltar

a importância da parceria família-escola e vice-versa na qualificação do ensino; compreender a realidade política-econômico-cultural que norteia as famílias das pessoas com NEE – Necessidades Educacionais Especiais e, abordar a relevância da Educação Inclusiva diante do contexto educacional brasileiro. A aplicação do projeto de deu através da visita em loco a algumas unidades escolares do município de Araguaína – TO, para sabermos com se anda o processo de inclusão social foi visitado 3 escolas, sendo elas Escola Municipal Zeca Barros, Gentil Ferreira Brito e Canuto Braga, foi observado as metodologias usadas e principalmente materiais didáticos e estrutura do prédio.

Abordaremos as seguintes questões: O Que é Escola Inclusiva? Como podemos melhorar a prática inclusiva na escola? Tais indagações nós mostra que temos grandes desafios no que tange a educação inclusiva e as perspectivas sociais da qual fazemos parte, tal estudo busca enfatizar a implementação educacional comprometida com as causas sócio educacional em relação à realidade atual dos alunos especiais da rede pública.

Portanto buscaremos aguçar a reflexão em torno da inclusão sem esquecer as problemáticas que influenciam os profissionais da educação como a falta de formação e capacitação que muitas escolas possuem, para lidar com a responsabilidade que esse tipo de ensino precisa e a participação da família no processo educacional inclusivo.



3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante de tal pesquisa foi perceptível à carência dos ambientes escolares de algumas escolas do município de Araguaína - TO a falta de materiais adequados e estruturas com acessibilidade dificultosa. Acredito que ambiente escolar deve atender essa clientela fazendo uso de recursos humanos especializados, materiais didático-pedagógicos que sejam adequados e propícios ao ensino de acordo com a necessidade de cada alunado para favorecer o processo ensino-aprendizagem.

A comunidade escolar, enquanto reflexo da sociedade tem caráter heterogêneo, o quê necessita de um “olhar” voltado, não só para o reconhecimento da existência da diferença entre os sujeitos, mas da aceitação das diferenças individuais entre alunos-alunos; alunos-professor e professor-aluno, fazendo dessas diferenças uma dinâmica interativa, onde os interesses, expectativas, motivações, conhecimentos e vivências sejam usados para unir os envolvidos em um propósito de aprendizagem conjunta.

Dentro do cenário educacional não deve existir distinção entre a educação regular e a educação especial, pois todos os alunos são cidadãos e têm o direito à educação, independentemente de suas condições físicas, psicológicas, bio-fisiológicas, culturais, econômicas ou sociais. Sobre os objetivos da educação, seja inclusiva ou não. A educação dos alunos com necessidades

especiais é importante lembrar, tem os mesmos objetivos da educação de qualquer cidadão, e serviço educacional e deve recorrer a todos os recursos educacionais. (FREITAS, 1998).

A implementação da educação inclusiva é um desafio contínuo dentro das instituições escolares, devido os poucos recursos, a lentidão dos parâmetros legais e a má execução das políticas públicas, questões que reforçam o descrédito da população em seus representantes legalmente constituídos. Porém, a educação inclusiva, tem dentre inúmeros papéis o papel de “democratizar” de forma plena a sociedade brasileira, uma vez que, promover a inserção de crianças, jovens e adultos com qualquer dificuldade especial em classes comuns é uma ação que colabora de forma significativa para a interação social e cria novas metodologias e práticas educacionais voltadas para a realidade em que os alunos estão inseridos.

Inspirado nos princípios de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para definir uma escola para todos, buscaram um consenso mundial sobre os futuros rumos dos serviços educativos especiais, para combater a exclusão escolar e reduzir a taxa de analfabetismo. (SALAMANCA, 1994). A escola precisa fundamentar a ideia de que todos os cidadãos são parte integrante do mesmo espaço e agir de maneira ativa e autônoma nessa organização social, oportuniza o desenvolvimento de atitudes sem a discriminação social, exercendo a sua cidadania numa sociedade que é heterogênea, competitiva e desigual.



A diferença do alunado não está intrínseca a nenhuma limitação que não possa ser transponível, tais dificuldades devem ser encaradas como algo natural a condição humano, pois todas as pessoas de alguma forma precisam evoluir, seja em aspectos culturais construídos ao longo da vida ou em sua vida educacional. Sob esta ótica:

Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente (...) É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. (CAVALCANTE, 2000, p. 21).

O papel fundamental da educação das pessoas e das sociedades amplia-se ainda no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. (BRASIL, 1999). A realidade escolar inclusiva é uma realidade pouco presente nas escolas do nosso país, e pouco se faz para que os profissionais que atuam nas escolas sejam capacitados para receber as crianças com deficiência como é o caso de algumas escolas de Araguaína que apesar de ter rampas, as

mesmas não estão condicionadas a proporcionar a independência de se locomover do aluno.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada de forma a favorecer as potencialidades e necessidades pedagógicas do ambiente escolar e do alunado. A escola inclusiva surgiu em 1981 art. 205 LDB por meio do intenso movimento mundial de defesa dos direitos das minorias se desencadeou na década de 60, associado a críticas e paradigmas de institucionalização das pessoas com a doença mental e deficiência física, tal evento determinou os novos rumos das relações sociais desse segmento da sociedade. Nessa perspectiva a escola tem o compromisso de encontrar esse público e trazê-los para o sistema de ensino.

Portanto ao se pensar em inclusão, não podemos ter uma visão ingênua, é preciso por em pauta o discurso de uma educação justa e igualitária, a educação inclusiva prevê a formação plena do indivíduo, sem, no entanto, formá-lo de maneira segregada, mas sendo participante do mesmo processo educacional. A escola inclusiva é onde o aluno é sujeito de direito e foco central de toda a ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania e, por outro lado objetivo primeiro de toda ação educacional. (GENTILI, 2004).



Porém, a educação inclusiva, tem dentre inúmeros outros, o papel de “democratizar” de forma plena a sociedade brasileira, uma vez que, promove a inserção de crianças, jovens e adultos com qualquer dificuldade especial em classes comuns, promovendo uma nova interação social.

3.1. FUNDAMENTAÇÕES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência

mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentada pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7. Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetivava uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno



desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (p.19)

Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, tais políticas vêm provocando uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de

aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade para com a educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: Os sistemas de ensino



devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos – NEE, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

“Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.” (MEC/SEESP, 2007: p. 09).

Muitas iniciativas são realizadas, muitas estratégias vêm adotadas e estão à disposição daqueles que acreditam na inclusão como caminho para a busca da igualdade social. Dessa forma, espera-se que este trabalho possa conscientizar as pessoas de que os alunos com necessidades especiais precisam ser reconhecidos principalmente pelas habilidades e capacidades que possuem, sabendo que as suas limitações não são empecilho pra sua promoção tanto no aspecto trabalhista como escolar.



3.2. A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS METODOLOGIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As necessidades educacionais especiais variam de aluno para aluno, mesmo quando fazem parte de um mesmo grupo. Utilizando o bom senso e criatividade, o professor poderá adaptar e confeccionar vários materiais didático-pedagógicos, que muito contribuirão para o processo ensino-aprendizagem dos alunos. A escola deverá basear-se, de modo geral, nos princípios de que os materiais mais adequados são aqueles que permitem uma experiência completa ao aluno e estão compatíveis com seu nível de desenvolvimento.

Muitos materiais existentes no mercado atendem nas escolas mais poucos estão voltados para as necessidades educacionais dos alunos especiais, nesse sentido o professor precisa usar sua habilidade cognitiva para construir mecanismos que auxiliem o alunado a se inserir na prática pedagógica. Exemplo típico deste aproveitamento se evidencia na utilização dos sólidos geométricos, jogos de encaixe e outros similares dentre outros que, mediante certas alterações, marcações em relevo, por exemplo, tornam-se significativos para os alunos com deficiência visual que utilizam o tato como canal receptor.

Os recursos pedagógicos devem sempre ser confeccionados pelo professor e, sempre que possível, com a participação do aluno, utilizando sucata, ou seja, reaproveitando

materiais simples que normalmente desprezamos tais como: embalagens descartáveis, frascos, tampinhas, retalhos de papéis e tecidos, botões, palitos, barbantes, pode-se produzir uma infinidade de recursos e jogos didáticos de baixo ou quase nenhum custo.

Todo material didático deve ser produzido com o objetivo de ser útil às diversas condições e níveis de aprendizagem dos alunos, quanto mais estímulos e recurso didático puderem oferecer, mais rico em significação ele será e poderá ser amplamente utilizado por todos os alunos, portadores ou não de alguma deficiência.

Os profissionais da educação devem buscar uma didática interdisciplinar, articulando os conhecimentos construídos com as vivências do educando para significar os saberes e assim, promover um aprendizado pleno, independentemente de quaisquer limitações por parte do educando. Na seleção, adaptação ou confecção desses recursos, o professor deverá levar em conta alguns critérios para alcançar a desejada eficiência em sua utilização. Assim, os materiais devem ser confeccionados ou selecionados em tamanho adequado às condições dos alunos.

O desenvolvimento da criança portadora de deficiência sofre interferência de acordo a sua deficiência, acarretando dificuldades para a compreensão e organização do meio. Observa-se a necessidade de estimulação permanente, dentro das possibilidades da faixa etária, a fim de que alcance progresso em todas suas potencialidades.



Neste contexto, o professor alfabetizador deve levar em consideração todos os aspectos de desenvolvimento da criança e partir das seguintes indagações: a) Qual a deficiência da criança? b) Que conhecimento detém sobre assuntos específicos? c) Que tipo de experiência teve anteriormente? d) Que oportunidades lhe foram oferecidas? e) O que lhe é significativo neste momento? f) O que a criança quer saber fazer nesse momento? g) Qual o nível de envolvimento de sua família?

A educação da criança deficiente deve se dar por processos e com auxílio de programas diferentes desenvolvidos em classes especiais, mantidas por escolas capacitadas, sabemos que historicamente a escola tem em sua origem a segregação, ou seja, não havia as salas de recursos, no ensino itinerante ou na classe comum, não havia apoio ao professor. Assim, é preciso repensar as questões que envolvem o processo de inclusão, neste sentido, esse conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento. Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideia de defeito para um modelo social. (MITTLER, 2003).

A educação do deficiente, como toda educação especial, necessita de professores especializados nesta área, métodos e técnicas específicos de trabalho, instalações e equipamentos especiais, bem como algumas adaptações ou adições curriculares. O principal fator a considerar no encaminhamento de uma criança aos

programas de educação especial para deficientes é a existência de distorção na capacidade de acompanhamento em relação ao ritmo adotado em sala, onde os alunos não apresentam condições para acompanhar o ensino regular de forma igualitária, necessitando de devidas adaptações ou recursos específicos, requerendo a participação de especialistas para orientação e desenvolvimento de habilidades que permitam progressivamente, sua inclusão no ensino comum.

Para atender estas crianças com educação de qualidade existem as classes especiais, salas de recursos, o ensino itinerante, para auxiliar a aprendizagem na classe comum, contando ainda, com parcerias com profissionais especializados e instituições extraclasse como centrais de atendimento, exemplo disto é o Centro de Apoio Pedagógico – CAP, que oferece serviços especializados complementares a alunos matriculados em qualquer classe ou nível do ensino regular, orientando os pais, professores, pessoal da escola e a comunidade.

3.3. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator-chave na promoção da mudança de paradigmas, através do suporte pedagógico centrado nas problemáticas de inclusão escolar, os alunos com necessidades educacionais especiais



precisam de oportunidades de interagir com o ambiente escolar, essa é a base para se obter o sucesso na construção intelectual e formação cognitiva dos mesmos.

Será prioritário preparar manuais e organizar seminários para gestores locais, supervisores, diretores e professores, com o objetivo de dotá-los da capacidade de assumir funções diretivas nesse âmbito, de prestar apoio, e de capacitar o pessoal docente com menor experiência. A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada, com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos, e o desempenho de um papel chave nos programas relativos a necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiência.

Nesse processo, os profissionais da escola e, principalmente, o professor tem uma grande responsabilidade com o futuro desses alunos, pois é um ser em construção que precisa se incluir em sociedade, contribuindo de forma positiva para a construção de uma sociedade mais plena, respectivamente. O educador assume uma posição radicalmente comprometida com a realização de um humanismo libertador, dialógico, criativo e, acima de tudo, ético, que somente poderá ser construído por meio de uma síntese integradora da multiplicidade dos povos em suas existencialidades concretas em nosso mundo. (ZITKOSKI, 2006).

Toda escola deveria desenvolver e regulamentar procedimentos para a

identificação de necessidades educacionais presentes no contexto escolar, com o objetivo de garantir, a as crianças e adolescentes, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências específicas, se identificando as necessidades que a escola possui, para planejar os passos posteriores, desde o atendimento até o estágio de ensino aprendizagem. Uma fonte importante de suporte para o professor do ensino regular é o assessoramento de uma equipe interdisciplinar, que deve dar a sua contribuição ajudando no desenvolvimento de métodos didáticos.

Sabe-se que ao longo da vida, a educação especial passou por grandes conflitos, um dos maiores no seio familiar, onde muitas famílias por não aceitarem seus filhos, com deficiências, mantinham seus filhos no isolamento, por vergonha, ou melhor, puro preconceito. Vemos hoje que essa realidade mudando graças à políticas públicas e as novas diretrizes que dão o suporte e embasamento para que seja colocado em prática aquilo que foi preconizado junto aos órgãos educacionais.

4. CONCLUSÃO

Percebeu-se a partir deste estudo que a educação inclusiva a partir do espaço escolar, com o passar do tempo, vem modificando a mentalidade social excludente e elitizada, almejo a partir de tal pesquisa contribuir para uma sociedade que respeite as diferenças de gênero, etnia e classe social, bem como, as pessoas que apresentam alguma NEE, seja



criança, jovem ou adulto. Neste sentido a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDBEN nº. 9.394/96).

A inserção de todas as pessoas com NEE na escola representa uma “quebra” de paradigma de maneira a promover a excelência dos serviços educacionais à medida que surgem situações adversas e sua comunidade consegue, a partir de um trabalho em equipe, resolvê-las e ao mesmo tempo, garantir os direitos do cidadão. A educação inclusiva é relevante na escola, tendo em vista o reflexo da escola na sociedade e vice-versa e o papel social imbuído na unidade de ensino, bem como sua responsabilidade de formar cidadãos autônomos e conscientes de suas ações, visando à transformação de si mesmo e do meio que o cerca.

A promoção da educação inclusiva leva a escola a propiciar a todos os educandos o direito de desenvolver todas as suas potencialidades sensoriais, cognitivas, psicomotoras e afetivas, constante no projeto político pedagógico da instituição educacional, além de promover a articulação entre o indivíduo e o mundo que o cerca enquanto um desafio a ser vencido, num trabalho conjunto entre escola-família/família-escola, definindo procedimentos, objetivos e conteúdos a

serem trabalhados na práxis didático-pedagógica no cotidiano do educador.

A democratização do ensino determina não só um crescimento quantitativo, mais não embasado nas diversidades socioculturais dos alunos, em decorrência disso agravam-se os problemas a serem enfrentados pelas escolas, principalmente quando se trata de garantir a todos os alunos a aquisição de um conjunto básico comum de conhecimentos e as habilidades indispensáveis ao processo de ensino aprendizagem. Quanto mais informações os educadores tiverem sobre o processo de aprendizagem dos conteúdos escolares, maiores serão as chances de melhoria das práticas pedagógicas.

Todavia, mudanças nas práticas educacionais atuais requerem um conjunto de medidas que envolvam um conjunto de ações, sendo parte deles embasadas pelas teorias psicológicas. A inclusão para os alunos especiais, é a garantia da luta pelos seus direitos, pois sabemos que inclusão na área da educação é uma realidade que tem que ser efetivada em todo o território nacional. Os alunos com deficiência devem encontrar nas escolas da rede regular de ensino um ambiente preparado para recebê-lo com profissionais realmente preparados lidar com tais problemáticas, conhecendo e compreendendo o mundo que a cerca e desenvolvendo-se de forma íntegra nas relações interpessoais.

A luta que se trava hoje no contexto educacional está além de apenas promover a somente a inclusão, mas de democratizar as



relações no sistema de ensino, de modo que os alunos tenham o privilégio de poderem escolher onde quer estudar, este é inclusive um dos princípios educacionais enfatizados nessa pesquisa. É preciso refletir sobre a exigência da aprendizagem com eficácia na educação, pensando sobre a questão de como a escola pode contribuir para a formação dos educandos com necessidade e sua autonomia plena enquanto cidadão.

Portanto se faz necessário, assegurar a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, sendo este um princípio que está na Lei Magna da República Federativa de 1988, fazendo com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade para atender a todos sem distinção alguma.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação a Distância: Salto Para o Futuro – Educação Especial: tendências atuais**. Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2007.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial: Integração**. Ano 13 – nº 23/2001.
- CAVALCANTE, R.S.C. **A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula do ensino regular: o papel do professor**. Temas sobre Desenvolvimento, v. 9, n. 52, p. 31-5, 2000.
- FREITAS, Maria Tereza de. **Vigotsky – Um Século Depois**. Juiz Fora: EDUFJF, 1998.
- GENTILI, P. Escola e Cidadania em uma Era de Desencanto. In SILVA, Shirley e VIZIM, Marli (org). **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de leitura do Brasil- ALB, 2001.
- ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Karinne Oliveira Meneses

Professora da rede municipal de educação da cidade de Araguaína - TO. Graduada em Pedagogia pelo ITPAC – Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, situado em Araguaína - TO; Especialista em Psicopedagogia Clínica Institucional pela UNIRG – Universidade de Gurupi situada em Gurupi - TO; Mestranda em Educação pela Logos University International – Unilogos.



RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL EMPRESARIAL EM MEIO A CRISES HUMANITÁRIAS COMO PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

REGIANE RODRIGUES DE QUADROS SIMI (regianesimi@hotmail.com) – Mestranda em Administração - Universidade Columbia/Assunção-Paraguai.

RESUMO: O estudo proposto procura contribuir para a melhoria na gestão empresarial, através de uma explanação acerca da responsabilidade ética e social das organizações. Assim sendo, propõe uma análise da relevância do engajamento das empresas, quanto à responsabilidade ética e social em meio a crises humanitárias. Para tanto, a metodologia utilizada deu-se por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma pesquisa bibliográfica, feita através dos portais: Capes, Sucupira, Google acadêmico e revistas científicas, com levantamento de livros, artigos, teses, dissertações, para melhor compreensão sobre o assunto. Chegou-se a conclusão de que a partir da pandemia do Coronavírus, fez necessário um novo olhar sobre o assunto, pois o que antes previa uma atitude de responsabilidade, visando melhorar a imagem da empresa, atualmente se tornou uma questão de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: *Responsabilidade social, Responsabilidade ética, Sociedade.*

RESUMEN: El estudio propuesto buscaba contribuir a la mejora en la gestión empresarial, a través de una explicación de la responsabilidad ética y social en las organizaciones, para este propósito propuso un análisis de la relevancia del compromiso de las empresas con respecto a la responsabilidad ética y social en medio de las crisis humanitarias. Por lo tanto, la metodología utilizada se llevó a cabo mediante investigación cualitativa, descriptiva y bibliográfica. El instrumento utilizado para la recolección de datos fue una búsqueda bibliográfica, realizada a través de los portales: Capes, Sucupira, revistas académicas y científicas de Google, con una encuesta de libros, artículos, tesis, disertaciones, para una mejor comprensión del tema. Se concluyó que la pandemia de coronavirus es una ruptura en la forma de ver al sujeto. Lo que antes preveía una actitud de responsabilidad para mejorar la imagen de la empresa hoy lo convierte en una cuestión de supervivencia.

PALABRAS CLAVES: *Responsabilidad Social, Responsabilidad Ética, Sociedad.*



1. INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMA

No contexto atual no qual o mundo enfrenta a pandemia em decorrência do COVID-19, um dos temas mais discutidos refere-se à responsabilidade ética e social das empresas frente à sociedade, quanto ao atendimento a essa demanda, o que as impulsiona a comprometer-se de forma mais efetiva com o bem-estar social do meio no qual estão inseridas.

Neste contexto, vale ressaltar, ainda que com pesar, atitudes antiéticas de empresas de grande porte, envolvidas em escândalos e noticiadas pela mídia, as quais em meio a essa crise pandêmica são multadas por órgãos governamentais devido ao aumento abusivo de preços de produtos essenciais, indispensáveis à população, como produtos de higiene e alimentícios. Empresas estas, que se aproveitam do caos social e acabam por manchar a imagem perante seus clientes, visto que por responsabilidade ética e social, em meio a situações extremas, deveriam ter como requisito prioritário, o respeito aos seus consumidores. Diante disso, necessário se faz o questionamento: “Qual a relevância do engajamento das empresas quanto à responsabilidade ética e social no contexto atual?”

Em meio à crise causada pela pandemia, podemos observar o quão isso é importante, pelas doações de algumas empresas de recursos e equipamentos para prevenir e

atender as demandas para salvar vidas. No entanto, infelizmente, enquanto uns se dedicam e preocupam-se com o bem-estar comum, outros cometem atos antiéticos realizando estoques de mercadorias fora do necessário, preocupando-se apenas com prejuízos econômicos, agem como oportunistas se aproveitando de tragédias coletivas para tirar vantagens, atos estes que precisam ser coibidos. GRABOWSKI (2020).

1.2. JUSTIFICATIVA

No mundo dos negócios está cada vez mais presente a preocupação relacionada a questões éticas. Diante disso, empresas que desejam tornar-se bem sucedidas e manter-se no mercado, devem proporcionar um ambiente de confiança e honestidade, norteando-se para uma cultura de modelo organizacional, na qual se respeite os padrões morais e éticos da sociedade. (MARQUES,2019).

Neste contexto, o presente artigo tem por finalidade contribuir na análise acerca da relevância de uma empresa arraigar-se em uma cultura de responsabilidade ética e social, no sentido de contribuir para o bem-estar da sociedade, propiciando a formação de uma instituição forte e de confiança no meio onde se insere. Entende-se, para tanto, a necessidade de mais estudos direcionados, que atentem à exigência de uma sociedade cada dia mais preocupada com os impactos causados por essas organizações. As empresas que desejam perenidade devem ser capazes de atender a essa demanda contemporânea.



1.3. OBJETIVO GERAL

Analisar a relevância do engajamento das empresas quanto a responsabilidade ética e social em meio a crises humanitárias.

1.3.1. OBJETIVO ESPECIFICO

Identificar o conceito de responsabilidade ética e social;

Verificar modelos de empresas com responsabilidade ética e social;

Descrever a importância da responsabilidade ética e social em momentos de crise;

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo proposto visa contribuir para a melhoria na gestão empresarial, através de uma explanação acerca da responsabilidade ética e social das organizações, a fim de estimular as empresas para que busquem inovar, quanto aos conceitos e comportamentos éticos, cumprindo sua responsabilidade social. Para tanto, a metodologia utilizada deu-se por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma pesquisa bibliográfica, feita através dos portais: Capes, Sucupira, Google acadêmico e revistas científicas, com levantamento de livros, artigos, teses, dissertações, na busca de melhor compreensão sobre o assunto.

2.1. HISTÓRIA

Segundo Ashley *et all* (2005), a história nos mostra que nos anos 1970 a responsabilidade ética e social das organizações era voltada para uma visão clássica que abrange desde os acionistas até os empregados. No decorrer dos anos, essa tendência ética e social passa a preocupar-se, também, com a natureza e seus impactos, o que a torna mais divulgadas a partir daí. Fenômeno que ocorreu até os anos dois mil. A partir desse período, a responsabilidade ética e social passou por mudanças com visões menos divulgadas.

Segundo os autores, a evolução histórica da responsabilidade ética e social se dá a partir da preocupação com: acionistas> comunidade> empregados> natureza > governos > rede de fornecedores > consumidores/compradores > todos os atuais e futuros *stakeholders* > sociedade sustentável.

Na década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa surge o conceito teórico de responsabilidade social com a preocupação dos pesquisadores com o poder excessivo que as empresas exerciam sobre o meio ambiente, trabalho econômico. As preocupações advindas de concorrências desleais, que geravam impactos negativos na sociedade, fez com que empresários e meio acadêmico passassem a desenvolver atividades sociais que beneficiassem a sociedade. BORGES (2013).



Já no Brasil, de acordo com Garcia et al (2006), manifestações envolvendo empresários, comunidade, políticos e mídia aconteceram através do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômica (IBASE) em 1996, por meio de campanhas para a elaboração do Balanço social empresarial. Diante desses fatos, o assunto passou a ser difundido, destacando-se no meio empresarial. Atualmente, a responsabilidade ética e social permeia o meio acadêmico e empresarial o qual possibilita o mapeamento e a execução dos benefícios adquiridos através de ações sociais responsáveis.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL

O princípio de responsabilidade para Frizzo (2014), pode-se fundamentar eticamente no comportamento da empresa com seus *stakeholders* internos, fazendo com que eles não percam sua essência, integridade e dignidade humana, isto é, empresa com comportamento pautado em princípios de responsabilidade, considera-se que ela está automaticamente legitimada como socialmente responsável.

Sendo assim a responsabilidade social empresarial:

“É o compromisso que a empresa tem de evitar que sua atuação coloque em risco, no presente e no futuro, a natureza

humana e extra-humana, bem como as condições de vida e de bem-estar social, através de um comportamento pautado em um princípio ético, assim como o princípio de responsabilidade, contribuindo desse modo para que o ideal de desenvolvimento sustentável possa efetivamente tornar-se uma realidade.” (FRIZZO, p 124 2014).

Para Zanitelli (2013), a responsabilidade social das empresas é constituída em conformidade com atos legais e ditames, onde a empresa, além de cumprir normas legais, deve ir além, o que muitas vezes, provoca dificuldades nesse cumprimento.

De acordo com Arante (2012) apud Drucker (2002), uma empresa deve reforçar seus aspectos sobre a comunidade, uma sociedade pluralista de empresas deve se juntar às questões que são fundamentais para a sociedade, tornando esses aspectos positivos através do oferecimento de bens, serviços econômicos e preocupações com a qualidade de vida e com a integração entre ambiente físico e humano dessa comunidade.

Segundo Silva e Lima (2013), as empresas buscam demonstrar responsabilidade através do desenvolvimento social, a partir do qual podem gerenciar suas relações econômicas com o bem-estar social.

Diante do exposto, percebemos que a responsabilidade ética e social está intercalada e, para obter esse conjunto e atender as demandas exigidas pela sociedade, deve estar pautada em princípios e valores adotados na sociedade onde está inserida,



isto é, a responsabilidade social de uma empresa se embasa no reflexo que essa instituição prega através da cultura de deveres éticos estabelecidos na sociedade.

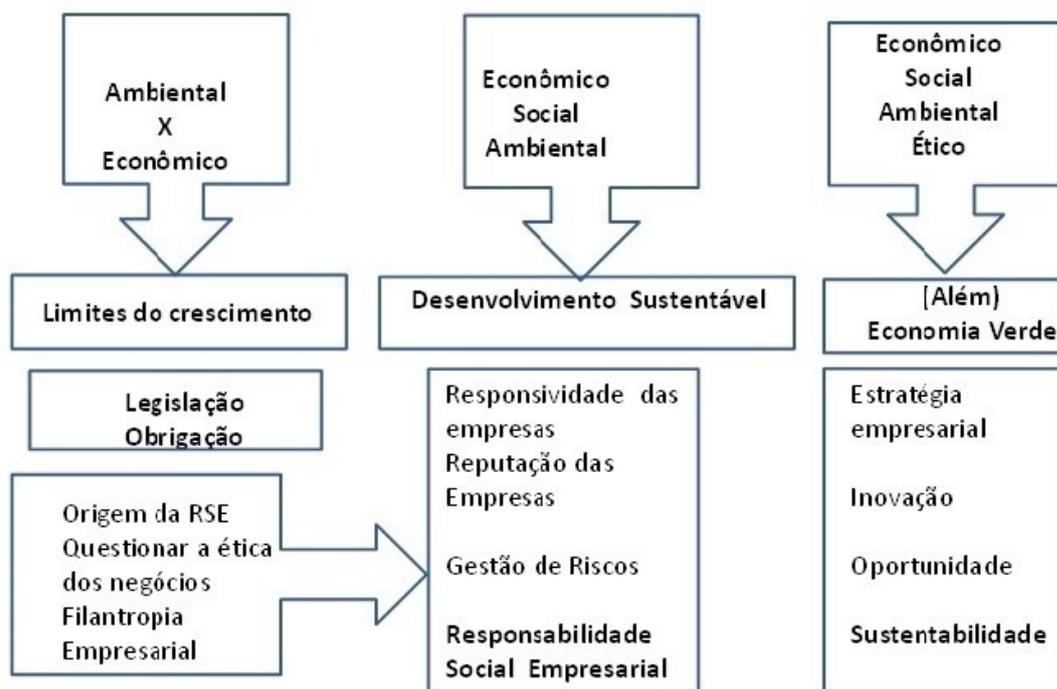
3.2. MODELOS DE EMPRESAS COM RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL

A sociedade em geral não aceita mais empresas que visam somente o lucro, desrespeitando as pessoas e/ou poluindo o meio ambiente. Para a autora, uma empresa

deve promover a responsabilidade social e ética através de meios sustentáveis. ARANTE (2002).

De acordo com Borges (2013), a aplicação de modelos sustentáveis é uma possibilidade de fazer negócios de uma maneira moderna, frente a novos parâmetros de empresas e demandas sociais. Um modelo aplicado baseado em princípios éticos e de transparência, traz uma perceptiva de longo prazo a organizações, pois atende a interesses de ambas as partes.

Modelo de empresa sustentável de Border (2013)



Elaborado por Borger (2013)



Segundo Frizzo (2014), as empresas precisam pautar sua responsabilidade em princípios éticos, independente de leis e normas, para que se legitimem perante a sociedade, dessa forma, estarão sendo socialmente responsáveis, tornando as normas e leis dispensáveis nesse sentido, pois a organização se mostra comprometida com o papel ético e social em relações aos seus stakeholders internos, obtendo um desenvolvimento sustentável e contínuo, preocupando-se com a essência humana.

Neste contexto, percebemos que se faz necessária uma postura de mudança e maior engajamento das empresas no que tange à responsabilidade ética e social empresarial. Principalmente em momentos de crise, nos quais a sociedade necessita de apoio, uma postura pautada na responsabilidade ética e social se traduz em reflexos positivos para a empresa e muda uma sociedade, ao atingir diretamente as pessoas. Por outro lado, percebemos que algumas instituições que se preocupam apenas com o lucro, em momentos de crise, acabam por falir ou manchar sua imagem ao não adquirir uma postura compatível com o exigido.

3.3. IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE ÉTICA E SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE;

Oliveira (2013), afirma que compreender a função de um negócio e o seu dever ético, sendo um dever essencial, pois atende as necessidades mais básicas de sobrevivência,

dessa visão advém a prosperidade social no mundo. Para o autor, a ética nos negócios deve obter interdependência, a partir da qual, modelos adequados sejam adaptados de acordo com a necessidade da empresa e das pessoas igualmente, sendo um mútuo cumprimento das partes envolvidas, cujo resultado ético é aquele que oferece maior resultado e utilidade para ambas às partes e equilíbrio nas relações, assim sendo, impor obrigações a todos os envolvidos, clientes, empresa e comunidade, é preservar os direitos das partes interessadas. Um negócio ético é aquele que proporciona benefícios para todos os envolvidos, direta ou indiretamente, sendo ciente do seu impacto no presente e no futuro, beneficiando a toda a sociedade.

Frizzo (2014), afirma que o princípio da responsabilidade pode fomentar eticamente o comportamento das empresas de maneira que seja visto como uma lacuna a ser preenchida.

O governo federal do Brasil criou uma página para que as empresas possam participar de doações e ajudas ao governo, o que até meados do mês de maio de dois mil e vinte, já tinha arrecadado 20,3 milhões em utilidades para ajudar o setor público no combate à pandemia do Coronavírus.

No Brasil e no mundo as mídias sociais têm disponibilizado tempo em sua programação para mostrar algumas ações realizadas por empresas para ajudar a minimizar os impactos da pandemia do Coronavírus. Um exemplo disso é o quadro



Solidariedade S/A da Rede Globo, no qual empresas mostram a campanha social desenvolvida e como esta vai impactar na sociedade. Em umas das reportagens ao Jornal Nacional, no dia 19 de maio de 2020, Roberto Funari, presidente da Alpargatas disse:

“Nós estamos atuando em duas frentes: o apoio às iniciativas e aos profissionais de saúde e o apoio às comunidades vulneráveis. Acreditamos que, com empatia e solidariedade, nós somos mais fortes para combater a pandemia do Coronavírus e seus efeitos”.

Para Rocha (2020), as empresas devem estar atentas aos direitos humanos, considerando também o direito à vida empresarial. Para a mesma, é ideal olhar para todos, sem distinção, considerando quais repartições da empresa serão afetadas, a curto e longo prazo, pelas medidas adotadas durante a pandemia. A valorização da saúde dos funcionários, assim como de toda a sociedade, passa a ser uma estratégia adotada para o negócio.

Neste contexto, todas as ações de responsabilidade ética e social produzidas pelas empresas devem ser coerentes, visto que estas estão sendo acompanhadas e visualizadas pela sociedade, assim sendo, qualquer erro pode ter um efeito negativo para as empresas. Dessa forma, essas ações devem ser analisadas e cumpridas à risca, a fim de que se atinja o objetivo desejado. Em momentos de crise, as empresas acabam englobadas no coletivo de instabilidades e

incertezas futuras, neste contexto, podemos perceber que há uma tendência de fortalecimento da responsabilidade ética e social.

4. CONCLUSÃO

A sociedade atual exige cada vez mais das empresas no que tange a questões relacionadas à ética social. Num contexto de enfrentamento de crises humanitárias, como a provocada pela pandemia do Coronavírus, percebe-se que a sociedade procura acompanhar o desenrolar das atitudes empresariais, positivas ou negativas. Não obstante, há ainda uma preocupação das empresas em cumprir sua responsabilidade ética e social, como forma de melhorar a qualidade de vida no meio onde se encontra inserida, em busca de melhorar a imagem, aumentando as chances de que a instituição torne-se perene.

Após a chegada de uma pandemia de proporção global, as empresas buscam a todo custo diminuir o impacto desta na sociedade. É notório que uma empresa já produz um bem social no momento em que é implantada, pois dela provem o desenvolver da sociedade, através da geração de renda, de conhecimento ou de sua cultura implantada, desenvolvendo pessoas e melhorando a qualidade de vida do meio no qual se insere. No entanto, é em momentos de pandemia, que se percebe sua contribuição mais efetiva neste campo de atuação, o que é de extrema relevância, principalmente em países subdesenvolvidos, nos quais nem todos têm



as mesmas condições de sobrevivência. Diante disso, vemos empresas se adaptando para produzir produtos de utilidade básica, que muitas vezes não fazem parte do seu mix de produtos, para fornecer a comunidades que, muitas vezes, nem água têm para a higienização pessoal.

Numa conjuntura pós-pandemia, acredita-se que há grandes possibilidades de uma ruptura quanto à consolidação do dever ético e social empresarial, o qual passa a abarcar uma visão para além da solidariedade ou melhoramento da imagem. Diante da análise realizada a partir do presente estudo, acredita-se que atitudes adotadas por esse meio, demonstram que as empresas passaram a entender a

responsabilidade ética e social como forma de crescimento, já que o recuo do consumo pela população traz grandes impactos nas suas receitas, estas passaram a adotar a responsabilidade ética e social como uma integração entre o público e o privado, no sentido de minimizar, manter ou prover o desenvolvimento da sociedade, expandindo seus horizontes, muito além dos muros que os cercam.

A pesquisa, no entanto, não tem por objetivo medir o desempenho e nem o percentual empresarial envolvido no engajamento social, o que fica como critério de sugestão para novos estudos envolvendo o assunto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTE, Eliane Cristina. *Ética Empresarial*. Instituto Federal do Paraná. Curitiba. 2012.
- ASHLEY Almeida et al. *ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NOS NEGÓCIOS*. Ed. Saraiva. São Paulo. 2005
- BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**. Ethos institucional. 2013.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. *O melhor de Peter Drucker: obra completa*. São Paulo, 2002.
- FRIZZO Fábio André. *Ética e responsabilidade social empresarial: uma análise a partir de Hans Jonas*. Dissertação de mestrado - programa de pós-graduação em filosofia. Caxias do Sul. 2014
- GARCIA, Christina, et al. **Synergismus scientifica UTFPR, Pato Branco, 01 (1,2,3,4) : 1-778. 2006**. Responsabilidade social empresarial no Brasil.
- Governo Federal já recebeu R\$ 20,3 milhões em doações para combater pandemia. <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/05/governo-federal-ja-recebeu-r-20-3-milhoes-em-doacoes-para-combater-pandemia>> Acesso 21-052020



- GRABOWSKI Gabriel Educação e ética no contexto do coronavírus.
<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2020/03/educacao-e-etica-no-contexto-do-coronavirus/>. acesso 21-04-2020.
- MARQUES, Felipe. A importância da ética e da responsabilidade social para o administrador.
<https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-etica-e-da-responsabilidade-social-para-o-administrador.2019>. Acesso 14-04-2020.
- Oliveira Cristiam Baldissera De. **O PADRÃO ÉTICO SATISFATÓRIO DE UM NEGÓCIO**.
Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia. 2013.
- ROCHA Liriane. Pandemia coloca em prova a responsabilidade social corporativa. *Jornal do Comercio: Jornal de economia e negócios do RS*.
https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/coronavirus/2020/03/732276-pandemia-coloca-em-prova-a-responsabilidade-social-corporativa.html Acesso 25-05-2020.
- SILVA, Danielly Fereira, LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Empresa e meio ambiente: contribuição da legislação ambiental. Tese de Doutorado Interdisciplinar em ciências humanas. Florianópolis. Sc. 2013.
- Solidariedade S/A: empresas doam equipamentos para profissionais de saúde
<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/19/solidariedade-sa-empresas-doam-equipamentos-para-profissionais-de-saude.ghtml>. Acesso 21-05-2020
- Zanitelli, Leandro Martins: **Capitalismo brasileiro e responsabilidade social empresarial**:
<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p83>. ISSN 2177-7055.

6. NOTA BIOGRÁFICA

Regiane Rodrigues de Q. Simi

Graduada em Administração, pelo Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG, com especialização em MBA em Administração Financeira Contábil e Controladoria na Univel Centro Universitário e especialização em Docência e Gestão de Ensino Superior na Universidade Paranaense - UNIPAR. Atualmente é sócia administradora da empresa Agrobi.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



UM ESTUDO LITERÁRIO DA PSORÍASE NA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES

DANIELE RAMOS GUEDES (danieleguedes.ap@gmail.com) – Mestranda do Curso em Saúde Pública pelo Instituto Ideia, Bacharel em Serviço Social no Instituto Macapaense de Melhor Ensino Superior –IMMES em 2007.

VALESKA REGINA SOARES MARQUES (valeska_br@hotmail.com) – Pós-doutora pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Americana. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Americana em 2015. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ - RJ em 1996.

RESUMO: **Introdução:** O presente artigo tem como objetivo descrever a qualidade de vida dos pacientes acometidos pela doença, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Psoríase é uma doença crônica autoimune e inflamatória, ou seja, a falha em uma divisão funcional do sistema imunológico chamada de autotolerância, que resulta em respostas imunes contra as células e tecidos, considerada uma das dermatoses mais frequentes na prática clínica. **Metodologia:** As doenças e as alterações que estas provocam no organismo, assim os portadores podem manifestar diferentes variantes, que apresenta um caráter multifatorial, que é causado por uma combinação de fatores ambientais e mutações em genes múltiplos com um forte componente genético. As áreas afetadas causam incômodos físicos e problemas sociais, tendo impacto negativo na qualidade de vida dos pacientes, pois mesmo não sendo contagiosos, os portadores sentem-se encabulados pela aparência provocada pelas lesões. **Resultados e Discussões:** Está é uma pesquisa de abordagem qualitativa com método exploratório do tipo bibliográfico onde se buscou artigos científicos assim como dissertações, livros, revistas, teses. **Conclusão:** A psoríase não tem cura, não há como prevenir a doença, embora seja possível controlar a reincidência, no entanto, o tratamento apenas mantém a doença em remissão melhorando o bem-estar do paciente, sendo que a escolha do tratamento vai depender da apresentação e severidade da doença, do custo benefício e da vontade por qualidade de vida do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: *Doença autoimune. Psoríase. Qualidade de vida..*



RESUMEN: Introducción: O presentar el artículo tiene como objetivo desacreditar la calidad de vida de dos pacientes afectados por la enfermedad, a través de una revisión sistemática de la literatura. Una iniciativa de salud crónica autoinpuesta e inflamatoria se indignó por una división funcional del sistema inmune llamada auto-tolerancia, que resultó en respuestas sin obstáculos contra las células de la piel, considerada una de las dermatosis más frecuentes en la práctica clínica. **Metodología:** como enfermedades y alteraciones que no causan un organismo, los portadores pueden presentar diferentes variantes, que tienen un carácter multifactorial, causadas por una combinación de padres y mutaciones ambientales en múltiples genes con un fuerte componente genético. Como las áreas afeitadas causan molestias físicas y problemas sociales, tienen un impacto negativo en la calidad de vida de dos pacientes, incluso si no son contagiosas, los usuarios son condenados a la apariencia causada por las lesiones. **Resultados y discusiones:** es un enfoque de investigación cualitativa, con un método exploratorio de tipo bibliográfico, donde se buscaron autores científicos, como disertaciones, libros, revistas, tesis. **Conclusión:** si tiene una cura, no prevenga la enfermedad, para poder controlar la recurrencia, no para tratarla o tratarla tan pronto como permanezca en remisión mejorando o para ser paciente, ya que depende de la presentación del tratamiento y la gravedad del caso, rentable y deseo por la calidad de vida del paciente.

PALABRAS CLAVES: *Enfermedad autoinmune. Soriasis. Calidad de vida.*



1. INTRODUÇÃO

A psoríase é considerada uma doença inflamatória crônica, relativamente comum, que se caracteriza pela presença de lesões eritematosas. No entanto, as lesões geram grande desconforto pois provocam coceiras gerando assim escoriações que podem gerar de inflamações a lesões severas.

Por ser uma doença autoimune a mesma não possui cura, mas possui tratamento, sendo que alguns casos o tratamento pode ser prolongado.

Como suas lesões geralmente ficam expostas, a pessoa acometida pode se sentir envergonhada, apresentando baixa autoestima, ansiedade, isolamento e até depressão. Devido a sua interferência na qualidade de vida das pessoas acometidas, recomenda-se o acompanhamento de psicoterapia.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo descrever o impacto da psoríase na qualidade de vida dos pacientes acometidos, por meio de uma revisão sistemática da literatura com vários autores que darão embasamento referente ao tema.

Está é uma pesquisa de abordagem qualitativa com método exploratório do tipo bibliográfico.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, do tipo exploratório com abordagem qualitativa, buscando informações através de revisão de literatura, sobre a temática, usando como meio de investigação a fundamentação bibliográfica por meio de fontes secundária de informações.

A revisão bibliográfica vem contribuir para conhecimento das informações já existentes sobre psoríase enfocando aspectos abordados por outros autores. Essa pesquisa foi realizada por meio do levantamento bibliográfico de artigos científicos em português e inglês publicados nas bases de dados da BVS, Pubmed e Scielo.

A busca de referências foi desenvolvida nos meses de janeiro a março de 2020. O recorte temporal utilizado se formou de 2000 a 2012. Em um primeiro momento, foram colhidas as informações gerais sobre a doença, e depois foram selecionadas aquelas mais relevantes para o trabalho. Sendo assim, tem-se a descrição da psoríase, e informação sobre a qualidade de vida.

A coleta de dados foi realizada a partir da leitura exploratória e leitura seletiva (leitura das partes mais importantes de cada artigo feito de maneira mais aprofundada).



3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A psoríase vulgar é uma doença inflamatória crônica relativamente comum que afeta cerca de 2-3% da população geral e é caracterizada pela hiperproliferação de queratinócitos secundária para a ativação do sistema imunológico (SABBAG, 2012). Acomete indivíduos geneticamente predispostos e apresenta vários subtipos, é caracterizada pela presença de lesões eritematosas, é um sinal clínico presente em várias patologias e caracterizado por um rubor da pele ocasionado pela vasodilatação capilar, descamativas, fronteira irregular ou placas bem definidas, afetando principalmente os cotovelos, joelhos, couro cabeludo e tronco (SOLIS et al., 2012).

As lesões causam desconforto ao acometido, pois quando está ativa a doença provoca coceira incontroláveis e é um sintoma que causa um importante desconforto e provoca escoriações que podem se tornar inflamadas, degradação cutânea e possivelmente infecções secundárias e podendo causar lesões severas.

Por ser uma doença normalmente exposta, deixa o acometido envergonhado e com baixa autoestima perante a família e amigos, podendo ainda agravar os casos e até mesmo a ansiedade e o isolamento, sendo a psoríase uma doença sem cura, apenas com tratamento para controlá-la (OYAFUSO; BORTOLETTO, 2012). Embora afete, principalmente a pele e unhas, pode causar uma doença sistêmica, ou seja, que afeta uma série de órgãos ou tecidos ou que afeta o

corpo humano como um todo, e está muitas vezes associada a outros distúrbios clínicos.

Muitas vezes afeta a qualidade de vida e requer tratamento prolongado levando-o a sintomas de depressão, baixa autoestima, isolamento social, problemas no trabalho e em outros círculos sociais., o que pode trazer elevados impactos psicológico, social e econômicos, dermatologistas e psicólogos concordam no que tange ao tratamento da psoríase, salientando que, além da intervenção medicamentosa, é recomendável a psicoterapia cognitivo-comportamental como estratégia para controle ou melhora da doença (PEREIRA et al., 2012).

Essa patologia vem sendo estudada por muitos pesquisadores e cientistas no que se refere ao impacto na qualidade de vida, pois alguns fatores podem influenciar ainda mais nesse processo, como a localização das lesões e a atitude do doente e também possui associação com doenças psiquiátricas, à depressão e ansiedade, incluindo ideações suicidas, além de metade dos pacientes apresentarem sentimentos de depressão e de ansiedade sobre o diagnóstico (TORRES et al, 2011, p. 46). Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo descrever o impacto da psoríase na qualidade de vida dos pacientes acometidos, por meio de uma revisão sistemática da literatura com vários autores que darão embasamento referente ao tema.

De acordo com Carvalho (2005), o excesso de lesões cutâneas aumenta a incapacidade do corpo humano, pode ser definida pela dificuldade ou pela necessidade



de ajuda para o indivíduo executar tarefas cotidianas básicas ou mais complexas, necessárias para a vida independente na comunidade e tarefas relacionadas à mobilidade e além de um elemento que gera dificuldade em se manter relações sociais, principalmente quando se trata da forma articular que apresenta a “artrite psoriásica”, ou seja, pode causar inflamação em várias articulações, simultaneamente às lesões da pele, ou não. Hoje, este problema dermatológico já é considerado como uma doença autoimune, pois, embora os sintomas dependam da condição, existem sintomas comuns à maioria das doenças autoimunes, como febre pouco elevada e fadiga.

Na visão do autor esse entendimento faz chegar à conclusão que a psoríase não fica limitada somente à pele e que, devido ao fato de se tratar de um problema crônico imunomediada, pois, são acarretados vários problemas como hipertensão, ansiedade e até mesmo o suicídio e o grande número de mortes devido à morbimortalidade ligado à psoríase se relaciona a certo mecanismo inflamatório conhecido como multissistêmico, uma doença que afeta todos os sistemas do corpo (CARVALHO, 2005).

Segundo Marques; Rodrigues, (2012), a qualidade de vida envolve desde o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, e também a saúde, a educação e outros parâmetros que afetam a vida humana é baseada na percepção do indivíduo sobre sua vida e perpassa no contexto da cultura e no sistema de valores que está inserido, relacionados a seus objetivos, expectativas e preocupações.

Entretanto, a psoríase pode se tornar uma barreira, seja no aspecto físico, emocional, social ou pessoal, sendo fonte de sentimentos negativos como medo e frustração da pessoa acometido pela doença. Onde a vivência do adoecimento vai além das consequências biológicas e exige reorganização de atividades rotineiras e readaptação social, necessitando uma abordagem biopsicossocial e multiprofissional que atenda às necessidades do paciente em sua totalidade, acompanhamento interdisciplinares para ajudar no tratamento da pessoa. SANTOS (2013).

O tema abordado é de suma relevância, pois, as os pacientes passam por situações constrangedoras, visto que algumas pessoas acham que a doença é contagiosa, pela falta de conhecimento sobre as doenças de pele, o que leva ao preconceito. Sendo que o estudo deixa claro que mesmo sabendo as causas e as consequências da doença, a pessoa que sofre de psoríase passa por grandes mudanças na vida, tanto na área psicossocial, nas atividades que costuma realizar todos os dias, como nos relacionamentos sociais e interpessoais, embora a doença tenda a ter uma evolução muito tranquila (KRUEGER et al., 2000; ARRUDA et al., 2001). A psoríase atinge uma média de 2% de toda a população do mundo (SCHAEFER et al., 2008; ICEN et al., 2009).

Para Marques; Rodrigues, (2011) enfatizam que a psoríase é uma doença inflamatória crônica da pele, que provoca lesões aparentes no corpo, cientistas acreditam que o isolamento social decorrente



dele ajuda a explicar por que os índices de hipertensão, diabetes, sobrepeso e obesidade são maiores entre os psoriáticos do que entre a população em geral, já que eles praticam menos atividade física cuidam menos da própria saúde.

Contudo, conforme os autores isso interfere na qualidade de vida, principalmente na realização das atividades diárias como foi mencionado não realizam como deveriam, a maioria dos pacientes sofrem situações de discriminação por parte de pessoas que não tem conhecimento em relação a doença, que na qual torna um fator relevante no aspecto psicossocial destes indivíduos que também relataram sentimentos negativos acerca da aparência física e de discriminação social.

4. CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos com a elaboração desse artigo com embasamento de vários teóricos que deram suporte na literatura, é possível concluir que pacientes que são acometidos com a psoríase têm comprometimento na sua qualidade e estilo de vida, muitas vezes sendo difícil para realização de algumas atividades e até mesmo uma boa alimentação. Foram relatados nos estudos, principalmente no que se refere à autoimagem e realização das atividades da vida diária, além do preconceito advindo de pessoas que pensam que a psoríase é uma doença contagiosa e transmitida fácil.

O estudo sendo é de suma importância pois os pacientes necessitam de uma atenção psicológica mais efetiva, pois estes precisam aprender a conviver com os prejuízos decorrentes da patologia, que deixam marcas na alma e mesmo não havendo uma cura definitiva existe um conjunto de tratamentos eficazes para o controle da psoríase e o sucesso destes também depende da adesão dos pacientes primeiro, em aceitar a doença e segundo realizar o tratamento conforme cada caso e situação de cada paciente e terceiro viver uma vida normal, por isso a informação e a educação dos pacientes são fatores essenciais que fazem a diferença nos resultados clínicos.

Estudos como este, visam contribuir para a pesquisa científica e, conseqüentemente, para a sociedade em geral. Discutir sobre o quanto é importante conhecer a fisiopatologia de uma doença, antes de qualquer julgamento e, principalmente, saber conviver naturalmente com pessoas portadoras com a patologia. E a partir das informações obtidas na literatura fica evidente que ainda existem muitas questões a serem investigadas sobre a psoríase para que possam ser compreendida, considerando que a psoríase provoca em muitos casos estigmatização e discriminação, de modo que ocorra um impacto negativo na qualidade de vida do paciente, principalmente por desconhecimento da patologia pela sociedade, mais ações de sensibilização deveriam ser realizadas para o esclarecimento da população de forma a diminuir o sofrimento emocional desses pacientes.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, LHF. et al. The impact of psoriasis on quality of life. **British Journal of Dermatology**, v. 144, n. 58, p.: 33-36, 2001.
- CARVALHO, MHC (ed.). I Diretriz Brasileira de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome Metabólica. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 84, n. 1, p: 3-28, 2005.
- **CONSENSO BRASILEIRO DE PSORÍASE.** 2012. Disponível em:
http://www.ufrgs.br/textecc/traducao/dermatologia/files/outros/Consenso_Psoríase_2012.pdf. Acesso em: 10. setembro. 2019.
- MARQUES, P. P.; RODRIGUES, C. D. S. Qualidade de vida de pacientes com psoríase: avaliação do índice de incapacidade. **Arquivos de Ciência da Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 73-6, 2011. Disponível em: <[http://repositorio-racsfa.merp.br/racs_ol/vol-18-2/IDT%20%20-%20abr-jun h% 2020 11.pdf](http://repositorio-racsfa.merp.br/racs_ol/vol-18-2/IDT%20%20-%20abr-jun%20h%202011.pdf)>. Acesso em: 20. setembro. 2019
- OYAFUSO, L. K. M.; BORTOLETTO, M. C. C. **Qualidade de vida e psoríase.** Consenso Brasileiro de Psoríase.
- PEREIRA, L. et al. **Associação entre a psoríase e fatores de risco para doenças cardiovasculares.** In: Semana Científica, 31. 2012, Porto Alegre: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, 2012, p.4-8. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/38363>>. Acesso em: 15. setembro. 2019.
- SABBAG, C. Y. **A Pele Emocional – Controlando a Psoríase.** São Paulo: Iglu Editora LTDA, 2012.
- SANTOS, M.A.L. et al. Perfil clínico-epidemiológico de pacientes com psoríase. **Rev. Para. Med.** [periódico na internet]. 2013 [citado em 10 outubro 2019]. Disponível em:
<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind>.
- SCHAEFER, I. et al. Prevalence of skin diseases in a cohort of 48,665 employees in Germany. **Dermatology**, v. 217, p.:169-72, 2009.
- SOLIS, A. et al. Estado nutricional e consumo alimentar de pacientes com psoríase dos tipos sistêmica e artropática sistêmica associada. **Einstein**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 1-9, 2012.



- TORRES, R. A. T et al. Comparação entre questionários de qualidade de vida e sua correlação com a evolução clínica de pacientes com psoríase. **Anais Brasileiro de Dermatologia**, v. 86, n. 1, p. 45-49, 2011..

6. NOTAS BIOGRÁFICAS

Daniele Ramos Guedes

Bacharel em Serviço Social no Instituto Macapaense de Melhor Ensino Superior –IMMES em 2007, Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior e Práticas Pedagógicas em Educação Especial pela Faculdade Atual, 2012. Mestranda do Curso em Saúde Pública pelo Instituto Ideia, atualmente docente Instituto Macapaense de Melhor Ensino Superior –IMMES e Assistente Social na área da Saúde no Município de Ferreira Gomes - Macapá, Amapá.

Prof^a Dr^a Valeska Regina Soares Marques

Pós-Doutora pela UNIBE, Doutora em Saúde Pública pela Universidade Americana. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Americana em 2015. Graduada em Medicina Veterinária pela UFRRJ – RJ em 1996. Especialização em Docência do Ensino Superior, Epidemiologia. Atualmente é docente pelo Instituto Ideia e Médica Veterinária autônoma.



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



CONVIDADO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL

ANDRÉA LUIZA DE SOUZA CARDOSO PIEROTT (andreapierott@gmail.com) – Pedagoga da EMEB Alzira Gomes – Vargem Alta/ES, Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana, Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd - BR, Aluna do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR.

RESUMO: A violência no Brasil cresce em todas as esferas, sem distinção de raça, cor, nacionalidade ou classe social, e em relação as crianças no ceio Familiar não é diferente, onde a criança deveria encontrar segurança, amor, carinho, atenção, zelo, vemos um panorama bem diferente, as famílias além de se ausentarem por motivos diversos negligenciam de forma absurda, com desprezo e covardia.

Á violência acontece de forma e de vários tipos, por motivos diversas muito das vezes até banais, e a criança acaba sendo vítima, as consequências são imediatas refletem no seu comportamento e desenvolvimento físico, emocional, sexual, psicológica, em todos os campos possíveis e imaginários, as acreções não tem nomes tornam-se anônimas somente a criança pode nomear pois, quem não passa por tal situação, não tem a real dimensão de tais fatos, somente quem é submetida tais repugnantes atos.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, Violência, Família, Cuidados.

RESUMEN: La violencia en Brasil crece en todos los ámbitos, sin distinción de raza, color, nacionalidad o clase social, y en relación a los niños en la Cena Familiar no es diferente, donde el niño debe encontrar seguridad, amor, cariño, atención, celo, vemos. En un escenario muy diferente, las familias, además de estar ausentes por diferentes motivos, lo descuidan de forma absurda, con desprecio y cobardía.

La violencia se da de diversas formas, por diferentes motivos, a veces incluso banales, y el niño acaba siendo víctima, las consecuencias son inmediatas y se reflejan en su comportamiento y desarrollo físico, emocional, sexual, psicológico, en todos los campos posibles y imaginario, las acreditaciones no tienen nombres se vuelven anónimos solo el niño puede nombrar porque, quien no pasa por tal situación, no tiene la dimensión real de tales hechos, solo quien es sometido a actos tan repugnantes..

PALABRAS CLAVES: Niño, Violencia, Familia, Cuidado.



1. INTRODUÇÃO

O presente estudo se fará através de pesquisa bibliográfica, mormente em doutrinas, artigos científicos, monografias e internet, objetivando transcorrer sobre um tema muito decorrente na sociedade, porém discutido.

A violência doméstica infantil se constitui, atualmente, na maior causa de morte de jovens e crianças entre 5 e 19 anos, sendo que a maior parte das agressões ocorre no núcleo familiar.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) de hora em hora uma criança é vítima de alguma forma de violência doméstica, ou morre queimada, torturada, espancada, abusada pelos próprios pais. Dados mostram que parte dessas situações ocorre no ambiente doméstico e na sua maioria tem como autores pessoas do círculo familiar e de convivência (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019).

É desafiador conviver e viver com tal realidade, mas infelizmente é o que muitas crianças são submetidas dentro do lar, por conta de um poder que agride em todas as esferas do ser humano, sem compaixão, com sofrimento e dor, onde tem quem manda e quem obedece sem direito de reivindicar ou se quer falar.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu Art. 5º, preconiza claramente: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, exploração,

violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais", ele não garante a inexistência de expressões comportamentais e relacionais constatadas na realidade das crianças. As diferentes formas de violência flagradas contra a criança operam em diferentes culturas e classes sociais e preocupam filósofos, sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais.

Quando falamos em criança vem em nossa mente um ser pequeno, delicada, frágil, com um sorriso no rosto.

Recuperar o ser poético que é a criança só é possível quando os professores se percebem como pessoas capazes de viver o estranhamento, que é o ser da poesia, quando o professor descobre nele mesmo o prazer da criação (MOREIRA, 1993).

Mas embora tudo pareça lindo, na realidade muito das vezes nos enganamos, essa criança frágil é na realidade um ser grande e forte, fomenta tristeza e sustenta um das mais vil realidade no contexto familiar.

Diz-se criança, em razão da pouca idade, ainda não fala. O infante não se confunde com o menino. O infante deixa de ser infante no momento em que começa a falar de forma inteligível (HOUAISS, 2001).

O papel da família entre outras é ser mediadora entre a criança e a sociedade, possibilitando assim seu desenvolvimento cognitivo infantil, mediado pelas relações e a sociedade como um todo, surgindo assim um novo núcleo familiar, constituída pelos pais e



filhos, com algumas transformações no decorrer de sua formação que vão influenciar diretamente na sociedade.

Concordo com a fala de Bronfenbrenner e Ceci (1994), quando diz que “a família, independentemente de sua configuração, torna-se um contexto de desenvolvimento primordial, no qual as interações pais/criança são fundamentais para efetivar os processos proximais motores essenciais do desenvolvimento, tais como as atividades de alimentar, confortar, cuidar e brincar”.

A violência pode ser considerada como uso da força física ou de poder, ou ameaça contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A violência, para Chauí (1985), é a ação que trata o ser humano não como sujeito, mas como objeto.

Tanto a violência extrafamiliar praticado por adultos conhecidos ou não, como intrafamiliar praticados por membros da família podem se manifestar de muitas formas, porém não se justifica, pois as condições peculiares de desenvolvimento desses cidadãos os colocam em extrema dependência de pais, familiares, cuidadores, do poder público e da sociedade.

Segundo Venturini, Bazon, e Biasoli-Alves (2004), a violência intrafamiliar, mostram que os pesquisadores têm enfatizado que ela é a expressão do abuso de poder dos pais ou responsáveis, que coisificam as crianças e os adolescentes, fazendo deles objetos e

desrespeitando os seus direitos fundamentais.

A violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes é uma prática histórica na sociedade brasileira, presente em todos os segmentos sociais.

Segundo Santos, Neumann, e Ippolito (2004), violência é um ato imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes, podendo ser intrafamiliar, extrafamiliar ou institucional.

Concordo com Faleiros e Faleiros (2008), quando diz que “casos de abusos sexuais, mais do que estabelecer o parentesco, é importante identificar o grau de autoridade do (a) autor (a) da violência sobre a vítima, pois evidencia a relação de poder e dominação estabelecida”.

É desafiador conviver e viver com tal realidade, mas infelizmente é o que muitas crianças são submetidas dentro do lar, por conta de um poder que agride em todas as esferas do ser humano, sem compaixão, com sofrimento e dor, onde tem quem manda e quem obedece sem direito de reivindicar ou se quer falar.

“O poder familiar constituiu um múnus público, isto é, uma espécie de função correspondente a um cargo privado, sendo o poder familiar um direito-função e um poder-dever, que estaria numa posição intermediária entre o poder e o direito subjetivo” (DINIZ, 2014 apud SILVA et al., 2015).



A pertinência do estudo dar-se-á na visão do sofrimento indescritível que a violência doméstica infantil imputa às suas vítimas, muitas vezes ou em sua maioria em silêncio, a comprovação da negligência e o abuso sexual, impossibilitando um bom desenvolvimento físico e mental da vítima e por ser um tema de pouca pesquisa.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2001) menciona que a identificação da negligência no nosso meio é complexa, no entanto, independente da culpabilidade do responsável pelos cuidados da vítima, é necessária uma atitude de proteção em relação a esta.

Ainda que os pediatras enfatizem a perspectiva clínica das situações definidas como negligência infantil, não se pode deixar de destacar as considerações de Zyngier e Scheper-Hughes (1991), ao afirmar que “quando uma criança pobre é negligenciada e morre no Brasil, não se pergunta quem a negligenciou. Todos o fizeram”.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória com análise bibliográfica acerca do tema apresentado. Utilizou-se a revisão bibliográfica, a fim de trazer fundamentação científica às discussões realizadas. Buscaram-se como material bibliográfico, artigos científicos encontrados no banco de dados do Google Acadêmico e Scielo.

Os artigos foram previamente selecionados através da leitura de seus títulos e posteriormente foi realizada uma leitura crítica e reflexiva dos resumos a fim de eliminar os artigos que não correlacionavam com o objetivo deste trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Cavalcanti (2005), violência em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma forma de violação dos direitos essenciais do ser humano.

A violência doméstica ocorre no núcleo familiar, por parte de qualquer membro da família como maridos, amantes, filhos, namorados, parentes próximos, que tenham algum tipo de relacionamento ou vínculo.

Conforme Mirabete (2009), a lesão corporal grave configurada como violência doméstica é o ato de ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem praticada em circunstâncias despeito às relações de parentesco, conjugais ou de convívio familiar ou doméstico.

Segundo Caravantes (2000), a violência intrafamiliar pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que resulte em



dano físico, sexual, psicológica, social ou patrimonial de um ser humano, onde exista vínculo familiar e um relacionamento íntimo entre a vítima e seu agressor.

A principal diferença entre violência doméstica física e psicológica é que a física envolve atos de agressão corporal à vítima, enquanto que a psicológica se dá por agressão de palavras, gestos, olhares, sem necessariamente ocorrer o contato físico, com isso agravando substancialmente os sentimentos e emoções das crianças, e conseqüentemente o seu desenvolvimento em todos os campos, o mais inaceitável é às vezes ver e ouvir essas crianças sendo criticadas e julgadas pelo seu comportamento e atitude que atores julgam ser inaceitáveis dentro do contexto familiar e social.

Conclui-se que a violência pode ser compreendida como toda participação ou omissão com natureza de inibir ou violentar a pessoa, provocando lesões físicas, psicológicas e morais. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), ela pode ser definida como toda ação ou omissão acometida por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e adolescente, causando danos físicos, morais e psicológicos.

3.1. TIPOS DE VIOLÊNCIA E DEFINIÇÕES

Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) e estudiosos que trabalham com essa vil realidade, a violência doméstica se divide em:

Entende-se por violência física quando alguém causa ou tenta causar prejuízo, por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que pode provocar lesões internas como, hemorragias, fraturas e externas como, cortes, hematomas, feridas. Ainda que a omissão seja o tipo mais comum de maus tratos em crianças, alguns autores indicam o abuso físico como mais frequente (BRASIL, 2001).

Segundo Silva (2002), “A violência física corresponde a um conjunto de atos de força que tem como objetivo causar lesão, deixando marcas perceptíveis ou não”.

Concordo com Silva (2002) quando afirma que: Abuso/violência física: são atos de agressão praticados pelos pais ou responsáveis que podem ir de uma palmada até ao espancamento ou outros atos cruéis que podem ou não deixar marcas físicas evidentes, mas as marcas psíquicas e afetivas existirão. Tais agressões podem provocar: fraturas, hematomas, queimaduras, esganaduras, hemorragias internas etc. e, inclusive, causar até a morte.

Considera-se violência sexual toda ação na qual uma pessoa, em condições de poder, obriga outra a praticar relações sexuais contra a vontade própria, por meio da força física, da influência psicológica como, coação, amedrontamento, ou uso de armas ou drogas, tem por definição qualquer atividade sexual, inclusive intercurso vaginal/anal, contato gênito-oral, contato gênito-genital, carícias em partes íntimas, masturbação,



exposição a pornografias ou a adultos mantendo relações sexuais (BRASIL, 2001).

De acordo com Azevedo e Guerra (2001) apud Rosas e Cionek (2006) a violência sexual é considerada assédio sexual ou violação da intimidade, atingindo a sexualidade sem o consentimento da pessoa agredida, deixando não apenas marcas físicas e psicológicas, podendo contaminar-se com infecções sexualmente transmissíveis e gravidezes não desejadas.

O abuso/violência sexual corresponde a qualquer ato sexual abusivo praticado contra a criança e adolescente. É o tipo de violência praticado por pais, responsável ou qualquer pessoa, que envolve relações sexuais não desejadas, sendo a criança ou adolescente obrigado a sujeitarem-se ao ato violento (BRASIL, 2001).

O abuso sexual infantil tem por definição qualquer atividade sexual, incluindo intercurso vaginal/anal, contato gênito-oral, contato gênito-genital, carícias em partes íntimas, masturbação, exposição a pornografias ou a adultos mantendo relações sexuais (BRASIL, 2001).

Entende-se por Negligência a falta de capacidade, de um ou mais membro da família, com quem mais necessita de apoio por motivos diversos como idade ou outra condição específica, permanente ou temporária, tem origem na falta de cuidados, onde a falta de zelo acerca dos cuidados físicos, sociais e emocionais passam a gerar

grande prejuízo à formação da criança e do adolescente (BRASIL, 2001).

Segundo Silva (2002), este tipo de violência doméstica pode se manifestar pela ausência dos cuidados físicos, emocionais e sociais, em função da condição de desassistência de que a família é vítima. Mas também pode ser expressão de um desleixo propositadamente infligido em que a criança ou o adolescente são mal cuidados, ou mesmo, não recebem os cuidados necessários às boas condições de seu desenvolvimento físico, moral, cognitivo, psicológico, afetivo e educacional.

Vagostello (2002), ao relatar um estudo de caso de uma criança negligenciada pela mãe, destaca que a negligência se constitui na porta de entrada para a manifestação de outras formas de violência contra crianças e adolescentes. De acordo com essa autora, os sinais frequentes de negligência podem ser observados em crianças que apresentam: atraso no desenvolvimento psicomotor, desnutrição, doenças crônicas devido à falta de cuidados adequados, ausência de limites comportamentais e maior envolvimento em acidentes domésticos repetitivos.

Entende-se por violência psicológica a ação ou omissão que causa ou tem intenção de causar dano à autoestima, à identidade ou a formação da pessoa, tal como, ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, marginalização, exploração, repreendida e criticada pelo desempenho sexual, cárcere privado provocando o isolamento de amigos e família. Dentre as



modalidades de violência, é a mais difícil de ser distinguida (BRASIL, 2001).

Algumas mães no pretexto de educar filhos submetem-os a humilhação, vergonha, faz uso de palavras de baixo calão, faz comparações, chantagem, reclama, grita entre outras, tentando impor de forma frustrante e abusiva respeito e disciplina, prejudicando assim sua autoconfiança e autoestima.

Conforme Faleiros e Faleiros (2008), muitas das agressões e violências praticadas por pais ou responsáveis contra filhos, crianças e adolescentes são, em geral, justificadas como medidas educativas utilizadas como meio de correção.

Segundo Capez (2009) “Tal excesso tanto pode consistir em violência física castigo corporal como moral ameaçar, aterrorizar a vítima. Ressalte-se que a lei não veda a utilização dos meios de correção ou disciplina, mas tão somente o seu uso imoderado”.

Por ser frequente e corriqueira ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio (BRASIL, 2001).

Segundo Azevedo e Guerra (2001) apud Rosas e Cionek (2006), violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano emocional, diminuindo a autoestima, à identidade ou desenvolvimento da criança e do adolescente.

O trabalho infantil, também é classificado como violência contra a criança e adolescente é formatado por todo trabalho desempenhado pelos pequenos, está presente nos mais diversos ambientes: públicos, privados, domiciliar, comercial, ou seja, em todos os seguimentos da sociedade.

Segundo Silva (2002), este tipo de violência contra crianças e adolescentes tem sido atribuído à condição de pobreza em que vivem suas famílias, que necessitam da participação dos filhos para complementar a renda familiar, resultando no processo de vitimação. [...] A exploração de que são vítimas essas crianças e esses adolescentes configuram uma forma de violência doméstica/intrafamiliar tanto pela maneira como são estabelecidas as condições para que o trabalho infantil se realize como pelo fim a que se destina: usufruir algo obtido através do abuso de poder que exercem, para satisfação de seus desejos, novamente desconsiderando e violando os direitos de suas crianças e de seus adolescentes.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) diferencia estes quatro tipos de violência, porém não se pode negar que elas estão intrinsecamente ligadas.

Fica evidente que a violência doméstica tem se transformado numa forma cada vez mais brutal de violência contra crianças, mesmo que esta já possa contar com atendimento especializado. À primeira vista parece haver, uma contradição, já que se espera que a existência de serviços de apoio resulte na redução da demanda.



Contudo, observa-se que a violência tem se agravado tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, as vítimas têm sofrido agressões, físicas, emocional, psicológica e sexual, cada vez mais severas que ocasionam mortes ou sequelas graves que a criança leva por toda sua existência, impossibilitando-a de ter tranquilidade e qualidade de vida.

3.2. CAUSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Devido algumas características pesquisas apontam as causas da violência doméstica tais como:

Padrão Sociológico - Que considera que o abandono físico é uma consequência de situações de carência econômica ou de situações de isolamento social (WOLOCK; HOROWITZ, 1984).

Padrão cognitivo - Que entende o maltrato como uma situação de desproteção como consequência de distorções cognitivas, expectativas e percepções inadequadas dos progenitores/cuidadores em relação aos menores no seu encargo (LARRANCE; TWENTYMAN, 1983).

Padrão psiquiátrico - Que considera que a violência infantil é uma consequência da existência de psicopatologia nos pais (POLANSKY et al., 1985).

Padrão do processamento da informação - Que considera a existência de um estilo peculiar de processamento nas famílias com

menores em situação de abandono físico ou negligência infantil (CRITTENDEN, 1993).

Padrão de compreensão do estresse - Que faz referência à forma de avaliar e compreender as situações e/ou sucessos estressantes por parte destas famílias (HILLSON; KUIPER, 1994).

3.3. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Não só para a criança, mas para nós seres humanos, o lugar de melhor aconchego, seguro e acolhedor é nossa casa, porém para essas crianças os lares a casa em si se torna um lugar de repudio e desprezo, tornando-se um calvário o retorno para a mesma, o fato de ter que lidar com o agressor a expõe situações extremamente desagradáveis, colocando-a ainda mais em situação de risco e desamparo.

Segundo Dias (2013), o fato de conviver com seu agressor e enfrentar o pacto do silêncio, os estilos parentais disfuncionais ou mesmo a redes de apoio ineficazes, são fatores de risco e podem apresentar consequências extremamente prejudiciais ao seu desempenho escolar, no desenvolvimento e nas relações sociais a curto e em longo prazo.

Dias (2013) descreve as consequências que podem surgir em curto prazo em: pesadelos repetitivos, raiva, culpa, vergonha, medo, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e sentimentos de estigmatização.



As perdas em longo prazo também podem ocorrer e dão-se “no aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida, fobias mais agudas, níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa, cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade, redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais” (DAY et al., 2003).

Concordo com Maldonado e Williams (2005) quando “chamam a atenção para algumas diferenças comportamentais apresentadas pelas crianças, segundo o gênero, como consequência da violência intrafamiliar. Existe um maior índice de internalização de comportamentos-problema em meninas expostas à violência familiar. Em contraste, os meninos apresentam maior externalização dos comportamentos-problema. A externalização normalmente ocorre por meio de comportamentos agressivos, que quando possui uma alta continuidade entre crianças que apresentam transtorno opositivo nos primeiros anos pré-escolares e nos adolescentes transtornos de conduta”.

A criança em formação física e mental necessita de condições que favoreçam seu desenvolvimento, por se encontrarem em um período vulnerável o acompanhamento psicológico torna-se fundamental, na proporção que são assistidas as vítimas vão sinalizando avanços na recuperação através da confiabilidade e segurança, pois é fato que o psicólogo desperte tal sentimento nas mesmas.

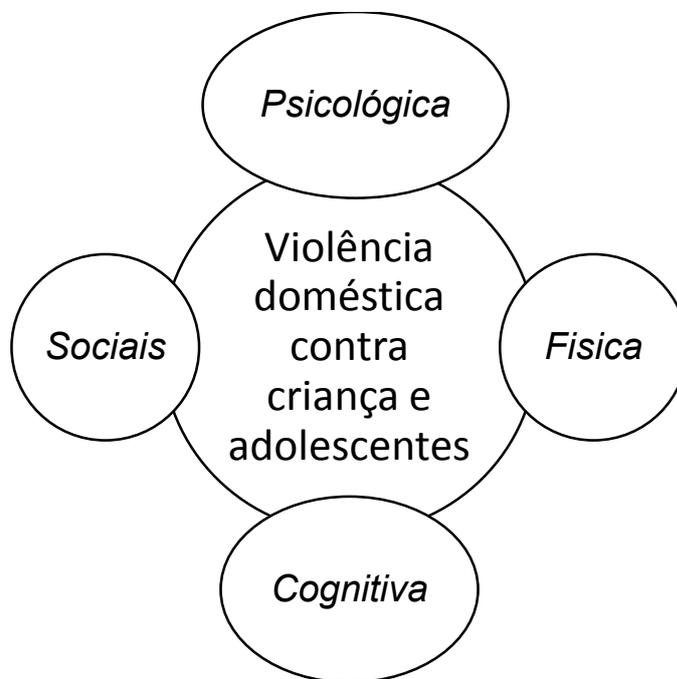
Segundo Cogo et al. (2011), o psicólogo deve acolher a criança e oferecê-la um ambiente seguro, para que esta perceba a atenção e a credibilidade deste profissional, e assim sintam-se à vontade para relatar seu caso. Uma criança bem acolhida e sentindo a confiança no profissional, poderá deixar transparecer seus reais sentimentos e detalhes vividos em sua experiência.

Pesquisas revelaram que a exposição de crianças e adolescentes à violência doméstica pode trazer consequências múltiplas e severas às vítimas. Estudos comprovaram que a violência afeta o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo das vítimas, interferindo negativamente no seu bem-estar e qualidade de vida, e as sequelas podem persistir ao longo da fase adulta (GARBIN et al., 2012).

Observe na figura abaixo como os estudos podem ser sistematizados.



Figura 1 - Consequências da violência doméstica para a formação da criança e do adolescente



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Contudo não se pode traçar um único fator para os sintomas que as crianças apresentam quando são submetidas a qualquer forma de violência doméstica, o choque de sua exposição direta ou indiretamente as situações abusivas, evidenciam fatores de risco sucedendo problemas de saúde em geral, em todos os seguimentos, num futuro próximo.

Para alguns autores a resposta da violência doméstica dar-se-á por:

Sintomas como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (XIMENES; OLIVEIRA; ASSIS, 2009);

Condutas desafiadoras, transtornos de conduta, comportamento transgressor (PESCE, 2009);

Suicídio, drogadição, tabagismo, alcoolismo, distúrbios psicossomáticos, automutilação, distúrbios alimentares, distúrbios afetivos (MAIA; BARRETO, 2012);

Falta de concentração na escola, distúrbios de sono, hiper vigilância (XIMENES; OLIVEIRA; ASSIS, 2009);

Baixa autoestima, falta de confiança e isolamento (PRADO; PEREIRA, 2008).



De acordo com Assis et al. (2009), a violência que ocorre no âmbito familiar eleva até três vezes o risco de adolescentes apresentarem problemas mentais em comparação com aqueles expostos à violência urbana; isso indica a importância da relação familiar no desenvolvimento de boas condições de saúde mental para as crianças e adolescentes.

As consequências atingem proporções avassaladoras, deixando sequelas pra toda vida, a importância e a gravidade delas vão depender de alguns fatores como:

- Veemência e frequência do abuso e maltrato
- Perfil da criança como, idade, gênero, sensibilidade, potencialidades entre outras
- Uso de violência física ou não
- Conexão da criança com o agressor
- Acompanhamento intrafamiliar à vítima infantil
- Relação com do órgão competente com os serviços de ajuda médica e social.

As crianças em formação podem ser observadas com algumas alterações não positivas como, insônia, baixo auto estima, alteração na alimentação, pesadelos, descontrole dos esfíncteres, problemas psicossomáticos e alterações psicomotoras entre outros.

Observa-se em crianças e adolescentes comportamentos de auto mutilação, depressão, desmotivação, culpa, vergonha,

agressão, rejeição ao corpo, bipolaridade, desvio de comportamento e caráter, consumo de drogas lícitas e ilícitas, dificuldade de socialização, baixo rendimento, escolar e outros.

Estudos mostram que o comportamento dessas crianças que sofrem violência domésticas quando adultas tendem a se repetir, passando de uma geração para outra.

4. CONCLUSÃO

Fato é que muitos acontecimentos por mais discutidos, estudados, diagnosticados, pesquisados e relevantes jamais serão solucionados, ou determinantes com um fim, pois são situações e ações que independem de nós pesquisadores, os órgãos competentes, deveriam se apropriar mais de suas obrigações e deveriam pelo menos tentar amenizar tal situação já que solução é uma utopia.

Pois não estamos falando de fatos isolados, são problemas de toda uma sociedade, que vive em situações diversas com realidades distintas impensáveis, difíceis de ser solucionais, pois envolve todo um contexto familiar, onde não existe um padrão estabelecido a ser seguido, são lares muito das vezes desestruturados onde não existe conexão família filhos, vivem como se fossem família mas, não os são, são desprovidos de amor, carinho, segurança, cuidados, afeto em fim faz-se uma somatória onde tornam-se refém de si próprios sem nenhum respaldo de confiabilidade, responsabilidade, ou de respeito pelo próximo que no caso é a família.



Nós resguardemos para um futuro próximo onde família pode ser a vim um descontexto de uma sociedade desprovida de

conceitos e padrões relevantes onde se possa viver com dignidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, S. G. et al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 349-361, 2009.
- BRASIL. **Direitos Humanos e violência intrafamiliar**: informações e orientações para agentes comunitários de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 22/09/2020.
- BRONFENBRENNER, U.; CECI, S. J. Nature-nuture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. **Psychological review**, v. 101, n. 4, p. 568, 1994.
- CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal**: parte especial: dos crimes contra a pessoa, a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 121 a 212). 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARAVANTES, L. Violência intrafamiliar en la reforma del sector salud. In: COSTA, A. M.; MERCHÁN-HAMANN, E.; TAJER, D. **Saúde, eqüidade e gênero**: um desafio para as políticas públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CAVALCANTI, S. V. S. F. A violência doméstica como violação dos direitos humanos. **Revista Jus Navigandi**, n. 901, 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7753/a-violencia-domestica-como-violacao-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 22/09/2020.
- CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-62, 1985.
- COGO, K. S. et al. Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoesc & Ciência - ACHS**, Joaçaba, v.2, n.2, p. 130-139, 2011.
- CRITTENDEN, P. M. An information-processing perspective on the behavior of neglect parents. **Criminal Justice and Behavior**, v. 20, p. 27-48, 1993.



- DAY, V. P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, p. 9-21, 2003.
- DIAS, D. **A violência intrafamiliar infantil e suas consequências**. 20. nov. 2013. Disponível em: <<https://www.comportese.com/2013/11/a-violencia-intrafamiliar-infantil-e-suas-consequencias>>. Acesso em: 22/09/2020.
- FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. T. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- GARBIN, C. A. S. et al. A violência familiar sofrida na infância: uma investigação com adolescentes. **Psicologia em revista**, v. 18, n. 1, p. 107-118, 2012.
- HILLSON, J. M. C.; KUIPER, N. A. A stress and coping model of child maltreatment. **Clinical Psychology Review**, v. 14, n. 4, p. 261-285, 1994.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LARRANCE, D. T.; TWENTYMAN, C. T. Maternal attributions and child abuse. **Journal of abnormal psychology**, v. 92, n. 4, p. 449, 1983.
- MAIA, A. C.; BARRETO, M. Violência contra crianças e adolescentes no amazonas: Análise dos registros. **Psicologia em estudo**, v. 17, n. 2, p. 195-204, 2012.
- MALDONADO, D. P. A.; WILLIAMS, L. C. A. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 3, p. 353-362, 2005.
- MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOREIRA, A. A. A. **O espaço do desenho**: a educação do educador. São Paulo: Loyola, 1993.
- PESCE, R. Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 507-518, 2009.
- POLANSKY, N. A. et al. The psychological ecology of the neglectful mother. **Child Abuse & Neglect**, v. 9, n. 2, p. 265-275, 1985.



- PRADO, M. C. C. A.; PEREIRA, A. C. C. Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 2, p. 277-291, 2008.
- ROSAS, F. K.; CIONEK, M. I. G. D. O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. **Conhecimento Interativo**, v. 2, n. 1, p. 10-5, 2006.
- SANTOS, B. R.; NEUMANN, M.; IPPOLITO, R. **Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.
- SILVA, L. M. P. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: Edupe, v. 240, 2002.
- SILVA, N. A. et al. O poder familiar e suas implicações no direito civil brasileiro. **Universidade Estadual de Londrina**, p. 1-26, 2015.
-
- VAGOSTELLO, L. O risco da negligência: um estudo de caso. **Psic: revista da Vetor Editora**, v. 3, n. 1, p. 142-152, 2002.
- VENTURINI, F. P.; BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Família e violência na ótica de crianças e adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 20-33, 2004.
- OMS. Organização Mundial da Saúde et al. Relatório de Status Global sobre Prevenção da Violência contra Crianças: 2020. In: **Global status report on preventing violence against children: 2020**. 2020.
- SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. **Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Claves, 2001.
- WOLOCK, I.; HOROWITZ, B. Child maltreatment as a social problem: the neglect of neglect. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 54, n. 4, p. 530, 1984.
- XIMENES, L. F.; OLIVEIRA, R. V. C.; ASSIS, S. G. Violência e transtorno de estresse pós-traumático na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 417-433, 2009.
- ZYNGIER, F. R.; SCHEPER-HUGHES, N. Child neglect in Brazil. **The Lancet**, v. 338, n. 8759, p. 122, 1991.



6. NOTA BIOGRÁFICA

Andréa Luiza De Souza Cardoso Pierott

Pedagoga da EMEB Alzira Gomes – Vargem Alta/ES, Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana, Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd - BR, Aluna do programa de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Columbia del Paraguay, em parceria com o Instituto IDEIA-BR.



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTRADOS
E PÓS-DOUTRADOS**



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



REVISÃO DA LITERATURA





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



A EDUCAÇÃO COMO DESAFIO PARA UMA NOVA ERA

Já se foi o tempo em que ter uma graduação era suficiente para ter um bom emprego, o mercado atual está exigindo um pouco mais das pessoas. Dentro desse mundo globalizado, o conhecimento de tecnologias associadas ao conhecimento, além de ocupar grande destaque, acaba, também, criando uma competição, pois o mais atualizado, certamente tem condições melhores para atuar em qualquer direção. Essa mudança rápida na absorção do conhecimento é chamada pelo doutor José Cláudio Securato de “Educação Desruptiva”.

A disrupção é uma ruptura ou interrupção brusca. Portanto, a educação disruptiva é aquela que pretende romper com o estabelecido para melhorar o existente. Há muitos especialistas que pensam que a mudança é necessária e urgente porque o atual sistema é anacrônico, ou seja, continua ancorado no século passado e não responde às necessidades atuais. Diz Ken Robinson, Um britânico conhecido no mundo da educação, que sempre destaca que enquanto nos últimos 50 anos as esferas econômica, cultural e pessoal passaram por uma enorme transformação, os sistemas educativos não mudaram absolutamente nada em seus programas e seus objetivos.

Hoje, o ensino está baseado em modelos hierárquicos bem definidos. “É uma escola padronizada, em que o ensino é seriado, regulado pelo tempo”. Todo mundo aprende igual, ao mesmo tempo, da mesma forma e a mesma coisa. Isso é típico de nossa sociedade diz José Cláudio. A ideia da educação disruptiva é justamente se adaptar a um novo modelo de sociedade, múltipla, colaborativa e flexível. Assim, conseguindo uma nova abordagem na aprendizagem.

Não há consenso sobre os desafios da educação em nosso século, mas sim contextualizações como se verifica nos relatórios de 2018 da Higher Education Edition elaborados pelo grupo americano NMC Horizon. O documento especifica alguns objetivos globais, por exemplo: personalizar a educação para adaptá-la às necessidades e potencialidades de cada aluno, formar profissionais que também sejam cidadãos e, evidentemente, dotar os estudantes das habilidades e ferramentas sociais e tecnológicas demandadas pelo mercado de trabalho.

Ainda vamos ouvir muito falar sobre a “educação Desruptiva”, mas o importante é saber entender que existe hoje um novo cenário e não se tem opção de mudar ou de se estacionar.

Todos, de uma forma ou de outra, estão sendo afetados e seremos afetados pelos conceitos disruptivos. O melhor a se fazer é acompanhar as mudanças e não resistir as novas formas de ensino aprendizagem, muito ao contrário, trazer a experiência adquirida para impulsionar e inovar dentro desse novo conceito de acordo com o cenário apresentado.

Ricardo De Bonis



ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



BIBLIOTECÁRIO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



BIBLIOTECÁRIO

A “Introdução” de um Estudo

A Introdução (de um texto ou estudo) significa o início ou o começo, que serve de preparação para a parte principal do texto. É um texto breve que antecede uma obra escrita e que serve para apresentá-lo ao leitor, é como se fosse o prefácio da obra (Ferreira, 1999; Pereira, 2011).

Para todos os trabalhos escolares que exigem a composição de textos (redação, artigos, monografias ou teses), é obrigatório que haja uma parte introdutória, que apresente o tema ao leitor. O nível de aprofundamento do tema, depende do tipo de trabalho que será escrito (Pereira,2012).

Em um texto simples, a introdução deve anunciar ao leitor qual assunto será discutido ao longo do texto. É uma apresentação sintetizada do tema abordado e uma contextualização com a realidade. Em trabalhos acadêmicos (monografia, artigos, etc), seguindo uma metodologia científica, a introdução, além do já mencionado, deve também caracterizar o tema abordado, destacando os pontos mais importantes e se possível, apoiado por autores. E, quando a norma adotada não tiver tópicos definido, devemos mencionar os objetivos e a relevância do estudo. O encadeamento de assuntos no texto da introdução, o objetivo do estudo será a consequência natural ao fechamento da introdução (Ferreira, 1999). Ao iniciar-se a redação, é conveniente ter o objetivo do estudo na mente, ele será o ponto de apoio para a composição de todo o texto (Pereira,2012).

A introdução é o início do texto, contendo o tema a ser desenvolvido, exposto com muita clareza. Envolve o problema a ser analisado. Uma introdução não deve ser muito longa para não desmotivar ou ficar cansativa para o leitor. Procura-se também mostrar que a pesquisa está assentada em bases sólidas. Assim, na introdução, se faz a ligação com a literatura pertinente. O que se sabia sobre o assunto no início da investigação. O que não se sabia sobre o assunto e motivou a investigação (Pereira,2011).

Escritores experientes organizam a introdução com o intuito de despertar o interesse do leitor e fazê-lo prosseguir na leitura. Quem escreve quer ser lido, citado e espera que suas informações sejam úteis para a coletividade. No intuito de agradar leitores, editores e bancas, o texto deve ter certas características, entre as quais, concisão, clareza, exatidão, sequência lógica e elegância (Ferreira, 1999). Os leitores de textos científicos apreciam introduções curtas mas com informações suficientes e adequadas.



Dicas para fazer uma boa INTRODUÇÃO

Não iniciar uma ideia geral que não transpassa por todo o texto (o uso de ideias totalmente diferentes);

- Não usar chavões;
- Não Iniciar a introdução com as mesmas palavras do título;
- Cuidado para não desviar do assunto principal;
- Escrever em períodos curtos;
- Não escrever de forma pessoal, ou seja, não usar a 1ª pessoa. Para a introdução, reserva-se a parte em que o texto é apresentado ao leitor. É neste momento que se insere o que será tratado no estudo com fatores que estimulem quem está lendo a seguir adiante com a leitura.
- Para uma boa introdução, tenha em mente o contexto do estudo. Nessa etapa, deverá ficar claro ao leitor a intenção e o propósito do estudo.
- Utilize-se do estilo dissertativo e seja coerente e coeso. Uma boa introdução não precisa ter mais do que uma ou duas páginas. Ela deve ser breve, direta e simplificada, evitando se transformar na iminência de um trabalho extenso e cansativo.
- Em estudos tipo “monografia”, é desnecessário enumerar o que vai acontecer em cada capítulo, isso fica cansativo e acaba sendo um resumo em um texto que já possui resumo. Fuja disso.

REFERÊNCIAS

1. Ferreira, ABH, **Novo Dicionário do Século XXI**, 3ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
2. Pereira MG. **Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara-Koogan, 2011.
3. Pereira MG. **Estrutura do artigo científico**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, 2012; 21(2):351-352. CAPA NORMAS.



ideário
Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA



INSTITUTO

IDEIA

**MESTRADOS • DOUTORADOS
E PÓS-DOUTORADOS**



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA IDEÁRIO

Nenhum autor poderá conceder visibilidade prévia às contribuições enviadas a Editoria da Revista, que deverão ser, dessa forma, inéditas.

A extensão mínima e máxima dos artigos da REVISTA IDEÁRIO será assim considerada:

- Artigo monográfico (pesquisa): 5.000 a 7.000 palavras;
- Monografia sobre um tema conceitual/teórico: máximo de 3.000 palavras;
- Resenha de livros/obra literária ou lingüística: máximo de 1000 palavras

A redação dos textos deverá ser feita em português, de acordo com a ortografia vigente. Serão recebidas também produções em espanhol.

Os trabalhos deverão ser digitados em Word for Windows versão 2007 ou superior. Fonte: Bookman Old Style, 11 pts. O espaçamento entre linhas será de 1,5. Deverá ser respeitada a margem esquerda e superior de 3 cm e a margem direita e inferior de 2cm.

As Tabelas, Quadros e Figuras poderão ser apresentados ao final do trabalho digitado. As figuras deverão ser encaminhadas em extensão JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi.

Aplica-se, no que couber, outras normas da ABNT, em especial as Normas: NBR 6022 - NBR 6023 - NBR 6024 - NBR 6028 - NBR 10520 - NBR 10719.

ESTRUTURA DOS TRABALHOS

- Título do Estudo;
- (APRESENTAÇÃO): Nome (s) do (s) autor (es) e referência à especialidade, função e instituição a que pertence(m). *Exemplo de como devem aparecer os nomes no artigo, no final do texto;*
- Resumos: Devem ser escritos em português e também em espanhol (não serão aceitos traduções tipo Google). Não deve exceder a 150 palavras. Deve conter sinteticamente o que foi feito, os resultados e as conclusões;
- Introdução;
- Materiais e Métodos (ou Metodologia);
- Apresentação e Discussão dos Resultados;
- Conclusão;
- Referências: Deverá conter no máximo 25 referências;

Os artigos propostos deverão conter uma **FOLHA DE ROSTO** com título do estudo, seguido de autoria identificada: nome(s) do(s) autor (es) e endereço (s) eletrônico (s). Anexo ao artigo, uma breve nota biográfica (máximo 500 caracteres), incluindo instituição a que pertence, endereço completo, titulação e atividade profissional de cada autor.

Exemplo de apresentação dos autores:



Autor (s): Ricardo De Bonis¹, Ronaldo Carvalho² (outros autores)

- 1- Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Cirurgião-Dentista, Professor da Disciplina de Saúde e Bioética da Universidade Columbia Del Paraguay.
- 2- Doutor em administração pela Universidade Americana – PY, Administrador de Empresas, Professor da Disciplina de Tecnologia da Informação da Universidade Estadual de Goiás – BR.

ENCAMINHAMENTO DOS TRABALHOS

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço: contato@revistaideario.com.br

ABPÓS MERCOSUL

Associação Brasileira de
Pós-Graduados no Mercosul

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUADOS NO MERCOSUL - ABPÓS MERCOSUL é um entidade civil de caráter não lucrativo, com sede no Rio de Janeiro, e tem como objetivos precípuos colaborar para a consolidação dos cursos de pós-graduação ministrados no MERCOSUL; para a admissão, no Brasil, de forma automática dos títulos de pós-graduação emitidos em outros países do Mercosul; para a consolidação do intercambio cultural e educacional dos países do Mercosul; para a apresentação da qualidade de tais cursos; para a defesa dos direitos de seus associados, colaborando para a garantia dos direitos pessoais e profissionais, para o convívio fraterno e a solidariedade mútua no ambito academico, profissional e social.

➤ QUEM DEVE SE ASSOCIAR:

Mestres, Doutores, Mestrandos, Doutorandos, Dirigentes de Universidades do MERCOSUL, Docentes e demais simpatizantes do Programa Mercosul de Pós-Graduação.

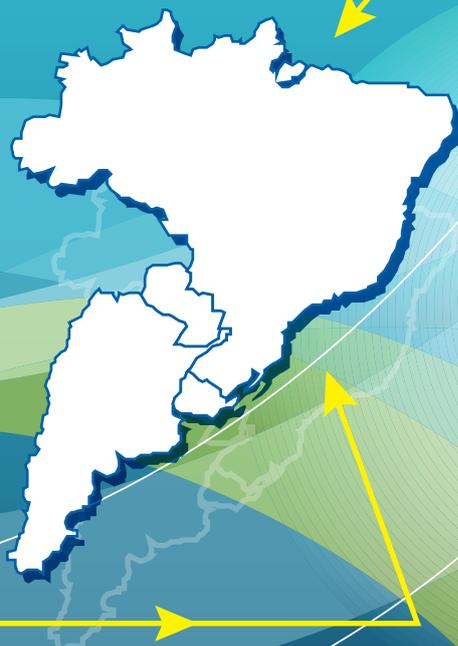
www.abposmercosul.com.br

E-mail: secretaria@abposmercosul.com.br

Tel.: 55 (21) 3173.9334

CEP: 20.270-971

Seja um
associado
e abrace a
nossa causa.





ideário

Revista Científica do
INSTITUTO IDEIA